



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**V Legislatura**

**Número: 51**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, Terça-feira, 6 de Dezembro de 1994**

**Presidente:** Deputado Madruga da Costa

**Secretários:** Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo.

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início pelas 10, 20 horas.*

De acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 184.º do Regimento da ALRA, deu-se continuidade à ordem de trabalhos com a apreciação e votação do Plano e Orçamento da RAA para 1995.

Assim, intervieram os seguintes Srs. Deputados:

Álvaro Manito (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Fátima Oliveira (*PSD*), Manuel António Martins (*Indep.*), Gaspar da Rosa (*PSD*), Manuel Amaral (*PSD*), José Maria Bairos (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Hélio Pombo (*PS*), Francisco Oliveira (*PS*), António Almeida (*PSD*), Dionísio de Sousa (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), bem como os Srs. Secretários da Habitação Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Jaime Medeiros*, da Agricultura e Pescas, *Adolfo Lima* e o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa, *Lalanda Gonçalves*.

Proferiram ainda as intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Carlos César (*PS*), Victor Cruz (*PSD*) bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Mota Amaral*).

O Plano e o Orçamento da RAA para 1995 foram aprovados, na generalidade e na especialidade, por maioria

*Os trabalhos terminaram às 22, 00 horas.*

---

**Presidente:** Srs. Deputados, muito bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Eram 10,20 horas)*

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Gustavo Medeiros, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Amaral, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Gomes, António Silva Melo, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Lisete Silveira, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; **PCP** - Paulo Valadão; **Dep. Indep.** - Manuel António Martins).*

Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito para uma intervenção.

**Deputado Álvaro Manito (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As matérias que estão a ser tratadas nesta Sessão Legislativa, Orçamento e Plano da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1995, por se tratarem de assuntos da maior importância para o desenvolvimento da Região no seu todo e de cada ilha em particular, não podiam deixar de ter uma apreciação por parte dos deputados do PSD da Ilha do Pico.

Sendo a Ilha do Pico a segunda maior em área e a terceira em população, possui em nosso entender capacidade para dar um importante salto qualitativo que lhe permita adquirir cada vez mais condições, e atingir assim o desenvolvimento já existente noutras parcelas da Região.

Numa análise das suas reais necessidades, realizada em Conselho de Ilha, foram referidas algumas prioridades para podermos com rapidez atingir esse tão esperado e desejado desenvolvimento.

Se é verdade que muita coisa foi feita e que hoje se vive já com bastante qualidade na nossa ilha, também é verdade que os picoenses aguardam com alguma ansiedade a conclusão e realização de alguns investimentos de grande importância.

No Plano e Orçamento aqui em apreciação, esperávamos um investimento mais vultoso na nossa ilha e da nossa parte tudo fizemos para que isso fosse possível.

No entanto e porque as condições financeiras regionais não o permitem, temos de aceitar o investimento a realizar no Pico, enquadrados numa estratégia de desenvolvimento que se pretende harmónico de toda a Região.

No sector da Saúde têm sido feitos investimentos apreciáveis nos Centros de Saúde, aguardamos com expectativa a inauguração no próximo ano do Novo Centro de Saúde de S. Roque do Pico.

Na Educação julgamos ser possível o avanço das obras da Escola Secundária Cardeal Costa Nunes, num ritmo que permita à mesma, ser utilizada no ano lectivo de 1996/97.

Na agricultura é importante continuar a apoiar os rendimentos dos agricultores, apoiar as indústrias de lacticínios investindo na nova fábrica, prosseguindo também os apoios à reconversão da vinha e da fruticultura.

Às pescas são também dados importantes apoios quer à frota pesqueira quer à indústria e comercialização do pescado.

Quanto às estradas regionais, urge reabilitá-las, pelo que julgamos as verbas algo insuficientes, mas se bem aplicadas pensamos ser possível melhorar sobretudo alguns troços mais carecidos.

Quanto a investimentos na área do turismo, estes estão a avançar, por mérito e empenho da iniciativa privada, alguns deles, sendo de prever em pouco tempo a existência de várias estruturas que é necessário viabilizar, pelo que são necessários investimento noutras áreas para permitir a sua sobrevivência.

Desses investimentos, refira-se aqui a pista do Aeródromo do Pico, da qual pensamos ser necessário efectuar um estudo profundo da sua operacionalidade com vista à sua melhoria, evitando assim um tão grande número de cancelamentos que tantos transtornos causam a habitantes e visitantes.

Os Deputados do Partido Social Democrata do Pico, apresentaram propostas no seu Grupo Parlamentar com vista a serem consideradas neste Plano e Orçamento verbas para esta obra.

Sendo o Plano possível, atendendo aos condicionalismos financeiros existentes, não sendo para nós no Pico o ideal, pensamos que se for cumprido na íntegra, poderá promover desenvolvimento, e que no futuro se possa corrigir com investimentos mais vultuosos e adequados, a insuficiência agora verificada.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Para defesa da consideração, Sr. Presidente.

**Presidente:** Não sei onde é que o Sr. Deputado Álvaro Manito o terá ofendido, mas enfim, tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu passo a explicar:

No fim da semana passada, em debate tido na Rádio Pico com a presença dos três Presidentes das Câmaras e dos Deputados Rui Pedro Ávila e Álvaro Manito, a pergunta concreta que eu coloquei a este último era a seguinte:

"- Concorda com a posição assumida pelo Sr. Deputado Gaspar da Rosa em sede de Comissão de Economia, Finanças e Plano, no sentido de que aceitaria estudos para a ampliação da pista do aeroporto do Pico?"

Resposta do Sr. Deputado Álvaro Manito:

"- Isso não está nos nossos projectos actuais, porque não é preciso estudar mais nada, pois já se sabe que o que é preciso é fazer as obras".

**Presidente:** O Sr. Deputado Álvaro Manito pede a palavra para?

**Deputado Álvaro Manito (PSD):** para defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Álvaro Manito (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu peço a palavra para defender a minha honra, pois não foi de facto isso que eu referi nessa entrevista.

O que eu referi foi que era necessário fazer um estudo profundo, tal como aqui disse, da operacionalidade do aeródromo do Pico.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** O Sr. é responsável por isso perante os seus eleitores! Isto está gravado!

**Deputado Álvaro Manito (PSD):** Com certeza que sim!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Traidores do povo!

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Fátima Oliveira para uma intervenção.

**Deputada Fátima Oliveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Definitivamente, este Plano e Orçamento não prestam, não servem os interesses dos Açores e dos Açorianos e o Grupo Parlamentar do PSD é um rebanho acéfalo que obedece cegamente ao seu "chefe de batuta" - o Mota Amaral, como costumam dizer muitos Deputados da oposição.

**Deputado Francisco Oliveira(PS):** Chegou a hora. Até que enfim...!

**A Oradora:** Definitivamente, não presta! E ponto final!

**Deputado Duarte Pires (PS):** Então nós temos razão, Sr<sup>a</sup>. Deputada.

**A Oradora:** Os Deputados do PSD só estão sentados nas cadeiras do Parlamento para benefício próprio. Porém, a oposição, essa sim, e tem-no demonstrado ao longo de todos estes anos, sabe gerir tudo e se ela fosse a "posição" faria a multiplicação dos pães e com as verbas disponíveis elaboraria um plano que, num só ano, transformaria os Açores no Éden celestial onde não existiria desemprego, onde todos teriam garantias salariais, mesmo quando a sua falta de dinheiro resultasse, do facto, de não querer ou não lhe apetercer trabalhar.

A "fada oposição" quando e se for Governo fará tudo de uma assentada com a sua varinha mágica. Até teremos uma semana de férias!

Receio, porém, que ao transformar abóboras em carruagens, roupas normais em toilletes de gala, a Cinderela não perca o seu sapatinho e, ao soar das doze badaladas, tudo se transforme na matéria prima original.

Então o príncipe, não encontrará a Cinderela e os festejos reais do casamento não se realizarão, as abóboras voltarão a ser abóboras, os ratos voltarão a ser ratos, os andrajos voltarão a ser andrajos, a madrasta e as filhas continuarão a massacrar a pobre Cinderela e, coitado do príncipe, continuará no seu castelo, agora cesariano, chorando a perda do seu súbito amor porque, ao contrário do que se passa na história, a pobre rapariga não perdeu o sapato e, por isso, ele não a encontrará.

*(Risos do Presidente do Governo Regional)*

Caros Srs. Deputados da oposição:

Sejamos realistas, não destruam por destruir, façam oposição digna e condigna, apresentem propostas alternativas construtivas e, por favor, ponham o interesse dos Açores acima dos seus interesses partidários.

O momento que atravessamos não pode ser de demagogia e de alinhamentos com quem aqui está, numa posição constitucionalmente consagrada, mas não a desempenhando com o preceituado constitucional, fazendo tábua rasa do Estatuto

Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e actuando, junto do Governo da República, desde que isso lhe dê projecção pessoal, como força de pressão contra a Autonomia Regional, também ela, constitucionalmente consagrada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O que acabo de afirmar não é demagogia, até porque a existência do cargo, não me incomoda ou me cria complexos mas, é fruto de constatações pessoais que tenho vindo a fazer desde que esse alguém, chegou a esta Região com espírito de Capitão Donatário, em 1991, estava eu ainda muito longe de pensar em voltar à vida política activa. Prometo que, precisamente a provar o que aqui afirmo, farei uma intervenção que já preparara uma vez e que, depois destruí por considerar que talvez, fosse melhor calar a minha revolta e indignação pessoal, em prol do bem dos Açores.

Só que, desta vez, as coisas já foram longe demais e a cumplicidade do silêncio pode ser negativa para a Região. E isso, nunca o farei, conscientemente!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Senhores Membros do Governo:

Não vou repetir aqui o que outros colegas meus já disseram sobre o Plano.

É um Plano que tem mais virtudes que defeitos. Foi, sobretudo, um Plano que permitiu demonstrar as virtudes do diálogo interno praticado no PSD e, nomeadamente, entre o Grupo Parlamentar e o Governo Regional.

Porque, quer se queira quer não, e embora isso muito pese à oposição, o Grupo Parlamentar do PSD precisamente porque é um grupo de "meninos bem comportados" (entre aspas) ...

*(Risos do Presidente do Governo Regional)*

... não tem aceite, desde sempre, e isso está provado à saciedade, que um documento apresentado a esta Assembleia seja um documento acabado ou dogmático.

Suportando e apoiando o Governo, põe acima de tudo, a defesa dos interesses dos Açores e da sua unidade. E não é preciso ser Secretário Regional, como dizia sexta-feira o Sr. Deputado Fernando Fonte, num aparte, perante uma intervenção minha. É preciso, tão somente, ter espírito de unidade regional.

E, ao contrário do que pensam alguns Deputados da oposição esse espírito não subvaloriza, em nada, a defesa dos interesses do círculo eleitoral pelo qual os Deputados do PSD foram eleitos. Pelo contrário!

Mas, para compreender bem este espírito de unidade regional, não seria, de certeza absoluta, nada mau que todos os Secretários Regionais fossem primeiro Deputados e todos os Deputados exercessem, por sua vez, funções executivas. Se tal fosse possível creio que se valorizariam e compreenderiam melhor, reciprocamente, ambas as funções.

**Fernando Fonte (PS):** A Sr.<sup>a</sup> Deputada é o exemplo acabado!

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Com excepção da oposição.

**A Oradora:** E com muito gosto.

Foi neste entendimento do exercício do poder, que os deputados do Grupo Parlamentar do PSD apresentaram ao Governo Regional, no período preparatório do Plano, um rol, muito maior do que aquele que os Deputados da oposição apresentaram aqui, relativamente às necessidades de cada um dos seus círculos eleitorais.

Mas, é, igualmente, no entendimento já referido que os deputados do PSD, em consonância com o Governo que apóiam, definem, responsavelmente, dentro das necessidades do seu círculo eleitoral, a hierarquia de prioridades.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** Assim, os deputados do PSD pela ilha Terceira deram claramente, prioridade aos seguintes projectos: Porto da Praia da Vitória com o seu Núcleo de Pescas e infraestruturas adjacentes, incluindo Rede de Frio e Parque de Combustíveis; Repavimentação e correcção das Estradas Regionais Lajes/Santa Bárbara; Abastecimento de Água à Lavoura; Equipamento Oficinal da Escola Secundária Vitorino Nemésio; Conclusão do Corpo Central do Museu de Angra; Continuação das obras de melhoramento e ampliação do Hospital de Santo Espírito, a Construção da Sala de Judo e Iluminação do Estádio João Paulo II; O acabamento do 4.º troço da Ligação Rodoviária Angra/Porto da Praia, (procedendo-se este ano à expropriação dos terrenos e elaboração do projecto); Aquisição dos terrenos e



iniciação dos programas base e/ou projectos para o Centro de Saúde da Praia da Vitória, da Escola EB2, 3/ Ensino Artístico e do departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores.

Das consultas preliminares que fizemos quer à Associação Agrícola da Terceira, Câmara do Comércio, Juntas de Freguesia, Presidentes das Câmaras Municipais e outras entidades representativas das forças vivas da Ilha Terceira, obtivemos o consenso geral sobre a hierarquia de prioridades que são contempladas neste Plano. Diz, o nosso povo, na sua sabedoria, que "O óptimo é inimigo do bom".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Fazer demagogia é fácil e também a saberíamos fazer...

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Isso está mais que provado!

**A Oradora ... sobretudo, se não tivéssemos respeito** pelo Povo que nos elegeu.

É preciso, igualmente, lembrar que, para além das verbas consignadas no Plano, mais algumas centenas de milhares de contos entrarão, por via das Verbas Comunitárias Extra-Plano, na economia de cada uma das ilhas.

E não resisto, à tentação de lembrar à oposição que ela se esqueceu de reivindicar aqui, os mais 13,8 Km de estrada que se irão efectuar, através do IROA. E mais não vos digo, Senhores Deputados, da oposição...

*(Risos da bancada do PS)*

... porque o segredo é a alma do negócio, e correria o risco, (ó Jorge Cabral, perdoame o plágio) " meus caríssimos e amantíssimos" colegas da oposição com quem, em termos pessoais, até tenho um bom relacionamento, de ocasionar que V. Exas. fossem, apressadamente, actualizar os seus ficheiros relativos às necessidades de que a Terceira ainda precisa ver satisfeitas para o desenvolvimento de que precisa.

*(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)*

**A Oradora:** Sr. Deputado Carlos César, o Sr. está entusiasmado!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A aprovação deste Plano nunca esteve em dúvida, mas o diálogo profundo que ocasionou entre os deputados do PSD e o Governo, só por si, era suficiente para lhe dar nota altamente positiva. Agora, resta dizer que confiança gera confiança, por isso, espero que, tão depressa se verifique a sua aprovação se meta, de imediato, mãos à obra para que, cada acção, aqui programada tenha a execução material correspondente no ano de 95. Ninguém pode parar. Arregacemos as mangas, como sempre fizemos nos tempos difíceis, e vamos ao trabalho !

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Senhores Membros do Governo: Apenas mais uma nota de rodapé. Já depois de ter escrito a minha intervenção, ouvi o excerto da conferência de imprensa do PS.

E, realmente, não posso deixar de dar uma nota, - uma vez que temos andado neste Plenário a dar notas - altamente negativa, ao facto de nela se referir que as possíveis propostas de alteração à Proposta de Plano, sublinhe-se que é simplesmente uma proposta, poderão constituir uma pesada derrota política de Mota Amaral - como o Senhor Deputado Dionísio Sousa faz ponto de honra em tratar o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Como se pode inferir da parte anterior desta intervenção, as possíveis alterações ao Plano, a existirem, constituem, pelo contrário, uma prova clara não só do espírito democrático e aberto do Presidente do Governo Regional, Dr. Mota Amaral, como a demonstração clara do diálogo, da democracia e do respeito mútuo existente entre o Grupo Parlamentar e o Presidente do Partido Social Democrata.

*Vozes da bancada do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Não é, certamente, a primeira vez que os Planos ou diplomas apresentados nesta Assembleia são sujeitos a propostas de alteração, em maior ou menor grau.

*(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)*

**A Oradora:** Ainda no plano a médio prazo.

Se elas existirem serão resultantes, volto a frisar, do diálogo entre o Grupo Parlamentar do PSD e o Governo. Tal facto não significa nada mais nada menos do que uma pesada derrota da oposição que veria assim, claramente, desmentidas as suas contínuas e repetidas afirmações de que o Grupo Parlamentar do PSD não é mais do que um grupo de acéfalos telecomandados e que o Presidente do Governo não passa de um obcecado e prepotente impositor da sua vontade.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Continuando esta nota de rodapé suscitada pela conferência de imprensa do PS, é pena que este demonstre a sua fragilidade mandando, rapidamente, Cunha de Oliveira a Bruxelas para "tentar" sensibilizar o Grupo Socialista para este apoiar as propostas que o Deputado do PSD pelos Açores vem defendendo. Mais uma tentativa de tentarem apanhar a carruagem!

**Deputado Carlos César (PS):** Oh Sr.<sup>a</sup> Deputada, qual carruagem?!

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Mas espere pelo resto da intervenção Sr. Deputado!

Porém, faço votos de que, apesar disso, o objectivo seja realmente defender os interesses dos Açores e não só fogo de vista ou lançamento de uma cortina de fumo procurando iludir a opinião pública sobre a existência de uma nova dinâmica no seio do Partido Socialista.

Muito obrigada.

*(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para uma intervenção.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Ó Manuel António não te esqueças de falar na vitória do Sporting, tá bem?

*(Risos da Câmara)*

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

**LAGOAS** - Qual o futuro?

Rodeada de grande polémica, as Lagoas têm merecido intervenções públicas de entidades ligadas à protecção do ambiente, mas sobretudo, têm suscitado muita inquietação aos agricultores e lavradores que estranham e contestam a falta de informação e de medidas concretas, por parte das entidades responsáveis, no que respeita à seguinte questão: as lagoas estão em fase de eutrofização acelerada. Para travar este processo, algumas medidas irão ser tomadas. De que modo estas medidas afectarão a vida das famílias dos agricultores?

A singularidade desta situação, é que nas zonas das lagoas vive uma comunidade com uma identidade muito forte, devidamente estruturada e com base numa actividade económica - a agropecuária. Qualquer intervenção que se proponha para esta zona, terá que ter em conta este aspecto social e não pode ter somente preocupações técnicas.

As causas da eutrofização das lagoas são unanimemente aceites como a tradução da utilização para fins agrícolas de terrenos situados nas margens das mesmas. O escoamento superficial e a nível do subsolo dos nutrientes, provocaram um enriquecimento das lagoas, originando o crescimento acelerado de algas e outras plantas aquáticas, cuja consequência é o esgotamento em oxigénio das lagoas e a interrupção do ciclo biológico.

Não há dúvida que para este efeito existem causas imputáveis à actividade agrícola, sobretudo quando a exploração agropecuária se situa nas margens das lagoas e no perímetro definidor da bacia hidrográfica.

As consequências deste fenómeno são gravosas e com incidências a três níveis: económico, social e ambiental.

Quando os emblemas turísticos dos Açores e um dos seus cartões de visita se apresenta em fase de degradação acelerada, deita por terra uma imagem que

queremos que permaneça real; o desenvolvimento harmónico do homem em comunhão com a natureza, e deixa como conclusão que a degradação ambiental já chegou aos Açores, estando a desaparecer um dos últimos refúgios da natureza.

O impacto económico no turismo é imediato, e no sector agropecuário e dos lacticínios, embora menos perceptível, a prazo, será extremamente negativo por afectar a imagem de marca dos produtos dos Açores.

Do ponto de vista social, a possibilidade de conotar as freguesias a um determinado sector económico com a degradação da natureza, produz um efeito de segregação indesejável, ficando tanto as freguesias como as lagoas, condenadas a serem apreciadas de longe, esquecendo-se um dos aspectos mais importantes que é o contacto com os usos e costumes das populações locais.

Na abordagem ambiental, segundo estudos técnicos a que tivemos acesso, aponta-se para uma evolução bastante negativa para as lagoas, admitindo-se como única intervenção consequente, aquela que implicar uma complementaridade na actuação dos efeitos com a eliminação das causas.

Pelo que foi exposto, ressalta já uma conclusão: o problema é de tal modo complexo, o envolvimento tão variado e as consequências tão nefastas que a intervenção terá que ser incisiva, pluridisciplinar e motivar todas as instâncias com competência no assunto. No entanto, nada disto tem acontecido. Os responsáveis limitam-se a frases de circunstância aquando de presidências abertas, verificando-se uma total descoordenação e desinteresse dos serviços oficiais, deixando-se evoluir esta situação até níveis de eutrofização que depois, só com medidas de excepção - repito, só com medidas de excepção - invocando os superiores interesses se intervirá, os que à custa do sacrifício de quem vive nas freguesias e das freguesias, ou seja, agricultores, lavradores e suas famílias.

Esta caracterização geral da actual situação com a assunção da quota parte da responsabilidade por parte da lavoura, leva-nos, no entanto, a uma série de questões que gostaria de colocar perante esta Assembleia.

Quais as entidades oficiais que supervisionam a manutenção e a conservação das lagoas?

Tanto quanto sabemos, a Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente têm competência e jurisdição sobre o assunto. No entanto, de forma descoordenada e inconsciente, pois enquanto a SRHOPTC tenta algumas operações de limpeza de lagoas, a SRAP permite e subsidia arroteias nas bacias hidrográficas e, simultaneamente, a SRTA colecciona pareceres técnicos e observa o ambiente.

Desde quando o Governo Regional sabe da tendência para a eutrofização das lagoas? Desde quando sabe dos efeitos crescentes desta tendência e do que está à espera para actuar de modo decisivo, enquadrando todas as entidades interessadas na resolução deste assunto?

Porque fomentou a SRAP, sem restrições de qualquer ordem a nível de ordenamento do território, a intensificação da produção forrageira como meio de aumentar a produção leiteira?

O que se conclui é que as sucessivas reviravoltas da SRAP causam problemas a quem acredita nas suas indicações, pois os problemas resultantes para os agricultores que investiram de boa fé e têm a exploração agrícola a funcionar em zonas problemáticas, em termos de contributo para a eutrofização das lagoas, vão ser muitos e graves. E a SRAP o que tem dito?

Pouco.

E o que tem feito? Nada.

Aliás, o exemplo concreto do que dizemos é a publicação da Portaria N° 48/94, de 18 de Agosto.

Sem qualquer esclarecimento prévio ou consulta às associações representativas, privilegiando não se sabe porquê o capítulo da extensificação, em detrimento de medidas previstas para a diminuição dos efeitos poluentes da agricultura e manutenção dos recursos naturais.

O que entra em vigor, é somente um capítulo que estabelece condições de acesso tais, que inviabiliza as candidaturas da maior parte dos interessados, porque ajuda a extensificação de explorações cujos encabeçamentos já revelam uma extensificação.

Não conseguimos compreender igualmente porque razão não se inicia a discussão com os interessados sobre as restantes medidas inclusas no Regulamento 2078/92 e referente às Medidas para a Protecção das Lagoas.

Será mais uma vez para impor a política do "facto consumado"? Ou para não se ter que justificar que perante um problema tão complicado, os níveis de compensação pela quebra do rendimento fiquem pelos 56%, enquanto que para outras medidas esses níveis chegam aos 75% e por vezes ultrapassam os 100%?

Para que o futuro não fique adiado, para que o ambiente não fique danificado, para que o desenvolvimento se mantenha com uma componente humanística, é necessário agir de imediato.

As medidas a adoptar deverão passar por uma eleição de uma zona circunscrita de intervenção prioritária.

Potenciar e de maneira articulada fazer incidir os Regulamentos 2078, 2079 e 3080/92, relativos a Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, nas explorações agrícolas situadas nas bacias hidrográficas, criando "condições de retorno a uma agricultura mais compatível com as exigências da protecção do ambiente"; libertar as terras somente mediante compensações dignas para quem trabalhou arduamente, investiu e nunca fez outra coisa na vida a não ser a agropecuária; possibilitar o aproveitamento florestal mediante fortes incentivos que cubram o investimento a efectuar; acompanhar e apoiar financeiramente a cessação da actividade em caso de lavradores idosos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só assim poderá existir esperança e futuro para os agricultores, só assim podemos trabalhar para que as belezas naturais da nossa Região possam ser apreciadas, sabendo que estão conservadas e que a sua preservação não acontece à custa das populações, mas em comunhão com estas.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida penso eu para pedir esclarecimentos.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer a Câmara que recebemos na passada semana um representante da Junta de Freguesia e dos residentes das Sete Cidades que diziam tão só: "deixem fazer agricultura nas Sete Cidades!"

Penso que o Sr. Deputado Manuel António acaba de promover - com esta sua intervenção - o fim da agricultura, de qualquer forma, nas Sete Cidades.

Gostaria de pedir ao Sr. Deputado que especificasse quais as medidas que acha necessárias que sejam tomadas, para proteger as Lagoas das Sete Cidades e das Furnas, por exemplo?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para prestar um esclarecimento.

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** Sr. Presidente, eu não queria prestar esclarecimentos, mas talvez usar da palavra para defesa da honra, porque sem querer, o Sr. Deputado António Almeida ofendeu-me.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou recomendar ao Sr. Deputado António Almeida - até tenho aqui na minha mão - que leia este conjunto de medidas de acompanhamento da reforma da PAC, ou seja, os Regulamentos 2078, 2079 e 3080/92.

Se o Sr. Deputado ler isso como eu li, certamente não dirá aquilo que acaba de dizer. Isto que está aqui escrito não tem nada a ver com o que o Sr. Deputado acabou de dizer. E vem confirmar os anseios das populações das Sete Cidades e da resolução dos problemas das bacias.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações que pretende a palavra naturalmente para prestar esclarecimentos. Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Jaime Medeiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu comungo das preocupações ecológicas e ambientais do Sr. Deputado Manuel António Martins, mas quero dizer-lhe que talvez ontem estivesse distraído aquando da apresentação do Plano, no que se refere à minha Secretaria. É que, efectivamente, eu disse que neste momento estão a ser tomadas medidas curativas, nomeadamente a limpeza de algas e o arejamento das lagoas. E, paralelamente, estão a ser tomadas



medidas preventivas, nomeadamente a promoção do ordenamento das bacias hidrográficas e a criar-se um pacote legislativo que dará incentivos à reconversão da utilização dos solos nas zonas das bacias hidrográficas.

Estas são as medidas que - na minha opinião - resolverão, em definitivo, o problema da eutrofização das lagoas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas também para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado Independente faz-me lembrar uma história verídica, portanto não se trata de uma anedota, que se passou entre dois veterinários que estavam olhando para um cavalo e um deles, que era o mais teimoso, dizia que o cavalo media 1,70 m., e o outro dizia "não senhor, mede 1,75 m.". E foram teimando, até que foram buscar um aparelho chamado "hipómetro" e mediram a altura do cavalo. E o cavalo tinha de facto 1,75 m.

Diz o teimoso: "Mede, mas não tem!"

*(Risos da Câmara)*

Isto significa que para o Sr. Deputado, tudo se mete no mesmo saco - é a teimosia que prevalece - e nada se faz!

É óbvio - e aqui podia fazer o meu acto de "Egas Moniz com corda ao pescoço!" - que quando numa determinada fase se promoveram arroteamentos, se aumentou a produção, se aumentou a adubação e se aumentou a pastagem, etc., etc., nessa altura ninguém falava - que eu saiba e já lá vão muitos anos - das terríveis consequências ambientais, da chamada eutrofização das lagoas. Isso é um fenómeno posterior.

Como é posterior, tem que ser corrigido o mal que foi feito. Ou seja, admitamos que estávamos numa linha que não era a mais correcta, mas naquela altura nunca foi levantado o problema, nunca alguém pensou que pelo facto de se aumentar a adubação azotada isso iria acontecer. Mas isso não aconteceu só aqui nos Açores. É um problema que se levanta em toda a Europa.

Existem os grandes problemas de poluição decorrentes da actividade agrícola que se levantam na Bélgica, na Dinamarca e na Alemanha que são terríveis e muito mais graves do que aqueles que estamos aqui a falar, precisamente porque se intensificou sem se saber e sem se ter em conta esses problemas que nessa altura não se falavam.

**Presidente:** O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, há que corrigir isso. E é nesse caminho da correcção que nós vamos.

Nesse caminho, as medidas agro-ambientais prevêem compensações a quem diminui a adubação azotada, passando a fazer aquilo que se chama extensificação.

Para se fazer a extensificação, tem que se diminuir o encabeçamento por hectare e isso significa, obrigatoriamente, passar a adubação para níveis muitas vezes de 10% e 20% do que se faz actualmente.

Isso, a médio prazo, tem um efeito muito positivo no fazer regressar o que de nefasto se fez às lagoas.

Portanto, eu penso que a ajuda concertada, que aliás está no seu início, terá que ser melhorada, isso é óbvio. Terá que ser melhor concertada, obviamente que sim. Mas não podemos, de forma alguma, meter no mesmo cesto, só por teimosia, todo um conjunto de questões que não são cumuláveis, na minha opinião.

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel António Martins certamente pede a palavra para prestar esclarecimentos.

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** Não senhor, Sr. Presidente. Ainda é para defesa da honra, porque sinto-me ofendido com algumas declarações feitas pelo Sr. Secretário.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu tenho alguma dificuldade em dar-lhe a palavra...

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** É porque certas declarações que o Sr. Secretário fez e ainda por cima ironizando com uma anedota, depois de uma intervenção que eu fiz séria e construtiva...

**Presidente:** Sr. Deputado, permite-me que eu fale?

É difícil à Mesa integrar, claramente, o instituto da defesa da honra, porque cada Sr. Deputado é que sabe até que ponto é que se sente ofendido e se sente atingido na sua consideração. No entanto, quando são situações que se referem a declarações que o

Sr. Secretário fez e em que não houve desconsideração pessoal, em que não houve nenhuma ofensa pessoal, aí temos que tomar algum cuidado, porque este não pode ser um expediente que o Sr. Deputado queira usar para fugir às regras do nosso debate, colocando-se numa posição de favor em relação aos outros Srs. Deputados.

Eu vou dar-lhe a palavra, mas ficamos entendidos sobre este assunto.

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu penso que após o esforço e a intervenção construtiva que eu fiz, a anedota - quanto a mim infeliz - do Sr. Secretário ofendeu a minha honra.

Eu penso que às vezes convém dizer as verdades.

Eu vou ler uma passagem das medidas agro-ambientais - Regulamento 2078/92 - e sobre a qual o Sr. Secretário esqueceu-se do nº 1. e isto para dizer que as "medidas ilegíveis" (constantes desse nº 1) talvez fossem mais ao encontro das nossas realidades.

Diz aqui o seguinte:

**"Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura; redução da aplicação de adubos e fertilizantes.**

O Objectivo desta acção é a redução da utilização de fertilizantes nas áreas circundantes dos lençóis e linhas de água".

Não percebemos porque é que o Sr. Secretário, em detrimento desta alínea, foi buscar a 1.2 - "Extensificação e Manutenção dos Sistemas Agrícolas Tradicionais" - quando sabemos que isso vai afectar, e em muitos casos nem sequer serve, certas zonas de S. Miguel.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pede a palavra para?

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel António Martins:

Eu não contei uma anedota!

Eu contei uma história **verídica** e com ela não quis ofender V. Ex<sup>a</sup>. .

Se V. Ex<sup>a</sup>., por uma questão de sentido de humor, se sente ofendido, eu apresento-lhe as minhas desculpas perante a Assembleia. Porque nunca me passou pela cabeça que a minha história o fosse ofender.

De qualquer das maneiras, volto ao esclarecimento mais importante. E para dizer-lhe que a diminuição de efeitos poluentes na agricultura está intimamente ligada com a extensificação. Não se pode separar uma coisa da outra.

A extensificação significa diminuir o conjunto de factores de produção que tenha efeitos poluentes na agricultura. Diminuindo isso, diminui-se o efeito nefasto sobre a eutrofização. Elas estão intimamente ligadas uma à outra.

É esta a leitura técnica que eu faço, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Rosa para uma intervenção.

Agradecia ao Grupo Parlamentar do PSD o favor de fazer substituir o Sr. Deputado na Mesa da ALRA.

*(Nesse momento o Deputado Gaspar da Rosa foi substituído pelo Deputado José Ramos Aguiar no lugar de Secretário da Mesa da ALRA).*

**Deputado Gaspar da Rosa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afirmam os Psicólogos que o homem é conservador por natureza e, atribui maior valor a tudo o que é escasso, difícil de obter.

É com esta afirmação que inicio a minha intervenção sobre o Plano e Orçamento para o ano de 1995, recordando o primeiro centenário da Autonomia que este ano se comemora, prestando a minha homenagem a todos esses Açorianos, que arrostando com dificuldades de diversa ordem, administrativas, sociais, económicas, etc, conseguiram que os Açores fossem governados por Açorianos, elevando a fasquia da responsabilidade autonómica para um nível em que a nossa geração defensora de uma sociedade plural e democrática, se orgulha de manter e continuar, como uma árvore frondosa que apesar do estio financeiro produz frutos de civilização e liberdade, em que só os arautos da desgraça antevêm o fim da Autonomia, o regresso ao passado.

Só quem não conheceu e viveu os Açores antes do ano de 1976 e possuidor de má fé, poderá pôr em causa ou duvidar dos benefícios e potencialidades da Autonomia que soubemos conquistar, defender, respeitar, consolidar dentro e fora da Região.

O Plano e Orçamento para o ano de 1995 traduz a escassez de verbas para dotar com a suficiência financeira para o alcance dos objectivos a que se propôs o Governo Regional.

É esta a realidade. É com ela que os Açorianos têm que procurar desenvolver os Açores no ano de 1995. Temos que com rigor e eficiência, aplicá-la na procura do progresso Regional. Esta verdade elementar, mais importante se torna, em sociedades com algumas assimetrias e carências como a nossa, em tempos de maiores dificuldades como o presente. Para isso é preciso assumir é preciso ser-se claro e firme na defesa daquilo em que se acredita.

Este Governo Regional legítimo representante do Povo Açoriano, com bom senso, porque realista que não promete "borlas" irresponsáveis e impossíveis de dar, que não se impressiona com assobios ou vaias, mas com resultados efectivos, que apesar de tudo são previsíveis no ano de 1995.

A divisão da Verba Global orçamentada para o ano de 1995 para a Ilha do Pico pela qual fui eleito, a segunda em superfície, a terceira em população e a quarta na atribuição da verba financeira. Dentro do quadro económico-financeiro presente, atendendo aos investimentos estruturais em curso e a iniciar, é o conjunto de Ilhas que apresentam dotações mais expressivas. Estou satisfeito ? - Responde-me a paixão e ambição de desenvolvimento que nutro pela Ilha e pelo seu Povo - Não. Porque responsável, ouço a razão a resposta é - a realidade presente é de contenção e rigor, tens que ser objectivo. Sucede que a política não se faz com receios, mas com coragem, não se faz pela negativa mas pela afirmativa, não se faz para evitar críticas, mas para as enfrentar sempre que necessário, exige risco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sociedade picarota tomou consciência de si mesma e actua porque sente que a história da sua autonomia é nesta particular exegese feita com as mãos, não erguida com os sonhos. O diálogo permanente com a população no encontrar de soluções para o desenvolvimento integrado mantido pelos responsáveis autárquicos,

deputados e órgãos do PSD e outras forças representativas, no entendimento, flexibilização com o Governo Regional encaminhou e gerou a resolução de problemas que se arrastavam há longos anos, e eram aproveitados pelos arautos mitológicos a fim de usufruírem de alguns dividendos políticos. A população do Pico tem a noção que a alternativa autárquica efectuada há sensivelmente um ano foi acertada, porque apostou em pessoas credíveis e equilibradas, apostou em gente activa e empreendedora, com a noção que a construção da casa do desenvolvimento começa pelo alicerce e não pelo tecto.

O novo modelo de actuação política está lançado com resultados positivos para arrelia e desespero da oposição que sente o terreno movediço debaixo dos pés, os "castelos" construídos na areia estão a desmoronar-se, o baluarte outrora apregoadado como exemplo de militança fiel está anémico, porque não há renovação, refugia-se, fecha-se no casulo, adoptando o disfarce do alarido arrogante, impressionando apenas alguns incautos menos atentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os picarotos já perderam demasiado tempo com divisões que muito os têm prejudicado.

Dizemos que é preciso conjugar esforços dando prioridade ao que nos une que é muito mais do que aquilo que nos divide.

Possuidores de coragem e determinação para num esforço de modernização do capital político e do capital financeiro atribuído no Orçamento para o ano de 1995, dotarem a Ilha com as estruturas capazes de atingirem o desenvolvimento integrado que o picaroto persegue.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Amaral.

**Deputado Manuel Amaral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passado mais um ano de actividades parlamentares, esta Assembleia Legislativa Regional encontra-se novamente reunida para apreciar e discutir as propostas de Plano e Orçamento para 1995.

Planear já de si não é fácil, mas arranjar dinheiro para o que se planeia muitas das vezes se torna mais difícil, pois surgem sempre alterações que não são previsíveis em termos orçamentais.

Os estrangulamentos em que vive a Região em termos financeiros, que lhes são impostos pelo Governo da República muitas vezes, dificulta um planeamento como seria desejável.

Esta indefinição por parte do Governo da República põe a Região numa situação de não saber com o que pode contar para prosseguir a senda de desenvolvimento Regional a que se propôs, com a consagração do regime autonómico.

Este Plano só terá eficácia, se aparecer na hora certa, com as respostas adequadas às necessidades do momento, e será tanto mais coerente, quanto maior for a sua ajustabilidade a factos concretos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conscientes das reais necessidades das nossas Ilhas este Plano e Orçamento, longe de satisfazer todas as pretensões, não deixa, contudo, de merecer pela parte dos Deputados do PSD o seu total apoio.

Não posso deixar de endereçar uma palavra de apreço ao nosso Presidente Dr. Mota Amaral, pela forma como soube e sabe conduzir o diálogo entre o Grupo Parlamentar e o Governo.

O Plano e Orçamento para 1995 enquadra-se numa estratégia de desenvolvimento regional certa, que nos conduzirá à concretização do nosso próprio modelo de desenvolvimento regional.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontra-se reunida a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, tendo como ponto principal na sua ordem de trabalhos a apreciação e discussão de documentos tão importantes para a nossa vida colectiva, como são o Plano e Orçamento para 1995.

Toda esta discussão é importante porque aborda o balanço do ano que está a findar, os problemas enfrentados nas áreas económicas e sociais, na tentativa de manter o nível do investimento dentro de parâmetros normais fazendo funcionar a economia e consequente manutenção do nível de emprego. Podemos afirmar que foram conseguidos estes objectivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As verbas inscritas no Plano para 1995, representam um aumento significativo ao que era previsto no PMP 93/96, tendo como finalidade e pelos sectores distribuídos, tentar-se combater a crise que abalou todo o mundo nos anos de 1992 e 93 e que inevitavelmente atingiu uma Região como a nossa, altamente dependente do exterior que tenta ao longo de dezoito anos atingir os padrões de desenvolvimento do País, colmatando um atraso de séculos.

Os nossos maiores problemas situam-se na área das receitas, que são escassas, tendo a Região que manter padrões de bem estar ao nível do País, servindo de exemplo as áreas da Saúde e Educação em que a Região é obrigada a aplicar, e muito bem, os critérios oriundos dos respectivos Ministérios, resultando de imediato o aumento das despesas correntes, aplicação esta que não é acompanhada pelas respectivas contrapartidas financeiras, a nível da receita.

Não há dúvida que falha aqui o conceito de Solidariedade Nacional, o qual não tem funcionado em pleno, sendo também verdade que esta ausência de entendimento não é de agora, mas de sempre, não estando dependente de qual o partido que apóia o Governo, embora a oposição, mais concretamente o PS, venha cinicamente defender que com ele seria diferente. A história da nossa Autonomia, prova o contrário.

Sr. Presidente, Sras. e Senhores Deputados, Srs. Membros do Governo:



Toda a discussão à volta do Plano para 1995, ao longo destes dois dias, dá-nos duas ópticas diferentes de abordagem sobre os documentos e sobre os conceitos de política económica, social e cultural da Região Autónoma dos Açores:

1ª - A óptica e conceito do Governo e da maioria que o legitima, que exercendo o poder, enfrentou e sentiu na carne as dificuldades financeiras decorrentes da crise mundial e arranjou e tenta encontrar soluções para manter a economia o mais estável possível, mantendo o emprego, o bem estar social e colmatando algumas deficiências estruturais a nível das diferentes ilhas, tendo como base o conceito de desenvolvimento harmónico da Região, conceito este que na prática, e por vezes, não é possível aplicar a 100%, em consequência da nossa dispersão e realidade económica/social das diferentes ilhas.

2ª - A óptica e conceito da oposição que aposta em primeiro lugar, no divisionismo entre as ilhas, apostando no ditado "dividir para reinar", o qual ficou bem patente em intervenções de deputados do PS, que consideravam muito competentes na área económica, mas que enveredaram por um discurso divisionista, pobre e demagógico, não contribuindo em nada para a discussão do Plano.

Por outro lado, esta oposição inventa Planos e Orçamentos absurdos, baseados em receitas imaginárias e à medida que a discussão decorre, contradizem-se constantemente.

Os líderes da bancada do P.S., acusam a alta das despesas correntes, a falta de investimentos e principalmente o constante recurso ao crédito para financiar o Plano que acusam ser insuficiente para o desenvolvimento da Região, para logo de seguida, virem Deputados dessa mesma oposição, uns a reivindicarem mais professores, mais médicos, mais enfermeiros etc, em suma mais profissionais, que concordamos serem necessários, mas que irão fazer disparar as despesas correntes e em áreas que já representam cerca de 78% das despesas correntes da Região.

Outros reivindicam, mais escolas, mais centros de saúde, mais pistas, mais marinas, mais estradas, mais matadouros etc, obras que achamos necessárias, mas que só seriam possíveis duplicando ou triplicando o valor do empréstimo considerado no Plano e Orçamento e por conseguinte, o aumento da dívida pública.

Afinal em que ficamos?

Não sabem, porque estão enredados pela sua própria demagogia e todas as contradições são o resultado da estratégia do Partido Socialista, a nível nacional, tiradas a papel químico para a Região e assumidas pelo novo líder e que se baseiam em, muito falar com pouco conteúdo e muito acusar e prometer mas não fundamentar.

Sr. Presidente, Sras. e Senhores Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poderia aqui facilmente reivindicar mais verbas para a Ilha de St<sup>a</sup> Maria e distribuí-las por diferentes áreas que carecem de investimento e que todos nós conhecemos, até porque numa abordagem profunda das necessidades dos Açores, todas elas são iguais.

Na linguagem fácil da oposição, poderia acusar que mais uma vez Santa Maria "não tem futuro", que "o investimento do Governo na ilha é nulo", que "a Ilha de St<sup>a</sup> Maria é a mais prejudicada", embora esta última afirmação já não tenha muita consistência, porque a disputa pelo 1.º lugar das "ilhas mais prejudicadas" já foi reivindicado por outros três deputados da oposição ao referirem-se aos seus círculos eleitorais.

Seria demagógico e irreal assumir uma posição destas, quando todos estamos de acordo que neste Plano estão as verbas possíveis e, por conseguinte, os projectos que achamos prioritários a nível de cada ilha.

Inventar receitas, ou reduzir despesas, que não passam de pura invenção, é demagogia e dá-nos a dimensão exacta da responsabilidade e credibilidade dessa oposição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como mariense e optimista quanto ao futuro da Ilha, apesar das dificuldades que esta enfrenta, continuo a acreditar nas suas potencialidades endógenas, até porque um processo de desenvolvimento, sendo normalmente lento, tem de ser, essencialmente seguro, e este Plano é uma das peças que irá contribuir para que se possa atingir esta meta.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para uma intervenção.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O final de 94 e o ano de 1995, deverão ser palco de questões importantes para os sectores da agricultura e pescas e que, por razões óbvias, não são referência neste plano que agora discutimos.

Devemos assistir a uma certa estabilidade no seio da PAC, não se prevendo alterações de fundo, quer na área dos investimentos, quer na área das ajudas ao rendimento. As recentes alterações aprovadas em Conselho de Ministros dos Reg's (CEE) 2328 e 866 estão em transito pela Comissão, não existindo por ainda, sob a forma de regulamento, as alterações referidas. Espera-se, aliás, por parte da Comissão, alguma "resistência" à sua implementação.

Digo isto pelas consequências financeiras das mesmas alterações.

O ano de 95 será palco, isso sim, das negociações das propostas de alteração do POSEIMA, onde, no regime dos abastecimentos, a questão dos cereais assume enorme relevância. O novo acordo do GAT veio tomar, cada vez mais próximos entre si, os preços dos cereais nos mercados mundial e europeu, o que diminui o nível das ajudas.

Na área das pescas, a discussão da proposta de regulamento relativo à adaptação dos regimes de acesso às águas e aos recursos fixados no Acto de Adesão de 1986, constitui a questão de maior ressonância política e económica.

Contudo, naquilo que directamente, e de forma muito significativa, afecta a actividade económica da Região, ou sejam, os mercados do leite e lacticínios e das conservas de atum, poderão verificar se fenómenos, cujas consequências, serão difíceis de medir neste momento. E essas, mais do que o próprio Plano para 1995, constituem para mim motivos de grande expectativa e, porque não dizê-lo, de preocupação.

Embora seja no mercado dos leites líquidos, que se podem vir a verificar perturbações, por excesso de oferta proveniente de outros parceiros comunitários, o que não afectará os mercados preferenciais da Região, que são na área dos leites

transformados, é preciso estar atento a estes fenómenos, pois eles são sempre portadores de perturbações em maior ou menor grau, conforme as circunstâncias. Por outro lado, os sectores da comercialização/distribuição, serão cada vez mais exigentes, quanto à competitividade, facilmente podendo eliminar do circuito, quem não tem dimensão do lado da oferta.

Na área do mercado das conservas de atum, as questões serão ainda mais complexas. Competir com países cuja mão-de-obra é significativamente mais barata e produtiva do que a nossa, ou com o elevado nível de das conserveiras, por parte de outros países concorrentes, levanta dificuldades à colocação nos mercados exteriores, mesmo tendo em conta que nos posicionamos numa faixa de consumo de conservas de elevada qualidade, e mesmo contando com as ajudas do POSEIMA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começaria por isso, esta minha intervenção neste debate, pelo sector das pescas.

Para combater o afirmado anteriormente, o Plano consagra soluções adequadas. São elas as ajudas à "Warrantagem" das nossas conservas e também à sua promoção, de forma muito específica nos mercados europeus onde, para além da Itália, iniciaremos em 95 uma grande campanha em Espanha. Também os Estados Unidos serão um país alvo de promoções especiais, já que a comunidade americana, depois de alguns ensaios, começa a mostrar interesse pelas marcas de qualidade.

Na área da frota, cumprimos com compromissos anteriormente assumidos, e devemos crescer de forma moderada, de acordo com as disponibilidades financeiras e de tripulações e de acordo também com as perspectivas de crescimento que nos permite a continuidade Europeia. Saliento, a continuidade da construção naval, através da encomenda por empresa privada, no estaleiro de Santo Amaro do Pico, o que permite manter uma actividade económica de grande importância para a ilha e para a Região.

Saliento, pela sua enorme importância, os apoios consagrados à investigação científica levada a cabo pelo Departamento de Oceanografia e Pescas. Nunca é de mais realçar o papel fulcral que o DOP desempenha na definição das políticas para o sector. A manutenção de meios técnicos importantes, como é o caso do navio "Arquipélago", são uma opção fundamental do Plano.

O mesmo se passa com a formação profissional, onde as acções nas áreas de aptidão pescas e arrais será prosseguida, assim como na de motoristas, marinheiros, pescadores e gestão das pescas.

Estão também previstas, dentro da Política Comum de Pescas, subsídios para abates e constituição de associações temporárias de empresas, projectos já aprovados pela Comunidade, assim como as participações financeiras da Região para projectos de investimentos na área da transformação.

Quanto às negociações do Tratado de Adesão, anteriormente referidas, temos defendido os princípios gerais estabelecidos pelo Reg 1275/94, de 30 de Maio, a saber:

- O respeito pelo princípio da estabilidade relativa e pelas excepções ao princípio da liberdade de acesso às águas e aos recursos;
- o não aumento dos níveis globais do esforço de pesca;
- a preservação do equilíbrio dos recursos nas zonas de grande sensibilidade;
- a ponderação, caso a caso, das condições geográficas, geomorfológicas e biológicas de cada região marítima, tendo em conta, nomeadamente, a preservação das necessidades particulares das regiões cujo desenvolvimento sócio-económico das populações locais é particularmente dependente da pesca e indústrias conexas.

A nossa posição tem sido a defesa intransigente destes princípios, procurando, em termos gerais, a não alteração das condições estabelecidas no Acto de Adesão. Esta posição tem sido fundamentada com justificações científicas, técnicas e políticas, oportunamente fornecidas pelo Ministério do Mar à Comissão.

Assim, as zonas de pesca deverão ser individualizadas, sempre que tal se torne necessário para garantir o respeito dos princípios gerais definidos, nomeadamente no que se refere à preservação dos equilíbrios dos recursos nas zonas de grande sensibilidade (isto significa, na prática, e no que se refere aos Açores, que a Zona X deverá ser sempre individualizada e que o esforço de pesca deverá manter-se ao nível e nas condições do regime transitório).

Por último, devo referir, que as recentes decisões tomadas, para 1995, no seio da Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico, envolvendo também espécies afins, como o espadarte, apenas nos atingem no respeitante a esta

última espécie e, mesmo assim, de forma muito atenuada. A quota de 3000 toneladas a dividir em partes iguais por Portugal e Canadá, permite a garantia da actividade económica sem alteração significativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à agricultura, a política para o sector, a prosseguir no decurso de 1995, encontra-se já claramente definida no PMP 93-96 e terá a sua expressão pragmática nas seguintes áreas de intervenção:

- Melhoria das condições de carácter colectivo (nomeadamente estruturas e infraestruturas) exteriores à exploração;
- Apoio às explorações agrícolas nas vertentes: investimento, rendimento, organização, conhecimento científico e formação de recursos humanos;
- Apoio à produção silvícola e áreas anexas relativas ao ambiente e ao recreio;
- Desenvolvimento de medidas ao nível da transformação, com incidência nos aspectos de tecnologia e qualidade; implementação de medidas que visem a melhoria da organização das estruturas de comercialização; promoção dos produtos regionais.

Realço as acções no âmbito do ordenamento agrário, área de fulcral importância para a modernização do sector, onde teremos a continuação das acções de natureza estrutural, com a elaboração de projectos de estruturação fundiária em S. Miguel, abrangendo 3 000 hectares, e a execução de projectos que visam o emparcelamento e o redimensionamento físico das explorações numa área de 3 500 hectares na Terceira. No perímetro de ordenamento agrário da Bacia Leiteira de Ponta Delgada serão construídos 23 kms de caminhos agrícolas, e no perímetro do Paúl, 20 Kms. Na rede de caminhos existente nestes perímetros e cuja reconstrução se prevê executar a partir de 1996, serão efectuadas obras de manutenção num total de 35 Kms, tendo em vista assegurar o tráfego agrícola no seu interior.

Fora dos perímetros de ordenamento agrário, e no que se refere aos caminhos rurais, continuarão algumas acções de conservação da rede existente.

No que respeita ao abastecimento de água às explorações agro-pecuárias serão executadas as redes de distribuição nos perímetros de ordenamento agrário de Ponta Delgada e do Paúl, abrangendo 5 000 hectares.

Serão também elaborados projectos para as ilhas de S. Miguel, Terceira, S. Jorge e Faial num total de 10 000 hectares e executadas diversas obras pontuais, como sejam pequenos reservatórios e redes de distribuição, nas Ilhas de S. Miguel, Terceira, S. Jorge e Flores abrangendo cerca de 6 000 hectares.

O programa de "Cessação da actividade agrícola", apresentado ao abrigo do Reg. 2079/92 e aprovado pela Comissão Europeia no decurso de 94, terá o seu início em 1995, prevendo se abranger 120 beneficiários.

Face a algumas críticas surgidas nesta área, gostaria de salientar o seguinte:

Para o período 95/98, estão previstos 435 beneficiários, com uma área abrangida de 2 340 ha, para uma despesa total de 1 200 000 contos, com uma participação regional de 298 000 contos.

Ao contrário do que se tem verificado, por exemplo em Espanha (onde a contenção de despesa se efectuou ao nível de intervalo de idade ilegível 60-65 anos), ou no Continente (pela diminuição do valor dos subsídios a praticar (2 200 Ecus e 3 600 Ecus), na Região optou se pela máxima abrangência prevista no regulamento, isto é 55-64 anos para o intervalo de idade, e pelos prémios e subsídios máximos, ou sejam, 4 000 Ecus/ano subsídio e 250 Ecus/ha, até ao limite de 9 310 Ecus por exploração e por ano.

A experiência observada na maioria dos países europeus, não é de molde algum indicadora de grandes resultados. Importa pois testar a medida na Região.

Contudo, chamo a atenção para o seguinte:

A maior ou menor eficácia do quadro descrito para arrancar na Região com a medida, poderá permitir, a partir de 1996, uma renegociação e aumento do respectivo quadro orçamental de suporte.

Termino por dizer que, apesar de tudo, e tendo em linha de conta variáveis externa altamente desfavoráveis (corte orçamental na Comunidade, duração excessiva do período negocial) alheias à vontade da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, as propostas com que vamos trabalhar são, do meu ponto de vista, interessantes.

Quanto às áreas de experimentação e formação profissional, sanidade animal e higiene pública veterinária, protecção da produção agrícola e transformação

prossequiremos o iniciado no âmbito do PMP, retomando algumas acções que tinham sido interrompidas por deficiências orçamentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Plano para 95, na área agrícola, deve ser visto de duas formas distintas: A área dos investimentos que, obviamente, tem os seus limites financeiros, quer regionais, quer comunitários, e a área dos apoios aos rendimentos, quer os que decorrem da normalidade da aplicação da PAC, como os que decorrem da aplicação do POSEIMA que, de forma alguma, podem ser dissociados.

Tenho ouvido algumas vezes que os apoios concedidos na Região são inferiores aos do Continente. Ora, os números revelam precisamente o contrário. E até posso dar como exemplo, que a única Região do País onde se permite conceder subsídios de instalação, no âmbito do Reg. 2328, quando a exploração transita de pai para filho, é nos Açores.

A situação que vivemos na agricultura da Região (a necessitar com certeza de correcções), tem sido, a partir de 1993, de aumento dos rendimentos. A conjuntura externa tem sido favorável, o que permite ao mecanismo dos preços funcionar de forma muito positiva. As inegáveis melhorias de qualidade da produção regional, são também fenómenos muito positivos, e que atestam a modernização dos diferentes sectores produtivos.

Por outro lado, as ajudas aos rendimentos, hoje indissociável da restante política, permitem encarar o futuro com tranquilidade.

Disso não tenho dúvidas.

*(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Sobre esta matéria muito havia para se poder pedir esclarecimentos, no entanto dada a limitação de tempo, gostaria apenas que focasse dois aspectos dos quais não me apercebi que tivesse focado na sua intervenção.



Em primeiro lugar, o que é pensa sobre a garantia salarial aos pescadores na Região?  
Em segundo lugar, gostaria que me confirmasse quando é que será lançado a concurso a obra do Matadouro das Flores?

**Presidente:** O Sr. Deputado Hélio Pombo pede a palavra para pedir ou dar esclarecimentos?

**Deputado Hélio Pombo (PS):** Primeiro, desejava interpelar a Mesa, Sr. Presidente, se fosse possível.

**Presidente:** Com certeza, Sr. Deputado. Faça o favor.

**Deputado Hélio Pombo (PS):** Sr. Presidente, sabe que nós somos um universo de 9 ilhas e que está entendido que em cada ilha as pessoas têm uma diferente sensibilidade.

Os corvinos são pessoas hipersensíveis. E nesse aspecto, sinto-me ofendido na minha honra, com a intervenção que o Sr. Secretário fez.

Assim, gostaria de formular-lhe uma pergunta para ficar esclarecido, porque realmente sinto-me ofendido. E foi dentro dessa hipersensibilidade de corvino que eu pedi a V. Ex<sup>a</sup>. para me conceder a palavra e não para prestar ou pedir um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra.

**Deputado Hélio Pombo (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário, ouvi V. Ex<sup>a</sup>. com atenção e sinto-me ofendido na minha honra pelo seguinte:

O Sr. Secretário falou da sua Secretaria, com a amplitude necessária. Mas como a mesma Secretaria, de 1989 a 1994, investiu na Ilha do Corvo uma média de 657.850 escudos/ano, o que é manifestamente pouco, eu solicitava a V. Ex<sup>a</sup>. que me informasse se no próximo ano, ou seja, em 1995, a sua Secretaria irá investir nos seguintes aspectos:

- apoio à Cooperativa da Ilha do Corvo;
- a Casa de Matança da Ilha do Corvo, se V. Ex<sup>a</sup>. também pretende na vigência deste Plano fazer algum investimento na mesma?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos e responder a estas interrogações.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu começaria pelo Sr. Deputado do Corvo.

Eu hoje estou com azar, só ofendo a honra dos Deputados!

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

Nunca tal me tinha acontecido. É a primeira vez nestes anos todos que ofendi a honra dos Deputados. As minhas desculpas!

Também não percebo porque é que o Sr. tem a honra ofendida, mas como eu não tenho nenhuma história para lhe contar...

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Eles nem sabem gerir o seu tempo...!

**Deputado Ricardo Barros (PS):** A conversa ainda não chegou à creche!

**O Orador:** ... é caso para perguntar se a honra não estará de facto um pouco **diminuída?**

Quanto ao problema dos lacticínios do Corvo, eu já expressei ao Sr. Deputado, particularmente, que tenho seríssimas dúvidas do êxito duma "unidade cooperativa" no Corvo que concentre toda a produção daquela ilha.

E, tecnicamente, sou muito mais partidário do tipo de solução que se encontrou para o Pico para as pequenas produtoras do chamado "queijo do Pico" - queijo de S. João e familiares - e que depois apenas na parte final haja uma concentração de oferta e comercialização. Esta é a minha opinião.

Quanto à Casa de Matança, digo-lhe o seguinte:

Estou fazendo um esforço muito grande para que em 1995, a gente consiga concretizar alguma coisa no Corvo sobre essa matéria.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Valadão - **a quem a honra eu não ofendi, os meus agradecimentos -**

*(Risos do Secretário Regional da Saúde e Segurança Social)*

... não tenho uma resposta para lhe dar quanto à garantia salarial, é um assunto extremamente complexo, sobre o qual eu tenho algumas dúvidas e que está neste momento em fase de estudo. Quando tivermos alguma solução ou alguma posição governamental sobre essa matéria, com certeza o Sr. Deputado saberá.

Em relação ao Matadouro das Flores que foi a 2ª pergunta que me fez, eu garanto-lhe que em 1995, teremos cimento e blocos nas Flores para iniciar a construção do Matadouro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

O Sr. Deputado dispõe ainda de 4 minutos e 50 segundos.

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como tenho pouco tempo, vou procurar ser o mais objectivo possível, concreto e sincero e evitar - às vezes sou sem querer - ser duro.

Sendo o sector agrícola o de maior produtividade na nossa Região, os agricultores têm dificuldade em compreender o desinteresse e a falta de vontade política em investir nesse sector. Senão vejamos:

Aquando da discussão do PMP 1993/96, considerou-se que o Programa Agricultura necessitaria de 21 milhões de contos para que se considerasse o programa razoável.

Afinal, para espanto nosso, foi dotado de 14 milhões, depois reforçado por 2,5 milhões, ficando ainda a faltar 4,5 milhões de contos.

Podem argumentar que o corte foi geral e que todos sofreram com isso. Mas a agricultura, a base da nossa economia, sofre uma redução superior à redução média dos outros programas do Plano de 10%.

Parece-nos incorrecto, se atendermos que nos últimos anos tem sido o único sector com maiores ganhos de produtividade.

O Plano para 1995, atribui 4,5 milhões de contos ao sector agrícola, menos 500 mil contos do que no ano anterior.

Os números de 1995 confirmam o que se passou em 1993 e 1994. Em 1993, dos 10 milhões de contos adicionais afectos ao Plano, apenas 250 mil contos foram para o sector primário.

No Plano de 1994, de 10,15 milhões de contos adicionais, apenas 870 mil contos são afectos ao sector.

Para 1995 - e face à necessidade de compensar as reduzidas correcções de 93 e 94 e o PMP 1993/96 - os agricultores acham necessário um reforço adicional de 2.8 milhões de contos.

Em falta, estão portanto, 2.8 milhões de contos para o sector agrícola para o ano de 1995.

Em contrapartida, este Plano é insuficiente e a sua inadequação torna-se ainda mais acentuada, tal como nos anos anteriores, quando se analisa a desagregação.

Um dos sub-programas referentes à transformação e comercialização, que bem poderia estar nos Programas P7 - "Comércio" - ou P5 - "Indústria" - e não na Agricultura, porque foram atribuídas verbas a estes programas que fizeram reduzir os 4,5 milhões de contos, para 3 milhões de contos.

Incompreensível esta atitude, porque sabemos que o Comércio e Indústria têm incentivos regionais para projectos médios e incentivos do Estado para projectos de outra dimensão.

Faço a seguinte pergunta ao Sr. Secretário:

- Que vai fazer com 3 milhões de contos?
- Para quando a infraestrutura agrícola de que acabou de falar?
- Para quando o máximo aproveitamento dos apoios comunitários?

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo está a esgotar-se.

**O Orador:** Sim senhor, Sr. Presidente.

O que eu penso é que o Sr. Secretário conseguiu ferir a dignidade do rendimento dos agricultores.

Em sinal de protesto pelo presente, e de alerta pelo futuro, os agricultores micaelenses, neste dia e nesta hora, colocaram as suas bandeiras, símbolo do maior respeito, a meia haste.

Haja respeito e dignidade pelo rendimento dos agricultores!

Tenho dito.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pretende a palavra para?

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Para prestar alguns esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não se pode deixar passar em branco algumas das afirmações feitas pelo Sr. Deputado Independente. Aliás, voltaria a contar a primeira história que contei na primeira intervenção, se me fosse possível.

Como é que é possível fazer esse tipo de raciocínio, quando todos os números indicam precisamente o contrário, em relação à agricultura?!

Já disse, e volto a referir, que não se podem dissociar os investimentos das ajudas ao rendimento que são hoje fulcrais para sustentar a agricultura.

Só neste mês de Dezembro, durante a 1ª quinzena, entre IC's e subsídios à vaca leiteira, receberá a agricultura dos Açores 2,6 milhões de contos de subsídio a fundo perdido.

Quando se vem dizer que o Programa não tem na transformação verbas substanciais, esquece-se que é obrigatório ter na agricultura essas verbas. Porquê? Porque elas decorrem da aplicação de Regulamentos Comunitários que são administrados pela agricultura. E são todos eles projectos de transformação, relacionados com a agricultura. São eles todos projectos de transformação do sector do leite que vêm viabilizar novas estruturas, vêm modernizar as estruturas existentes, vêm diminuir custos, vêm trabalhar a favor da lavoura.

Mais do que isso: os números, vistos **por defeito**, em relação às transferências directas e indirectas para a agricultura nos Açores, são cerca de **112 milhões de contos** em 1995.

Poder-se-á afirmar que na área do investimento público se poderia fazer mais - é verdade que sim!

Mas, então, onde é que ficaríamos?

Aliás, uma intervenção aqui ontem proferida pelo Sr. Deputado Silva Melo sobre esta matéria, é extremamente interessante.

Ele diz, e com razão, "falta o porto de Pescas de S. Miguel"; "falta o Matadouro de S. Miguel"; falta não sei que mais... bem, se formos pôr no Plano de 1995 tudo o que falta fazer na agricultura, não há milhões de contos que cheguem para isso!

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Obrigado, Sr. Presidente.

Agora, quando todos os indicadores vão no sentido de que as contas económicas da agricultura, quer vistas a preços correntes quer vistas a preços constantes, vêm subindo, significativamente, nos últimos anos; quando vimos a subir, significativamente, as ajudas aos rendimentos da agricultura que se somam pela ordem dos **milhões de contos**; quando os projectos que estão apoiados no sector de transformação são **exclusivamente projectos agrícolas**;

Como é que se pode dizer que a agricultura está ofendida?!

Então, se os Srs. puseram a bandeira a meia haste por esse facto, toda a Região teria a bandeira a meia haste!!

Os professores, porque querem mais escolas. Os doentes, porque querem mais hospitais. Os agricultores, porque querem mais dinheiro. Os pescadores, porque não sei mais o quê, toda a gente andava de preto no dia de hoje!

Acho profundamente demagógica essa atitude do Sr. Deputado!

E é contraditória com os números que aqui apresentaram!

Não é possível a um sector que viu aumentar os seus rendimentos desde 1993, claramente, onde os preços deste momento, quando se vai a uma praça qualquer de gado, e os bezerros são vendidos a 35 contos cada um que é o preço menor...

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo está a esgotar-se.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Onde acabo por referir que antes de terminar o ano **mais de 3 milhões de contos** com subsídios a fundo perdido, estarão no bolso dos agricultores, Sr. Deputado, perdoe-me, mas não vamos tão mal como isso!!

*Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel António Martins pede a palavra para?

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** Sr. Presidente, é para defesa da honra.

**Presidente:** Sr. Deputado:

O debate parlamentar tem características próprias que o Sr. Deputado, naturalmente ao longo destes anos que aqui está já deverá ter notado. E, portanto, já deverá ter percebido que dentro dos limites do respeito pelas pessoas que não foi aqui de maneira nenhuma ofendido pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, não podendo servir-se disso nem pode constantemente arrimar-se dessa situação, para evitar a contagem de tempo, de acordo com a praxe que se tem seguido na Casa, de que estas intervenções para a defesa da honra, são sempre muito curtas e são raras, porque raramente é hábito nesta Casa nos ofendermos.

E, portanto, não vai ser agora com a chegada do Sr. Deputado que vamos passar a entrar num esquema que não era habitual.

O Sr. Deputado ainda dispõe de alguns segundos. E eu dou-lhe a palavra para o Sr. Deputado prestar os esclarecimentos que achar necessários ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas. E pedia-lhe que fosse breve.

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** Sr. Presidente, reconheço que tem toda a razão. Vou procurar ser muito rápido, porque o tempo obriga-me a isso.

Em relação ao que disse o Sr. Secretário Regional, seria bom que consultasse e não confundisse os apoios ao rendimento com os apoios ao investimento.

Os agricultores portugueses, em relação aos espanhóis que são os que recebem menos apoios, recebem 4 vezes menos. Em relação aos holandeses, 24 vezes menos. E os açorianos, em relação aos do continente, como o Sr. Secretário disse mas ao contrário, por isso seria bom que fizesse a consulta ao IFADAP, recebem 10 vezes menos.

Portanto, afirmo, categoricamente, que o que o Sr. Secretário referiu não é verdade!

Os agricultores açorianos estão em desvantagem em relação aos do Continente na relação de 10%.

E também não confundir em relação aos subsídios com um estudo que o Sr. Secretário também tem!

Em relação à política nacional, todos os subsídios, quer de ajudas ao rendimento quer de ajudas ao investimento, são absorvidos pela banca, devido ao diferencial de juros que existe neste País relativamente aos outros países comunitários.

Portanto, os dinheiros, quer para ajudas de manutenção do rendimento quer para o investimento, são indirectamente para a banca e não para nós, agricultores! Que isso fique bem claro!

**Deputado Manuel Amaral (PSD):** Não consegues viver?!

**Presidente:** O Sr. Deputado Independente esgotou o seu tempo de debate.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pede a palavra para naturalmente prestar esclarecimentos. Tem a palavra.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Deputado:

Normalmente, eu não interviria neste momento, porque nunca o fiz com nenhum deputado que tenha o seu tempo esgotado. Mas vejo-me obrigado a dizer perante esta Câmara que aquilo que o Sr. afirmou é **totalmente falso!!**

Portugal é Portugal. Espanha é Espanha. A Irlanda é a Irlanda.

Comparando todos os subsídios concedidos no território nacional - dividido em Continente e Açores - os nossos subsídios, em mais de 50% dos casos, são superiores aos subsídios do Continente!

E isso eu provo! E o Sr. não é capaz de provar o contrário!!

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** O IFADAP é que disse!

**O Orador:** O Sr. Deputado não sabe o que está dizendo!

**O Sr. está mentindo a esta Câmara!!**

**Presidente:** Srs. Deputados, nós vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

*(Eram 11,50 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.



Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Existem fortes razões para que a esperança em dias melhores, dos homens que em todas as Ilhas dos Açores vivem do contacto directo com a terra, tenha ficado seriamente abalada. Isso acontece, não só pela profunda desilusão que constituiu para eles a redução de meio milhão de contos para a Agricultura neste Plano para 1995 em relação ao de 94, mas também pela continuada falta de orientação de fundo que se verifica neste sector. Uma coisa está inevitavelmente interligada com a outra, sendo que a redução de verbas acontece precisamente devido à falta de orientação.

A ela se deve um continuado desencontro com as soluções dos problemas que surgem, fazendo com que estas só aconteçam quando totalmente ultrapassadas...

A falta de definição neste sector faz com que se ande permanentemente à deriva numa tentativa de calar descontentamentos, criando cada vez mais descontentamento; tudo isto porque ainda não sabemos se queremos produzir leite, se carne, ou as duas coisas e em que quantidades, se há ilhas mais vocacionadas para a produção de carne onde não seja recomendada a produção de leite, etc, etc.

Todas as questões fulcrais da Agricultura daqui resultam tais como o Reordenamento Agrário com toda a sorte de infra-estruturas, a aplicação dos Regulamentos Comunitários e a atribuição de toda a ordem de subsídios. Apontamos alguns factos: Em termos de Reordenamento Agrário o Sr. Secretário esqueceu-se completamente da existência das explorações fora da área dos Perímetros.

O exemplo mais flagrante do que afirmamos está traduzido nos míseros 10 kms de caminhos a construir fora deles em 1995, em perfeito contraste com os 42 kms que irão ser executados no Paúl e Bacia Leiteira de Ponta Delgada, bem como a redução de 53 mil contos na verba para abastecimento de água e o corte de 735 mil contos para Apoio à Produção em relação a 1994.

Acontece porém que mesmo em relação aos Perímetros referidos existem sérias dúvidas de que a sua conclusão obedeça aos prazos estipulados pela Secretaria, pois já existem indicações concretas de que a própria Bacia Leiteira de Ponta Delgada não terá toda a rede de caminhos concluída até final de 1996, da mesma forma em que o

atraso verificado na Lagoa do Cabrito, por razões ainda não totalmente explicadas, irá fazer com que, apesar das avultadas verbas despendidas, a lavoura naquela área fique um ano mais sem água pelo facto do Inverno decorrer sem que esta encontre espaço onde ficar.

Tudo se atrasa nesta Terra !

É sina - diria a cigana.

Má vontade - dizemos nós.

As medidas Agro-Ambientais também foram contempladas com menos 150 mil contos. Isto significa que precisamente quando se vai aplicá-las, reduz-se a verba que já em 94 era considerada manifestamente insuficiente, como insuficientes são os 38 mil contos destinados à reforma antecipada.

Não há pois em relação ao Regulamento 2078/92 nem ao 2079/92 vontade de os implementar, mesmo sabendo-se da importância que eles poderão ter em termos da qualidade dos produtos e da reestruturação e redimensionamento das explorações, bem como na criação de novos postos de trabalho. É mais uma demonstração clara de como não se sabe bem o que se quer.

A forma tímida e drasticamente redutora como se pretende aplicar o regulamento das medidas agro-ambientais através da portaria 48/94 é na verdade preocupante, pois comparando com a forma como é aplicado no Continente Português, chega-se à conclusão de que ele pouco interessa à Região...

Trata-se fundamentalmente da produção extensiva, um pressuposto de ajuda à qualidade que será com certeza a meta principal a atingir num futuro imediato.

É deveras criticável a aplicação deste Regulamento à Região, tanto em relação ao montante dos prémios a conceder como em relação à forma como é concedido.

Em relação à Reforma Antecipada, seria no mínimo hilariante se de assunto tão sério não se tratasse. Os 120 potenciais contemplados nem dão para a área dos Perímetros quanto mais para toda a Região.

As Medidas de florestação aplicadas pela Portaria 55/94 em cumprimento do Regulamento 2080/92 deverão ter o mérito de repor a floresta em sítios onde aconteceram arroteias mal concebidas e contribuir para a ajuda aos lavradores, através dos prémios à manutenção e à perca de rendimentos. Estes deviam ter sido

maximizados pelo menos em relação à área das lagoas, onde se tornam necessárias medidas rápidas de alteração à vida dos que aí possuem explorações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pouca divulgação que tem sido dada a toda a legislação relacionada com a Agro-Pecuária, apesar da existência da revista "Divulgar" que peca apenas por pouco frequente, do Jornal da AAIT e dos spots televisivos, é bastante preocupante.

Entendemos que só um programa televisivo totalmente isento e vocacionado para elucidar os lavradores, consegue juntá-los em audição atenta e permanente de forma a que chegue ao conhecimento de todos tudo o que seja susceptível de ser informado. De contrário, subsistirá a suspeição de que as medidas existem e há a preocupação de as publicar em Jornal Oficial, mas pouco interesse na sua aplicação.

Quanto aos subsídios que estão sendo aplicados, temos algumas considerações a fazer e que se prendem com o facto de considerarmos que eles deverão existir para favorecer a Região e não para transformar esta em vítima dos mesmos.

A falta de estudos sobre a rentabilidade económica das pequenas explorações, dos diversos níveis das consideradas médias e até das grandes, aliada talvez a uma vontade de não "levantar ondas", pois que para tal é necessária alguma coragem, fazem com que nos Açores estas ajudas estejam a ser distribuídas sem atender à dimensão das explorações ou ao número de cabeças de gado que nelas existam. Ora, este procedimento está criando assimetrias de tal ordem, fossos tão profundos no seio da lavoura que conduzem a situações tão injustas como sejam: quem menos necessita receber mais e quem mais precisa receber menos.

Enquanto a grande maioria dos lavradores necessita dessas verbas para pagar as suas rendas, outros já exigem a liberalização das mesmas; enquanto para a maioria elas representam um peso significativo, outros há que oferecem quantias exorbitantes pelo arrendamento dos terrenos, causando com esta atitude um profundo descontentamento nos senhorios e provocando o estrangulamento das pequenas explorações.

Ora o Regulamento 2081/93 que substituiu o 2052/88 no seu art. 3º, nº 3, alínea c) diz que as intervenções do Feoga Orientação são para "contribuir para assegurar aos agricultores um nível de vida equitativo".

O próprio PDR para os Açores aponta para a tripla função do sector Agrícola: Produtiva, Social e Ambiental e preconiza: - cito - "a viabilização do maior número possível de sistemas e explorações agrícolas quer eles apresentem viabilidade económica efectiva ou potencial ou porque a sua sustentação se justifique por razões de natureza social ou ambiental, desempenhando um papel crucial na fixação da população rural"- fim de citação.

Como se verifica, não parece existir grande coerência entre a forma como se executam certas regras e aquilo que se diz pretender.

Sr. Presidente, Srs. Deputados , Srs. Membros do Governo:

É que o Governo Regional não pode fixar as populações ao meio rural, nem pretender a melhoria da sua condição social, com base na usurpação dum direito constitucional que é o do direito à propriedade.

Não é justo que se inviabilize o acesso do senhorio à sua própria terra, para além do prazo que a lei estabeleça.

Compete-lhe, isso sim, criar os mecanismos para que os rendeiros vão adquirindo os terrenos de que necessitam, através da concessão de linhas de crédito bonificado, facilidades de pagamento, isenção de impostos etc., de forma a que, progressivamente, a teoria sustentável de uma exploração pertencer a quem a explora, possa na prática ser uma realidade. Mas é evidente que ajudando a criar situações caóticas como as que já existem não se está contribuindo para soluções pacíficas nem justas.

Somos por isso de opinião que os subsídios e ajudas ao rendimento dos lavradores devam ser atribuídos na razão inversa da dimensão das suas explorações ou número de cabeças de gado. Isto acontece aliás no Continente onde em todas as Portarias que aplicam os Regulamentos Comunitários, a atribuição das ajudas é feita nessas circunstâncias.

Além disso, o Governo da República, na sequência do Decreto-Lei 150/94 que cria o PAMAF, publicou uma série de 7 Portarias, da 809-A à 809-G/94, que são no fundo uma Orientação Global, abrangendo todas as medidas Comunitárias e adaptando-as ao País.

Pode o seu conteúdo ser criticável, mas pelo menos fez-se aquilo que tarda em ser feito na Região: uma orientação de fundo para o Sector Agro-Pecuário, com os estímulos devidos à sua aplicação.

Se essa orientação existisse nesta Região, muitos dos problemas seriam talvez facilmente ultrapassados, pois instalar-se-ia a confiança no sector e conseguir-se-ia trabalhar em maior profundidade.

De forma pensada, equilibrada e completamente enquadrada num projecto de desenvolvimento Agro-Pecuário, teríamos as infra-estruturas a serem construídas de forma harmoniosa dentro e fora dos perímetros de Ordenamento Agrário, evitando que se criassem situações de injustiça que se traduzem na existência de pequenas ilhas dentro de cada ilha, autênticos oásis no imenso deserto de necessidades em que a lavoura Açoriana está mergulhada.

Saber-se-ia onde produzir leite e onde seria mais aconselhável produzir carne, colhendo os dividendos de toda uma situação que se apresenta francamente favorável em vários aspectos.

As ajudas à produção de carne de bovino, preconizadas pelo Regulamento 805/68, com as alterações introduzidas pelos Regulamentos 2066 e 3886/92, aliadas às que são facultadas pelo Regulamento 2067/92 posto em execução pelo 1318/93, e relativas à promoção e comercialização de carne de bovino de qualidade, são bastante encorajadoras para este sector.

O facto de se optar também pela produção de carne de qualidade, significa à partida, uma não dependência total do lavrador em relação à produção leiteira. Isto só por si já seria benéfico, mas para além disso, segundo os dados extraídos da situação sócio-económica da Região em 1991, o gado abatido e exportado somou 19. 642 toneladas, sendo 5. 841 ton. para consumo interno e 13. 801 ton. para exportação.

Destas, 7. 919 ton. foram exportadas por S. Miguel e St<sup>a</sup>. Maria e 5. 881 ton. pelas restantes ilhas, sendo de referir que nas Flores ainda a produção de leite era uma realidade nesse ano...

Em 1994, estes números terão certamente aumentado num mínimo de 20%, considerando o crescimento anterior.

Significa toda esta aritmética que criando condições para se proceder ao acabamento final da engorda na Região, construindo-se Matadouros Industriais em Ponta Delgada e Praia da Vitória, contribuindo para a existência do transporte adequado inter-ilhas, estaríamos certamente fixando mais valias na Região, criando postos de trabalho, fomentando o desenvolvimento.

A aposta a sério na produção extensiva conduz, inevitavelmente, à ambicionada qualidade da mesma forma em que a aplicação a sério da reforma antecipada criará inúmeros postos de trabalho onde se poderão lançar milhares de jovens na procura do primeiro emprego, trazendo outros conhecimentos, outro entusiasmo, outra forma quiçá tão radical de estar na agricultura que talvez já assuste quem tão habituado esteja à serena pacatez existente.

Para que se faça uma ideia dos postos de trabalho que só através da reforma antecipada se poderiam conseguir, basta lembrar que segundo as estatísticas, existem cerca de 7 mil lavradores com mais de 55 anos na Região. É deste número que o Sr. Secretário extrai os seus já célebres potenciais 120.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de atingida a meta da qualidade dos produtos em causa, existindo o selo de garantia para a carne produzida nas respectivas zonas demarcadas dos Açores, bem como para os produtos lácteos, competirá ao Governo Regional o acompanhamento do mercado externo à Região, a fim de fiscalizar se as mais valias devidas aos novos métodos de produção, revertem realmente para os lavradores. Para que isto se consiga, basta apenas definir o que realmente se pretende fazer e incluir no Plano as verbas correspondentes às medidas a tomar.

É evidente que para implementar tais medidas seria necessária alguma imaginação, bastante vontade e muita coragem.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

O lavrador é o verdadeiro suporte desta Sociedade Açoriana, não só em termos económicos, como também culturais.

Ele é a verdadeira essência de tudo o que nestas ilhas existe.

É-o, acima de tudo, pela ausência de vazio que nele se nota, pela fé que dele irradia, pela integridade que se lhe adivinha, pela independência de que dá mostras, pela sua inebriante individualidade!

É necessário que isto seja compreendido, para que se saiba tratar dos seus assuntos com o respeito, a rapidez e a seriedade de processos que tal gente merece.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pede a palavra para?

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Oliveira:

Obviamente a sua intervenção suscitaria um grande debate sobre matérias agrícolas, mas não posso deixar de lhe dizer que o panorama não é aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer aqui, pois se assim fosse também teria inúmeras pessoas - contam-se às centenas com quem eu falo - e que falam num panorama completamente diferente daquele que o Sr. enunciou.

Por outro lado, em termos muito globais, relativamente à reforma antecipada que é uma questão que não só colocou na Comissão como coloca aqui também, eu já expliquei a minha posição sobre essa matéria.

Nós temos nos Açores os melhores incentivos que existem no País para a reforma antecipada.

O Sr. apenas se refere ao problema de serem apenas 120. Nós não sabemos ainda se vamos ter 120 casos.

Também lhe disse aqui na minha intervenção que o programa é renegociado em 1996, se o número de 120 for ultrapassado.

Portanto, está salvaguardado nos Açores o melhor incentivo à reforma, a melhor reforma e a idade mais baixa. E, se esgotarmos em 1995 os 120, podemos renegociar

em 1996, porque assim está permitido. Os números condicionados a dinheiros não são do Plano, como dinheiros da própria Comunidade.

Quanto às linhas agro-ambientais, só num ano, o ano de 1994, já foram entregues à lavoura - a cerca de 502 agricultores - 315 mil contos. O que significa que a medida, apesar das faltas de publicitação de que o Sr. Deputado fala, está a ser implementada e com sucesso nas ilhas onde nós esperávamos que isso acontecesse.

Nós não podemos definir, à partida, as ilhas que fazem isto ou aquilo.

O agricultor, ele próprio, decide em cada ilha aquilo que puder efectivamente fazer. E também estou de acordo consigo que o objectivo final é o abate na Região. Para lá chegarmos, há muita concertação a fazer ainda, no seio da estruturação fundiária.

Não tenha dúvidas de que os atrasos na Lagoa do Cabrito, são atrasos técnicos e que nós vamos tentar - e estou convencido de que vamos cumprir - estabelecer os prazos que objectivamente determinámos.

Já uma vez lhe expliquei as minhas razões pelas quais eu não sou pela modulação de ajudas, do pobrinho cada vez mais pobrinho e do rico cada vez mais rico. Mas, no entanto, existem ajudas que estão inexploradas na Região.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** No caso das indemnizações compensatórias, é flagrante que elas estão moduladas na Região. Mais do que até estão no próprio Continente.

Para terminar a minha intervenção, porque parece que só tenho um minuto de resposta às suas questões, obviamente que o problema do arrendamento rural existe.

Já propus à Comissão que se fizesse um debate alargado nesta Câmara sobre esse assunto.

O problema fulcral desta questão, não é o problema do acesso com o senhorio, como o Sr. Deputado quis levantar, aliás confundiu os conceitos. Mas sim, saber, no fim de contas, quem é que tem prioridade: se é o filho do rendeiro que trabalhou a terra, se é o filho do senhorio que se quer transformar em agricultor.

Este é o funil onde todas as coisas se complicam, em termos da liberdade de acesso à terra que é o quadro onde nós nos movemos, politicamente, e uma lei que objectivamente tem que ser alterada nesse sentido.



Por mim, não tenho soluções para isso, no sentido de as ter aqui na algibeira. Mas gostaria de ver isso profundamente debatido nesta Casa e até no próprio seio da Comissão.

Só para terminar, quanto às contas da economia agrícola na Região, devo dizer que mesmo a preços correntes, elas subiram de 1986 para 1993, de 14 milhões de contos para 23 milhões de contos.

Mas se V. Ex<sup>a</sup> não gosta de preços correntes e gosta de preços constantes de 1990, dir-lhe-ia que elas subiram de 1986, de 19 milhões de contos para 22 milhões de contos em 1993, a preços constantes de 1990, como já referi.

Portanto, é objectivamente verdade que houve reflexos positivos da política agrícola implementada.

Quanto aos suportes comunitários de subsídios, volto a referir que, adicionando o POSEIMA - porque ele não pode ser dissociado das ajudas de rendimentos na Região, por isso é que elas existem - as ajudas são substancialmente diferentes, do que aquelas que existem em território continental.

Muita coisa ficou por responder, mas o meu tempo não deixa dizer mais.

**Presidente:** O Sr. Deputado Francisco Oliveira pretende a palavra para esclarecimentos, naturalmente. Tem a palavra.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, para dizer que reafirmo o que disse na minha intervenção, em todos os seus aspectos. Poderia, na verdade, voltar a explicar mais em pormenor, mas também, e infelizmente, a questão do tempo isso evita.

Poderemos abordar estas temáticas em outra ocasião, mas quero dizer-lhe, Sr. Secretário, na verdade e em termos de arrendamento rural, o grande caos criado existe pelas grandes ofertas de arrendamento aos senhorios que têm as suas terras arrendadas e não propriamente só devido à herança dessas propriedades. E isso é motivado, conforme afirmei e reafirmo, pela grande disparidade que existe entre um tipo e outro de explorações.

É de flagrante injustiça estar-se a dar milhares de contos, falar-se em milhões de contos de subsídios, quando se se quer a exploração agrícola para fins sociais,

também se sabe que, à partida, não havendo uma diferenciação entre aqueles cuja exploração já de si é rentável e recebem um determinado tipo de subsídios, e aqueles cuja exploração não é minimamente rentável e que deveriam receber, proporcionalmente, mais subsídios. Quando se apregoa 14 milhões de contos, indiscriminadamente, sem focar os sectores que vivem exactamente em torno desses subsídios, em que muitas vezes o lavrador é apenas o ponto de passagem para esse dinheiro, ficando-lhe apenas os bens que ele necessita para usar na sua exploração, isto tem que ser dito, porque gera uma confusão generalizada.

Toda a gente olha para o lavrador como alguém que suga aquilo que não lhe pertence e isso é uma coisa que tem que ser seriamente explicada e compete ao Sr. Secretário fazê-lo e não ajudar a criar a confusão!

Esses números de subsídios que dum forma global se apontam à lavoura, fazem criar, em todos aqueles que não exploram a terra, em todos aqueles que não são lavradores, o sinal ou a nota de que toda a gente que vive das vacas está bem e eles que têm o seu ordenado é que estão mal!

Isto não é assim!

Há um maior número de lavradores desta Região que vive mal!

Não tem realmente capacidade financeira, para explorar a sua exploração, com rendimentos adequados para os seus familiares, etc. .

Portanto, é nesta base que eu olho, como aponte o exemplo, para o continente português em que o Governo executa realmente a aplicação de subsídios nesta medida.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar mais esclarecimentos.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é verdade aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer. E, por outro lado, já o disse aqui várias vezes, os subsídios que são concedidos à lavoura dos Açores, são concedidos por determinação da PAC e fazem parte da Política Agrícola Comum. E sem os quais, não seria possível sustentar a agricultura.

Os subsídios fazem, hoje, parte integrante do rendimento de exploração. Portanto, não podem ser dissociados de mais nada.

E ninguém pode acusar o agricultor disso que o Sr. acabou de dizer, porque ele tem direito a esses subsídios, porque o seu rendimento baixou pelo mecanismo de preços. E ao baixar pelo mecanismo de preços, ele tem que ser compensado por outra via. Daí as ajudas aos rendimentos.

Já lhe disse que não concordo com a modulação dos subsídios. Mas quanto a uma outra questão que aqui falou, Sr. Deputado, devo dizer que se o Partido Socialista entende que a lei é nefasta, apresente uma proposta concreta a este Parlamento! Que o faça imediatamente!

E vamos discuti-la todos!

Eu já mostrei a minha total disponibilidade para abordar isso numa discussão franca e aberta, sobre que alterações se deve introduzir ao arrendamento rural, sobre o qual eu também tenho as minhas dúvidas, Sr. Deputado. E não tenho vergonha de as apontar, sobre essa matéria.

Gostaria que o Partido Socialista apresentasse a sua proposta e que ela fosse discutida, seriamente, de cima abaixo, por todas as Associações Agrícolas desta Região e por todos os Deputados aqui presentes.

Certamente, daríamos um contributo importante para essa matéria.

Eu fui a primeira pessoa a levantar esse problema, Sr. Deputado, quer no seio da Comissão quer no seio desta Assembleia, há uns anos a esta parte.

Quanto à concessão dos subsídios e de as pessoas entenderem a lavoura da maneira como o Sr. aqui referiu, posso dizer-lhe que os estudos que estão feitos, nas actuais circunstâncias do mercado de trabalho dos Açores, o conjunto de apoios que é dado à pequena lavoura, gera rendimentos superiores aos salários que são pagos no sector secundário.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira para mais esclarecimentos.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, não é propriamente para esclarecimentos.

Desculpe voltar a esse tema, mas eu fui acusado de mentiroso e, portanto, peço a palavra em defesa da honra.

**Presidente:** Tem a palavra para defesa da honra.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas vou cingir-me ao facto do Sr. Secretário dizer que a remodelação da atribuição dos subsídios não está certa da forma como eu disse.

A prova mais evidente de que os subsídios atribuídos pela PAC não têm que ser atribuídos, taxativamente, da forma como são determinados pelos regulamentos comunitários, está na Portaria N° 809 B que nas indemnizações compensatórias atribui esse subsídio, em razões inversas da quantidade de gado que se possui na exploração ou da dimensão desta, e que vai alterar, inclusivamente, essas verbas, atribuindo um máximo de 146 Ecus, quando o regulamento só estipula até 23, o máximo.

Portanto, há aqui indicações de que quando se quer e quando se pretende fazer realmente isso, pode-se alterar algo nesse sentido.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As indemnizações compensatórias são modeladas no Continente, isso está no regulamento.

A ajuda à exportação de bovinos é dada por cabeça. Como é que pode ser modelada pelo produtor?

As ajudas aos bovinos machos é por cabeça. Como é que pode ser modelada pelo produtor?

As restantes ajudas que existem, quer à banana quer à cultura da vinha que só existe na Região, é por área. Como é que pode ser modelada pelo produtor?

A ajuda à carne de ovino, é por animal. Como é que pode ser modelada pelo produtor?

As ajudas à beterraba sacarina, chicória e batata de semente, são por área. Como é que pode ser modelada pelo produtor?

Mais do que isso. Às vacas aleitantes, é por vaca. Como é que pode ser modelada pelo produtor?

A extensificação é por área. Como é que pode ser modelada pelo produtor?

**Deputado Fernando Fonte (PS):** As vacas não são dos produtores?

**Presidente:** O Sr. Deputado Francisco Oliveira pede a palavra para?

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, para prestar esclarecimentos.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não posso alongar-me mais nesta matéria, mas quero remeter o Sr. Secretário, e ele conhece essa matéria muito bem, para a aplicação das portarias nacionais dos sucessivos regulamentos onde, na verdade, toda a atribuição de verbas tem em consideração aquilo que eu afirmei e já reafirmei. Quer a área ocupada quer as cabeças de gado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É preciso continuar a promover a consciência colectiva de que qualquer Plano e Orçamento não é nem da agricultura, nem da saúde e da educação.

Não é de S. Miguel, da Terceira ou das Flores.

É sim um Plano para os Açores, para as suas 9 ilhas e para todos os sectores sociais e económicos, sendo certo que todos merecem atenção, são necessários ao nosso desenvolvimento e estão intensamente interdependentes.

Com estes princípios não valerá a pena colocar os intervenientes dos vários sectores e actividade em confronto desadequado e muito menos querer fazer de cada ilha uma Região.

É preciso aceitar os Açores como eles são.

E aceitar como eles são não significa esquecer o seu futuro, mas sim procurar a garantia do seu desenvolvimento, escolhendo os melhores parceiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo não tem sido de S. Miguel nem do Corvo. Tem sido de todos os açorianos e de todas as ilhas o que me faz confiar nos seus objectivos.

**Presidente do Governo Regional** (*Mota Amaral*): Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Modelos de desenvolvimento todos o terão, mas é também certo e visível que o modelo adoptado deu resultados.

Dirão alguns que há desemprego, que há problemas financeiros, que há maus gestores, que há maus políticos, que há açorianos desonestos, que há dívida pública, que há problemas ambientais, que há pobreza, que há dificuldades e que há diferenças entre os açorianos.

É sim, é verdade.

Os mesmos que digam onde pára o paraíso no mundo em que vivemos e onde os problemas a que me refiro não existam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**A Autonomia é um modelo de governação que certamente não é perfeito, mas também não é estático nem incompreensível.**

Temos entre nós bons pensadores, grandes trabalhadores, dinâmicos agricultores, comerciantes e industriais, mas temos acima de tudo grandes açorianos que decidiram aqui permanecer.

Embora alguns continuem a afirmar que o melhor está lá fora, não é o suficiente para desmotivar os que aqui vivem e lutam pelos Açores.

Votarei favoravelmente este Plano, certo de que não é o ideal para a Agricultura pois não existem planos ideais para nenhum sector ou para cada uma das nossas ilhas.

É importante lembrar que este Plano apresenta mais 1 300 contos do que o previsto no PMP 93/96.

**É Plano realista, assumido nas suas restrições, mas que tem as suas virtudes e não é de forma alguma miserabilista, como alguns querem fazer crer.**

**O sector agrícola não vai receber do Plano apenas 4 milhões e 500 mil contos mas sim 11 milhões e 800 mil contos que correspondem às dotações do programa - Agricultura, acrescidas de cerca de 1 milhão de contos pagos pelo Orçamento da SRJECIE, destinados ao transporte de adubos e ao subsídio directo ao preço de leite, bem como os 6 milhões e 300 mil contos de financiamentos comunitários.**

**O montante global de investimento na Agricultura é assim superior a 34% em relação ao total destinado às Pescas, Turismo, Indústria e Comércio, Saúde, Educação e Formação Profissional, correspondendo à maior dotação e por isso não pode nem deve ser entendido como um atentado ao progresso do sector ou diminuto em relação aos restantes.**

O plano apenas apresenta as dotações regionais para aplicação em alguns programas comunitários de apoio quer ao investimento quer ao rendimento.

Além deste montante, devem também considerar-se os prémios e ajudas directas ao rendimento, nomeadamente:

- os referentes à Reforma da PAC;
- os do POSEIMA aprovisionamento, ajudas ao rendimento e transformação, valor que em 1993 foi superior a 9 milhões de contos.

O capital afecto, directa e indirectamente, ao sector agrícola é superior a 15 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**O futuro da política agrícola regional deve orientar-se no sentido de garantir que o Governo assuma as responsabilidades públicas e colectivas, procurando dotar as ilhas dos importantes investimentos necessários à melhoria da competitividade e modernização.**

De resto, a boa gestão das empresas agrícolas, das cooperativas e associações é uma missão que cabe à iniciativa privada e não deve ser um atributo do Estado.

Há nos Açores muitos empresários agrícolas de sucesso que com grande dedicação, coragem e eficiência, são bons exemplos para o mundo, deixando para trás o ambiente de pobreza em que viviam.

Dignificar o bom nome e a imagem do agricultor açoriano não passa por medidas de excepção que o isolem da restante sociedade empresarial, mas sim aceitá-lo como verdadeiro empresário que corre certamente outros riscos.

Um agricultor e a sua família merecem como qualquer cidadão condições de habitação e saúde, transportes marítimos e aéreos eficientes e competitivos que permitam importar e exportar a melhores preços.

Em cada um dos projectos apresentados no programa Agricultura, há prioridades de ilha e regionais cujos investimentos acompanham a natural evolução da Agricultura.

**Mudar a Agricultura em qualquer parte do mundo é aceitar a mudança de gerações.**

**Sejamos capazes de pensar o que queremos da Agricultura daqui a três décadas, para que possamos assumir agora as melhores decisões.**

Tenho dito.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa para uma intervenção.

**Subsecretário Regional da Cooperação Externa** (*Lalanda Gonçalves*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A vertente externa do sistema constitucional de Autonomia é um dos mais profundos alicerces do processo de desenvolvimento económico, social e cultural e de afirmação identitária da sociedade açoriana.

Este processo de relacionamento com o exterior cria um sistema plural de trocas que envolve agentes públicos e privados e, portanto, não é monopólio do Governo. A sua concepção e realização é por natureza descentralizada, mas exige a consciencialização de uma estratégia comum de acção.

Nesta perspectiva, através do diálogo entre os diferentes parceiros sociais, está-se a construir um modelo dinâmico de afirmação regional.

Estranhamente arredada deste debate, a oposição tem vindo a afirmar uma desgarrada argumentação acerca do nosso processo de integração europeia e cooperação externa.

Lamento, aliás, que o maior partido da oposição, na moção vencedora que entronizou o actual líder, nem sequer se tenha referido aos aspectos da especificidade própria da Região, no processo de integração europeia.

Este Plano e Orçamento para 1995 traduz com clareza as opções tomadas no quadro do programa de Governo e consagra, pela primeira vez, um programa directamente



ligado à cooperação externa tendo em vista responder a projectos de duas áreas distintas mas complementares:

- Acções junto às Comunidades de Emigrantes;
- Projectos de cooperação externa no âmbito da União Europeia;
- **Acções junto das Comunidades Emigrantes** e a realização do **Congresso das Comunidades Açorianas**, constituiu uma importante vertente da acção da administração regional no âmbito da cooperação externa.

A importância das nossas comunidades emigradas como factores de projecção e de reforço do processo de identificação colectiva açoriana, tem vindo a ter um amplo sucesso demonstrando a importância da acção das Regiões Autónomas no âmbito da política global de apoio e estruturação de um amplo movimento.

Também neste contexto de acções de associações de indivíduos, têm manifestado a sua importância do acompanhamento das comunidades numa perspectiva subsidiária e incentivadora do seu dinamismo social, económico, cultural e político.

No âmbito da cooperação externa da União Europeia, este projecto visa apoiar algumas despesas ligadas à cooperação inter-regional em duas linhas:

- Acções de cooperação inter-regional desenvolvidas no seio de organizações inter-regionais europeias, onde a Região participa directamente (ARE, CRPM) ou através de organismos privados que para tal solicitam apoio à administração regional, como é o caso da União Económica das Regiões Ultraperiféricas, animado, entre outros, pela Câmara do Comércio dos Açores e pela Federação Agrícola.

Algumas acções de cooperação com outras regiões ultraperiféricas financiadas pelo Programa REGIS II suportadas, designadamente, através de acordos e protocolos multilaterais de cooperação, entre estas diferentes Regiões.

Este projecto dá continuidade à acção levada a cabo nos últimos anos pela Região, no contexto do processo de integração europeia e materializa a própria evolução que se tem verificado nos diferentes organismos europeus, em que a Região tem vindo a participar muito antes da adesão de Portugal à Comunidade e das próprias instituições comunitárias, designadamente pela participação regional no Comité das Regiões e pelo reforço da acção regional no seio do Parlamento Europeu, onde, estranhamente, o Partido Socialista não se encontra directamente representado.

Pode sintetizar-se estas linhas de força, em 4 grandes vectores:

- Afirmação do princípio de subsidiariedade e participação da Região no processo decisório comunitário; uma linha fundamental de intervenção.
- Preservação das especificidades regionais no contexto das políticas comunitárias;
- Desenvolvimento da política de cooperação inter-regional prioritariamente com as outras regiões ultraperiféricas.
- Reforço da acção de coordenação e de informação regional acerca dos assuntos e das temáticas europeias.

Para a afirmação do princípio de subsidiariedade, chamo a atenção dos Srs. Deputados, porque muitas vezes este princípio é muito nosso conhecido. E foi instituinte da própria perspectiva de autonomia democrática que vigora na Constituição Portuguesa.

Esquecida durante decénios, a ideia de subsidiariedade reaparece neste momento no debate europeu e no nosso universo conceptual.

Esta ideia assenta numa antropologia específica. "... enraíza-se numa filosofia do homem e da sociedade e resulta do encontro aparentemente contraditório de uma filosofia de acção e de uma representação precisa do interesse geral".

Filosofia de acção: o homem individual é responsável pelo seu próprio destino e capaz de o assumir. Representação precisa do interesse geral: a sociedade política é considerada como uma entidade com um destino próprio.

Na sua definição genérica, podemos definir a subsidiariedade num sistema político da seguinte forma: os poderes públicos não devem intervir senão quando os cidadãos não o podem fazer de uma maneira eficaz. Este mesmo princípio aplica-se não na relação cidadão/autarquias/região/Estado/Comunidade, numa hierarquização fundamental para uma correcta estruturação da acção política.

O princípio de Autonomia Política radica nesta perspectiva humanista e articula-se com o próprio Tratado da União Europeia, nos seus Artigos A, B e 3 B e com os princípios da Autonomia Regional contidos na Constituição da República Portuguesa, como já referi.

Portanto, é fundamental defender este princípio de subsidiariedade no contexto do processo decisório comunitário. Porquê?

Porque a Região participa no Comité das Regiões. E a Região invoca neste mesmo Comité, na sua participação, através de S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, bem como reivindica o direito de poder dar uma opinião acerca das decisões sobre a legislação comunitária.

E, portanto, no fundo, o Comité das Regiões materializa, em certa medida, de uma forma organizacional no âmbito da Comunidade, o próprio princípio da subsidiariedade.

Este Comité, criado recentemente como se sabe pelo Tratado da União Europeia, neste momento está na sua fase de afirmação. E a Assembleia das Regiões da Europa que recentemente reuniu em Estrasburgo, definiu como princípios pós-1995 e na perspectiva da revisão do Tratado, duas grandes linhas de acção em relação ao Comité das Regiões:

- uma maior autonomização em relação ao Comité, económica e social, em matéria organizacional e ao mesmo tempo,
- a separação no Comité de duas câmaras, a câmara das Regiões e a câmara dos Poderes Locais.

Esta estratégia é difícil - e nós sabêmo-lo - porque em termos europeus há uma perspectiva de confusão muitas vezes entre os poderes locais e regionais, dada a diversidade de estruturas constitucionais na Europa.

Também a nossa participação no Parlamento Europeu é fundamental na óptica do princípio da subsidiariedade. Daí que - e perdoem-me a expressão - não se fazem com viagens para sensibilização, mas sim com trabalho permanente no Parlamento Europeu, com a disponibilidade total, porque é difícil e acreditem, Srs. Deputados, não é fácil, afirmar as especificidades da Região no contexto da integração europeia.

Portanto, não é com sensibilização. Temos que ir mais longe.

**Deputado Carlos César (PS):** Cada um faz o que pode!

**O Orador:** No que diz respeito ao conselho de ministros da Comunidade, e no princípio da subsidiariedade, nós também temos vindo a acompanhá-lo de uma forma sistemática.

Por exemplo, nós participámos, através das estruturas de coordenação nacional, na comissão interministerial dos Assuntos Comunitários. E a Região tem participado e

definido com clareza as suas posições que depois são transmitidas aos conselhos de ministros.

Portanto, a perspectiva da subsidiariedade mantém-se como linha estratégica fundamental.

A defesa das especificidades da Região.

Nós reconhecemos, no fundo, ou afirmamos esta segunda grande linha, que de facto a Região Autónoma dos Açores precisa de se afirmar a nível europeu, não é como uma Região passível de um processo assistencial, como muitas vezes alguns Srs. Deputados quiseram fazer crer através de um conceito de ultraperiferia perfeitamente desnaturado, mas sim como defesa da especificidade da Região, permitindo-se que as políticas comunitárias tenham um efeito real em todos os sectores da economia e da sociedade açoriana.

Nessa perspectiva, os trabalhos realizados entre 1986 e 1988, permitiram à comissão afirmar a estratégia que ficou definida no Programa POSEIMA. E é dentro desta lógica que temos vindo a defender o enquadramento geral da defesa das especificidades regionais no contexto europeu.

O POSEIMA, neste momento, vai ser apresentado ao Parlamento Europeu através de um relatório referente aos anos de 1992 e 1993 e, tal como a comissão o refere neste mesmo relatório, a apreciação do impacto do POSEIMA na nossa Região é extremamente positiva.

O enquadramento futuro do POSEIMA não pode ser dissociado da declaração anexa ao Tratado da União Europeia. Esta declaração anexa é do conhecimento dos Srs. Deputados e dispenso-me de lê-la. Apenas vou referir o seguinte:

"As medidas previstas devem visar, por um lado, a concretização do mercado único e o reconhecimento da realidade regional, tendo em vista permitir a estas Regiões aceder ao nível económico e social médio da Comunidade".

É uma luta extremamente de longo prazo. E é nesta perspectiva que no novo enquadramento do Programa POSEIMA, damos especial destaque à perspectiva comunitária do ordenamento do território referente às Regiões com "handicaps" de características permanentes. Porque toda a argumentação que tem vindo na base do próprio POSEIMA quer dizer à Comunidade que Regiões com as nossas

características, a distância não é ultrapassável só por investimento ou por medidas estruturais. A distância tem que ser ultrapassada por sistemas globais, por políticas modeladas.

Nessa perspectiva, damos especial destaque, e para sintetizar esta estratégia relativamente às questões do Programa POSEIMA, a uma perspectiva de encontro com as outras Regiões ultraperiféricas. E aqui se insere o 3º grande vector.

**Reforçar a cooperação inter-regional entre as diferentes Regiões ultraperiféricas**, na medida em que através do Movimento Regionalista Europeu, bem como no Parlamento Europeu, é mais fácil defender estas perspectivas.

Relativamente à última linha de intervenção - **Reforço da acção e coordenação de informação regional acerca dos assuntos e das temáticas europeias** - a mesma irá prosseguir na lógica já adoptada de uma profunda descentralização das acções, visando agentes públicos e alvos específicos e em cooperação com os órgãos de comunicação social, Eurogabinete, Universidade dos Açores e também através do CERIE e do Centro de Documentação Europeia.

Também a Comissão Regional dos Assuntos Europeus irá desenvolver a partir de 1995 uma nova metodologia de trabalho, abrindo-se em sessões especializadas a membros da Assembleia, diferentes parceiros sociais, aliás como está previsto nos seus próprios Estatutos.

## **CONCLUSÃO**

**Abrir novas áreas no domínio da defesa da especificidade regional (POSEIMA post 1994) no âmbito do processo decisório comunitário que se pretende com maior eficácia, após a revisão dos próprios Tratados em 1996, desenvolver projectos conjuntos de cooperação inter-regional constituem as linhas mestras que durante o ano de 1995 se pretende consolidar com as verbas disponíveis neste Plano.**

**O programa de acção da cooperação externa insere-se, por isso, numa lógica de universalidade que constitui um desafio: o de sermos aqui e hoje no Atlântico, lugar de charneira e de partilha na afirmação livre da nossa identidade.**

Fazer neste espaço insular geograficamente fragmentado, mas cultural e politicamente unido, Portugal, à nossa maneira é, por isso, um imenso desafio.

Não é fácil!

O mapa mental do espaço português, por vezes, parece reduzir-se. Os modelos economicistas ligados à visão urbana e consumista da sociedade generalizam-se. A quantofrenia alastra-se. O debate profundo é ignorado. Os factos políticos são estereotipados. E a mensagem anulada pelo seu próprio suporte.

Neste quadro, o projecto autonómico deve afirmar-se pela força das nossas convicções e não deve ser reduzido às dificuldades que enfrenta, como tendencialmente tem vindo a ser feito pela oposição, mas sim valorizado pelo valor acrescentado que confere ao nosso País mesmo em dimensão externa.

Dificuldades sempre teremos que enfrentar. Ser livre e autónomo exige a conquista de espaços de liberdade e esta fundamenta-se pela força das ideias. Por isso, a exigência de uma sociedade plural, afirmativa e participada.

É neste quadro, e com esta motivação, que procurei apresentar-vos as grandes linhas da política europeia e de cooperação externa para o ano de 1995.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Para um rapidíssimo pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa:

A determinada altura da sua intervenção falou de duas coisas: a importância aparente, dada ou não, por determinadas forças políticas nomeadamente o PS, às questões comunitárias e o princípio da subsidiariedade.

Eu faria apenas duas perguntas a esse respeito:

- Será possível tirar alguma conclusão do facto de, apesar da legislação dizer que o plano deve ser acompanhado dos programas comunitários que o englobam, nunca o Governo Regional cumpriu esse preceito da lei do Planeamento?

Segunda questão em relação ao princípio da subsidiariedade:

- Foi apontada a autonomia como uma concretização desse princípio da subsidiariedade na Constituição Portuguesa.

Eu pergunto se se pode tirar alguma conclusão em relação ao caminho da autonomia, se o facto de até há poucos anos a Universidade dos Açores ser custeada pela Região e passar a ser custeada pelo Estado?

Se a existência, desde 1980, de um Fundo Regional de Fomento Turístico, que não desapareceu mas apenas existe na lei para ser substituído pelos apoios do Fundo de Turismo, que conclusões é que se poderão tirar em relação a essas duas questões, ou seja, a da subsidiariedade e da sua aplicação e a da importância dada às questões comunitárias?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa para prestar esclarecimentos.

**Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu confesso que estou um pouco incomodado para responder a essa pergunta, pela simples razão de que não vejo ligação entre a questão do princípio da subsidiariedade e a questão da apresentação a nível de projectos europeus. Aliás, como o Sr. Deputado sabe, o princípio da subsidiariedade visa uma melhor ligação de acção entre os diferentes poderes, regional, local, cidadão em relação à própria sociedade, e não propriamente com técnicas de planeamento.

Relativamente à questão que me põe sobre as outras matérias, eu respondo-lhe da mesma forma. Isto é, não vejo em que é que a sua pergunta pode interferir com a questão da defesa do princípio da subsidiariedade que é um princípio orgânico da defesa do relacionamento de vários órgãos no Estado e não propriamente por técnicas de planeamento ou outras questões.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, nós vamos interromper os nossos trabalhos para almoço. Retomá-los-emos pelas 15,00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Boa tarde e muito obrigado.

*(Eram 13,10 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 15,20 horas)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A estagnação económica não é compatível com respostas positivas no domínio social. E se não se conseguem dar respostas no domínio social, a Região passa rapidamente à situação de crise social e de crise política.

Desde os primórdios da Autonomia Política Administrativa que a política de educação é uma prioridade assumida.

Cumprе citar a evolução dos números disponíveis nos últimos dez anos.

No ano lectivo de 1983/84, o sistema educativo da R.A.A. abrangia 36.410 alunos, no ano lectivo de 1994/95 são 41.549.

As salas de aula eram em 1983/84 -1905 salas, em 1994/95 são 2.326, são mais 421 salas de aula.

A taxa de cobertura da Educação Pré-Escolar oficial em 83/84 era de 30,2%, hoje está acima dos 91%.

Em relação aos docentes:

Os professores do 1.º Ciclo e com funções lectivas eram 1.207, hoje são 1046.

No ano lectivo 1983/84, educadoras de infância eram 62, hoje são 292.

Os professores do 2.º e 3.º Ciclos e Secundário em 83/84 eram 1.326, hoje são 2.275.

No Ensino Superior no ano lectivo de 1983/84 eram 705 alunos, no ano lectivo 94/95 são 2183.

O Pessoal Docente da Universidade no ano lectivo 1983/84 era de **134 docentes** sendo no ano lectivo de 93/94 de 300 docentes.



**O pessoal não docente** na Educação Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário eram em 1989/90 cerca de 900, hoje são 1803.

Nos Apoios aos alunos:

As refeições escolares no ano lectivo 88/89 foram 606.360, no ano lectivo 1993/94 foram 1.243.598 refeições. Os custos com as refeições subiram de pouco mais de 30 mil contos para mais de 60 mil contos.

TRANSPORTES ESCOLARES - foram transportados no ano lectivo de 1988/89, 11.291 alunos, sendo o seu custo de cerca de 278 mil contos. No ano lectivo de 1993/94 transportaram-se 16.284 alunos que custaram mais de 813 mil contos.

O custo das actividades desenvolvidas pelo FRASE - Fundo Regional de Acção Social Escolar - em 1988/89 era de 455.700 mil contos, em 1993/94, 1.186 mil contos.

Na Alimentação Escolar, insere-se o programa Leite Escolar, que no ano lectivo de 1988/89 abrangeu 26.549 alunos atingindo cerca de 700 mil litros de leite, no ano escolar de 94/95, serão cerca de 900 mil litros de leite, contemplando mais de 30 mil alunos.

No contexto do Apoio Sócio-Económico, que contempla livros e outro material escolar, equipamento para chuva e educação física foram gastos no ano escolar de 88/89 - 76.654 mil contos, prevendo-se para o ano escolar que decorre cerca de 200 mil contos.

Eis, algumas das razões porque aumentaram significativamente nos últimos anos as despesas correntes no sector da Educação, não esquecendo que as mesmas foram agravadas pela implementação do NOVO SISTEMA RETRIBUTIVO DA FUNÇÃO PÚBLICA.

Será despesismo, manter a qualidade e as ajudas sociais num sector como a educação ?

Da nossa parte queremos reafirmar que a educação é uma prioridade inquestionável da nossa Acção Política.

Mantém-se a grande preocupação, em matéria de educação, no que diz respeito à justiça social.

A educação é para todos e a igualdade de oportunidades tem de ser uma realidade.

Por isso, nenhum jovem pode ficar de fora por menos capacidades económicas.

O Plano e Orçamento em apreciação dá-lhe, mais uma vez, concretização, ao dotar a educação com 20.5 milhões de contos, ou seja, 32% do Orçamento apresentado.

Este levantamento é um contributo para demonstrar pelos números, porque é que as despesas no sector da educação aumentam ano após ano, agravando as nossas fracas disponibilidades financeiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tudo o que atrás ficou dito, confirma, que o diagnóstico dos problemas do nosso quadro financeiro em que a Região se movimenta, está exaustivamente feito e que se saiba, ninguém o fez com maior clareza e profundidade do que o próprio Governo Regional.

O Plano e Orçamento para 1995 não será o ideal, mas a situação económico-financeira do Mundo e do nosso País também o não é. Pois, os especialistas consideram esta crise a mais grave das últimas cinco décadas.

Penso que chegámos ao fim de um ciclo da economia dos Açores, que importa consolidar.

Agora, o que se exige é um novo arranque de outro ciclo económico que terá que contar com mais solidariedade nacional, traduzida em verbas suficientes para fazer face às nossas necessidades correntes e de investimento, para prosseguirmos o caminho de modernidade e da transformação estrutural, iniciado há cerca de 20 anos, com a Autonomia.

É nossa posição, que o Estado, seja ele gerido por Governo Social Democrata ou outros, terá que assumir as suas responsabilidades, pelo facto dos Açores também serem Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica claro nas intervenções dos Deputados do PS que não fazem a mínima ideia do que é governar os Açores, como ficou demonstrado pelo debate entre o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e o Deputado Francisco Oliveira.

Esta inconsciência leva-os a cometer erros graves na apresentação das políticas, continuando sem entender o quadro financeiro difícil em que a Região se movimenta.

A oposição, de tão habituada ao desgaste do seu próprio discurso político, parece não ter consciência do que disse sobre o Plano e Orçamento para 1995, foram apenas palavras, mais algumas palavras.

É **chocante**, de facto, a falta de responsabilidade evidenciada na tentativa de se apoderarem de qualquer reivindicação só para ganharem popularidade.

Para a oposição, onde se destaca o PS, não interessa apurar da razoabilidade das reivindicações, não interessa o interesse da Região.

Os Açores precisam de uma oposição forte, sim, mas uma oposição com sentido de responsabilidade, com uma visão que ultrapasse o Fontanário na Freguesia ou na Ilha.

O PS continua a ter um discurso onde o futuro não tem lugar.

É preciso acabar com o discurso da crise, porque isso só desmotiva os agentes económicos.

Nós respeitamos sempre a oposição, mas nunca nos inibiremos de ser maioria, porque somos maioria por vontade clara do Povo Açoriano.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos a discutir e a debater este Plano e Orçamento num período difícil da nossa autonomia.

Difícil, antes de mais, pela **indefinição** e falta de clarificação da nossa competência legislativa associada a uma preocupante e intransponível jurisprudência restritiva do Tribunal Constitucional.

Difícil, pela **perda** de importantes receitas da Região resultantes dos acordos internacionais com os inevitáveis reflexos e repercussões negativas no nosso orçamento regional.

Difícil, também, pela pontual mas relevante falta de solidariedade nacional da qual o exemplo mais recente foi o desrespeito duma norma do Orçamento do Estado que

determinava a transferência para a Região duma verba de cerca de dois milhões de contos, que se destinava à Universidade dos Açores, numa flagrante violação dum dos princípios basilares dum Estado de Direito e que mereceu o frontal e unânime protesto desta Assembleia.

Difícil, ainda, pelo período de alguma recessão internacional à qual a nossa economia aberta e mais débil é sensível.

É neste quadro, que embora difícil não pode ser desanimador, que nos encontramos a discutir estes documentos que, no fundo, reflectem de algum modo a situação que atravessamos.

Indispensável se torna, por isso, um esforço redobrado na gestão dos recursos disponíveis e fundamentalmente uma criteriosa definição e estabelecimento de prioridades.

Com efeito, o Plano ora em discussão refere-se a um período onde serão colocados à nossa disposição verbas consideráveis resultantes dos Fundos Comunitários que terão de ser devidamente aproveitados, sob pena de se perder uma oportunidade única da Região dar um salto qualitativo no seu desenvolvimento na perspectiva duma inserção plena no Mercado Europeu.

É, nesta perspectiva, fundamental - e no que concerne à dinamização da actividade económica - a aplicação das verbas disponíveis em **infraestruturas que além de geradoras de riqueza tenham efeitos reprodutivos.**

Para isso há que **prosseguir** uma política inter-sectorial do Governo devidamente concertada entre os diversos departamentos de molde a permitir a concretização de acções complementares conducentes à máxima eficácia e rentabilidade das verbas investidas.

Regista-se, no entanto, **com agrado** um acréscimo no programa Incentivos à Actividade Económica onde estão contidos os sistemas de ajudas financeiras e de incentivos integrados em Programas Comunitários.

Não posso deixar de enaltecer o esforço no sentido de não se prever um aumento das despesas de funcionamento relativamente ao montante aprovado em 1994, o que demonstra a atenção e preocupação do Governo na sua contenção como uma das

condições para a disponibilidade dos recursos no relançamento do investimento público e privado, indispensáveis no processo de recuperação económico da Região.

A dignidade de que se reveste a análise e discussão do Plano e Orçamento está intrinsecamente relacionada com a credibilidade que esses documentos devem merecer.

Deste modo é importante, **um esforço constante** - como aliás vem sendo feito - no sentido de se obter uma cada vez mais elevada percentagem na sua execução financeira e material.

É que se é importante programar - com base em reflectidas decisões quanto às diversas opções possíveis - é fundamental executar.

De facto, se a análise de qualquer plano assume especial importância, porque se está no fundo a definir o nosso futuro, não o é menos a sua comparação com o respectivo relatório de execução.

Deve ser por isso preocupação de qualquer Governo obter uma execução financeira e material tanto quanto possível aproximada da prevista, até porque dessa capacidade de execução poder-se-á inferir outras conclusões, que podem de algum modo testar, por um lado, a eficácia governativa e, por outro lado, o cumprimento atempado dos compromissos assumidos que tiveram lugar no Plano.

É com este e outros quadros de referências e com a preocupação de constantemente aperfeiçoar a sua acção que o Governo do PSD vem merecendo a confiança do eleitorado.

E pelo modo como decorreu este debate, poderei mesmo afirmar que o PSD está condenado a governar por muitos mais anos, não só por virtude da sua acção e salutar preocupação de servir mais e melhor esta Região, como também pelo demérito da oposição que falha de ideias e fundamentalmente de um projecto credível, tem um discurso miserabilista, caduco e estafado.

Com efeito, o Partido Socialista - com as inerentes responsabilidades de maior partido da oposição - não apresentou qualquer projecto consistente, devidamente alicerçado em premissas com conteúdo ideológico e princípios de natureza programática que fundamentasse um eficaz modo de organização e funcionamento do regime autonómico com a definição inequívoca das principais prioridades.

Corolário e simultaneamente explicação desta ausência de projecto é a própria afirmação do líder do PS/Açores ao **reduzir a umas palavras sem conteúdo** a classificação e distinção do Estado Unitário do Regional, quando a consagração constitucional de um ou de outro é fundamental na afirmação e caracterização do modelo autonómico desta Região.

Em vez dum debate sério e profundo que exige alguma formação jurídica e alguma cultura política, o PS vem mostrando com a nova liderança uma postura demagógica, no sentido da procura de dividendos políticos junto do eleitorado menos atento, mas facilmente denunciada e desmontada tais são as incoerências entre o que afirma e a sua prática política.

Desde logo, em vez do PS afirmar que é necessário que os deputados trabalhem mais - eu prefiro dizer que é preciso que os deputados trabalhem melhor - deveria disponibilizar-se para, de uma forma efectiva e séria, analisar o modo de funcionamento desta Assembleia, não só em plenário como também nas Comissões e nestas, concretamente, no que se refere ao nível de presenças e capacidade de intervenção.

Não basta, por isso, afirmações sem tradução prática que muitas vezes se destinam a mero consumo externo.

Posição idêntica e com os mesmos objectivos eleitoralistas é a questão dos ordenados dos deputados, que mais não é do que uma iniciativa de pura cosmética política.

Mais importante do que o congelamento ou não dos ordenados é saber qual a posição do PS, quando for hipoteticamente confrontado aquando da Revisão do Estatuto, sobre a eventual proposta de redução dos deputados, da abertura para a alteração do Estatuto do Deputado no sentido da redução do número de deputados afectos e para analisar despreconceituadamente o seu sistema de remuneração.

Aqui reside a diferença entre as superficiais, demagógicas e eleitoralistas iniciativas do PS e a análise séria, profunda, reflectida das questões que terão, estas sim, relevante reflexo no Estatuto e regalias dos deputados e no modo de funcionamento desta Assembleia.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Relativamente ao CDS a sua postura é, por um lado, miserabilista e destrutiva, nunca apresentando alternativas credíveis e, por outro lado, falha de ideias e muito pouco inovador no seu conteúdo e até repetitivo na forma.

E para que não restem dúvidas quanto à consistência desta afirmação basta comparar a intervenção do deputado do CDS na análise do Plano de 1994 e a feita neste debate, onde se repetem as mesmas ideias e onde até se transcreve quase na íntegra alguns dos parágrafos.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** O Plano é o mesmo!

**O Orador:** Esta constante similitude de mensagem quer no conteúdo, quer até na forma, demonstram de uma forma inequívoca a falta de ideias do CDS e a preocupante falta de propostas e projectos para construtivamente trazer à reflexão.

Por fim, o PCP tem um discurso que se mantém inalterável de pouco lhe valendo os ventos de abertura a Leste.

O PCP na sua postura e na sua estratégia ortodoxa, por muito que se faça e por muito que se realize, mantém sempre uma posição irreductível em torno da desgraça, procurando e repetindo-se na análise apocalíptica de qualquer região, onde os comunistas não tenham intervenção na sua governação.

O PCP cristalizou-se e não fora a simpatia pessoal e o prestígio profissional do seu deputado, certamente não teria qualquer representação parlamentar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto se constata este panorama francamente desolador e até preocupante em toda a oposição, o PSD sai deste debate mais unido, mais motivado e mais convicto de que o seu projecto de sociedade é aquele que melhor se coaduna com a nossa realidade.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** É o vosso Mestre quem manda...!

**O Orador:** O Plano apresentado e a alterações que lhe foram introduzidas pelo Grupo Parlamentar do PSD são a prova inequívoca de que num ambiente de salutar diálogo com o Governo e num espírito de solidariedade recíproca e de mútuo respeito e até de **dignificação e valorização das funções e competências que a um e outro estão estatutariamente atribuídos** e numa demonstração da gratificante

preocupação do Governo de em sintonia com os representantes do povo que lhe dão suporte procurar adoptar as decisões mais acertadas entre os diversos possíveis com vista a mais e melhor servir a Região.

De facto, os Açores exigem de nós esta postura e os Açorianos merecem-no.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, não há mais inscrições na Mesa, pelo que dou por encerrada esta parte do debate.

Vamos passar, de seguida, às intervenções finais.

Antes, porém, de dar a palavra aos Srs. Deputados, daria conta dos tempos que ainda estão disponíveis.

Assim, temos:

Governo - 29 minutos e 10 segundos;

PSD - 32 minutos e 17 segundos;

PS - 53 minutos e 14 segundos;

CDS/PP - 4 minutos e 15 segundos;

PCP - 6 minutos e 50 segundos;

O Sr. Deputado Independente já esgotou o seu tempo.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproxima-se o termo da discussão das propostas de Plano e Orçamento, discussão essa que, pelo menos para nós, só pode ser feita apenas em termos de generalidade, uma vez que o tempo distribuído não possibilita uma abordagem de especialidade de alguns Programas do Plano e do articulado do Decreto Orçamental.

No entanto, da discussão feita, algumas conclusões políticas se poderão tirar, e que assinalaremos nos seus traços principais.



Em primeiro lugar, cumpre assinalar que as propostas governamentais se afastam perigosamente da actual realidade objectiva da economia e dos problemas sociais regionais.

Em segundo lugar, há que sublinhar, que as propostas não são rigorosas nem transparentes em muitos dos seus aspectos, pois no que respeita ao Plano e apenas como exemplo, é impossível determinar o que pode realmente vir a ser investido no próximo ano, dado que muitas das verbas são para pagar acções já feitas, e no que respeita ao Orçamento, o próprio proponente põe dúvidas sobre a possibilidade de recolher todas as receitas orçamentadas.

Estes exemplos mostram que rigor não há, o que levará a que, uma vez mais, a execução não tenha transparência.

Em terceiro lugar, ficou bem patente, que estas propostas são rejeitadas muito profundamente. A este propósito importa sublinhar uma vez mais que **todos** os parceiros sociais, ao contrário da atitude de muitos deles noutros anos, dizem um rotundo **não** a estas propostas.

As Autarquias que se pronunciaram também são muito críticas, mesmo várias da mesma cor política do Governo.

Mas mesmo aqui, no debate, para além das muitas críticas legítimas e indispensáveis das várias vertentes da oposição, não deixou de estar presente o mal estar que algumas soluções e muitas omissões semeiam no próprio PSD.

As presentes propostas governamentais são, sem dúvida, as que mais generalizada rejeição provocaram. Ninguém as defende, porque ninguém acredita, seriamente, nelas, e quando daqui ouvimos palavras de defesa não deixamos de surpreender um tom de obrigação solene associado a tais palavras.

Esta rejeição tão geral pode mesmo vir a constituir uma razão para que surja ainda uma qualquer atitude do Governo do PSD, tentando que o gato que são estas propostas finja que veste a pele da lebre que elas nunca podem ser, porque não têm fôlego para isso.

Mas como um gato é um gato e uma lebre uma lebre, não haverá próteses improvisadas que façam uma transformação credível.

Sr. Presidente, Srs .Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na visão do PCP/Açores, a natureza cada vez mais desadequada das propostas de Plano e Orçamento resultam exclusivamente da enorme distância que há entre a política regional do PSD, a política nacional desse mesmo partido em relação à Região, e as realidades palpáveis dos dias de hoje.

Precisamos de regras que viabilizem a economia, mas temos concentracionismo monopolista.

Precisamos de uma estrutura económica adequada à nossa dimensão e às nossas potencialidades, mas em vez de ela ser consolidada está a ser fragilizada.

Precisamos de postos de trabalho, mas os sectores que os poderiam gerar estão bloqueados e com futuro incerto.

Precisamos, mais do que nunca, de racionalismo, mas continuamos a ter o imediatismo de atitudes que sempre caracterizou este poder.

Precisamos de inovação para que os problemas da economia, do ambiente e da sociedade possam ser equacionados e enfrentados, mas temos conservadorismo e, muitas vezes, um certo tipo de teimosia política que é, ela própria, cada vez mais inadequada e inoportuna.

As presentes propostas estão marcadas, profundamente, por estas situações. Não obstante isso não deixaria de ser importante que algumas reivindicações sociais e políticas importantes viessem, ainda, a ser incluídas no Plano para 95

A correcção de injustiças gritantes feita a algumas ilhas e a criação de condições para que sejam corrigidas gritantes distorções sociais, especialmente a questão dos baixos rendimentos da pesca artesanal, são temas centrais, para os quais não há qualquer razão para a sua não inclusão.

Nesse sentido apresentamos algumas propostas de alteração e declaramo-nos abertos a votar outras que surjam com esse mesmo objectivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temas sectoriais há, em relação aos quais, gostaríamos de emitir opinião expressa. O tempo de debate não o consente, pelo que noutros momentos e ao abrigo de outras figuras ou situações regimentais os abordaremos.

Duas questões de fundo há, no entanto, que não podemos deixar de referir.

As alterações anunciadas na cooperação técnico-financeira entre a Região e as Autarquias, que têm como consequência a necessidade de um maior endividamento autárquico para recurso ao cofinanciamento comunitário, terão como inevitável resultado a redução do ritmo de resolução de problemas locais fundamentais, como são a renovação da rede de abastecimento de água e o saneamento básico.

O PCP/Açores considera que esta é uma perspectiva política completamente errada que urge repensar.

Destes debates pode ainda retirar-se uma importante conclusão. Se é verdade que o conjunto da oposição tem posições críticas em relação às propostas de Plano e Orçamento, não é menos verdade que há diferenças de fundo relativamente ao fundamento dessas críticas.

O PCP/Açores não pode nem quer deixar de sublinhar que a responsabilidade sobre as consequências sociais de uma política económica tão desadequada, se é certo que cabe àqueles que a executam, também é certo que tem que ser partilhada por aqueles outros que, embora estejam na oposição, defendem as mesmas soluções estruturais.

O neo-liberalismo económico, o concentracionismo, a fragilização das pequenas e médias empresas, a liquidação do sector público regional são orientações que prejudicam a economia regional, que vão contra os interesses da iniciativa privada regional e que criam graves problemas sociais, seja o PSD a executá-las, seja o PS ou qualquer outro partido a defendê-las.

Para o PCP/Açores a modificação estrutural da economia que uns estão a praticar e que outros defendem, não serve nem os Açores, nem os Açorianos, nem a Autonomia.

Sr. Presidente, Srs .Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos, na generalidade, votar contra as propostas governamentais.

Vamos, na especialidade, apresentar algumas propostas de alteração e esperamos que haja o bom senso, de todos, de serem viabilizadas todas as que, independentemente da sua origem, possam ajudar a equilibrar um pouco aquilo que é muito desequilibrado.

Vamos, principalmente, continuar a desenvolver todos os esforços que estejam ao nosso alcance no sentido de contribuirmos para as mudanças políticas de fundo que urgem.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs, Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Comprovadamente o Plano para 95 apresenta duas características básicas. Por um lado, retoma muita da programação de 93 e 94 entretanto não executada e, por outro, visa efectuar o pagamento de projectos concluídos em 92 e 93.

Por isso, a parte da programação com efectiva incidência em 1995 é substancialmente inferior ao previsto, pelo que se assistirá de novo no próximo ano a uma mera acção de má gestão corrente por parte do Governo Regional que se apresenta perante os açorianos sem linha de rumo e por isso totalmente desacreditado.

Tanto assim, que não há memória de uma tão frontal oposição de todos os quadrantes políticos, económicos e sociais da Região a um Plano Governamental.

Desde as fundamentadas denúncias da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, à Federação Agrícola e demais Associações do Sector, passando pela generalidade dos Sindicatos e a maioria das Autarquias.

Trata-se de facto de um histórico isolamento do Governo Regional que além de todas as forças económicas, sociais e políticas consegue concitar em sua oposição as próprias estruturas do PSD da maior parte das ilhas dos Açores.

Só assim se compreende que o Governo de Mota Amaral permita que um modesto grupo parlamentar - não modesto, é modestíssimo!

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** O Sr. não é modestíssimo! O Sr. nem existe!!

**O Orador:** ...possa fazer alterações ao Plano Governamental que, apesar as mesmas, não passa da mediocridade que o caracteriza.

Porém, imaginar um Governo todo poderoso, que ao longo de 17 anos fez ponto de honra no princípio de que nem uma vírgula seria alterada aos sucessivos Planos e Orçamentos apresentados nesta Assembleia, passar agora por este vexame é como conceber que um leão deixa a criança pôr-lhe a mão na boca.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Se fosse cão mordida!

**O Orador:** Isto só acontece normalmente quando o rei da selva já não tem dentes ou está moribundo à beira da morte...

*(Risos do PS)*

...no caso presente estamos perante ambas as circunstâncias. O Governo Regional do PSD já não morde e está a chegar ao fim. Perdeu os princípios e os fundamentos da própria honra.

A situação atingiu tal gravidade que o Presidente do Governo Regional não arredou pé dos debates. Há anos que não vemos o Dr. Mota Amaral permanecer no Parlamento do princípio ao fim. Certamente que não o fez para ouvir as fundamentadas críticas da oposição, mas sim para controlar os desabafos da sua própria maioria.

É óbvio que a sua presença constante inibe o seu próprio grupo parlamentar, que além da maioria das intervenções paroquiais que o caracterizam não se sente capaz de desobedecer publicamente ao chefe.

Assim desdobram-se em reuniões internas inconsequentes que pouca ou nula utilidade terão para os Açores, mas que poderão dar a ideia aos mais incautos que quem aprovou no Plano do ano passado uma verba de 29,9 % em não desagregado, agora para 1995 não concorda com a verba não desagregada de 30,8 %.

Mas que é possível desagregar alguns dos sacos laranjas deste Plano lá isso é, sempre o dissemos e demonstramos, quer na agricultura quer nas pescas quer na habitação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Além do colapso do modelo financeiro deste Governo Regional que abundantemente demonstramos neste debate e da absoluta transfiguração do PMP 93/96, a carecer de imediata e profunda alteração, a Representação Parlamentar do CDS/PP não pode pactuar com a continuação do descalabro económico e a confrangedora desorientação política reinantes.

Em suma, perante a incapacidade de obter do Estado os meios financeiros necessários, o que distingue a política deste Governo da dos seus antecessores é que a

actual gestão contrai os autorizados empréstimos logo no início do ano, enquanto a gestão anterior o fazia no final do ano, prolongando a agonia dos credores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados que estamos perante uma côrte de irresponsáveis político, lá isso estamos e infelizmente o futuro o demonstrará.

**Presidente do Governo Regional** (*Mota Amaral*): Não acredito!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para uma intervenção.

**Deputado Carlos César** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este debate anual é sempre ocasião privilegiada para, na procura de melhor elucidação do caminho futuro, actualizarmos o registo dos acontecimentos que influem neste novo ponto de partida anual do planeamento e da programação financeira da Região.

Não procuramos no passado qualquer persistente ou intencional leitura suportada num culto pessimista das análises políticas. É natural que o PS, como qualquer partido da oposição em qualquer parte do mundo, seja especialmente estimulado na detecção das incorrecções praticadas, sendo certo que o governo e o partido que o suporta não se pouparão em encómios. É uma regra esperada e comum no debate democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Somos uma Região pequena, frágil nos seus equilíbrios, tão sensível aos erros da sua política interna como dependente dos ventos que sopram do exterior.

Bem se compreende assim a necessidade do investimento público e da mão amiga dos poderes públicos. Nada disso, porém, tem a ver com mais ou menos empresas públicas cuja gestão se revelou desastrosa nos Açores, mas sim com mais ou menos serviço público. Nada disso tem a ver com um governo que tome parte na concorrência económica, mas sim com um governo incentivador e regulador. Daí a nossa adesão desde cedo ao processo de privatizações nos Açores.

Comprendemos dessa forma um governo que, perante uma situação de crise económica e social, distribua incentivos e compensações financeiras: antes subsidiar a qualificação da mão-de-obra ou até mesmo directamente o emprego, do que "a jusante" remunerar mais desemprego. Nada disso, todavia, tem a ver com os

estímulos à organização clientelar dos destinatários desses apoios, que se perdem na maior parte das vezes sem resultados nem fiscalização.

Os socialistas têm sempre manifestado a sua concordância face à necessidade da afectação dos recursos públicos a programas sociais coerentes e à montagem de infraestruturas importantes para o desenvolvimento. Essas vertentes da política nos Açores são obviamente indiscutíveis na sua existência, mas têm que ter em conta, na sua execução, critérios de eficácia e não "spots" publicitários da despesa, de finalidades e não de aliciamento eleitoral momentâneo, de resposta e não de megalomania "fontista", de necessidade e de programação financeira a médio prazo.

Independentemente das boas ou más infraestruturas que se construíram, mas que ficam, ou dos apoios sociais que se concederam e que ajudaram a vida de alguns nossos concidadãos, o problema que detectámos é, justamente, o muito mais e melhor que poderia ser feito com o mesmo dinheiro e o enorme e desregrado desperdício de recursos que a subsídio sistemática e sem objectivos estratégicos tantas vezes comportou. Mesmo no centro dos apoios que têm sido concedidos em nome do sector produtivo abundaram as deficiências de visão e a subsidiocultura indiscriminada, de que são flagrantes exemplos alguns resultados dos muito glosados sistemas de incentivos SIBR e SIFIT.

O SIBR subsidiou unidades nos domínios das britas, do leite UHT, de padarias e serrações, cuja dimensão despropositada em função dos mercados existentes e cuja lógica só poderiam conduzir - como conduziram - à falência de umas e outras. O SIFIT fez o mesmo em estabelecimentos hoteleiros e na restauração, com os mesmos previsíveis resultados, em que se perderam recursos públicos irrecuperáveis, se destruíram consolidadas realidades empresariais e se eliminaram um sem número de postos de trabalho.

É verdade que a oposição nem sempre inova nas críticas. Teve razão um senhor deputado da maioria que o afirmou, mas melhor razão temos nós para isso, perante um governo sempre reincidente nos mesmos erros.

Infelizmente, não estão apenas em causa os erros. Instalou-se sobretudo, neste passado recente, um regime de incumprimento da palavra dada pelo Governo.

Incumprimento, que se manifestou com efeitos tão nefastos e perturbadores da actividade económica e empresarial, nos atrasos de pagamentos, na extorsão de expectativas adquiridas em aberturas de concursos públicos e adjudicações sem consequências, que custaram a muitos empresários o espectro ou a iminência da falência e ao erário público milhões de contos esbanjados inútil e irresponsavelmente em pagamentos de juros de mora.

Incumprimento generalizado da promessa do melhor uso dos nossos escassos recursos financeiros. Há apenas dois anos, o Presidente do Governo garantia-nos que seriam, cito, "rigorosamente seleccionados os casos de dependência permanente de subsídios estatais, em função de considerações de interesse público e de alta relevância para o bem comum". Que "alta relevância para o bem comum" ou "rigoroso controlo da despesa pública" pôde motivar, por exemplo, a atribuição sucessiva de subsídios a iatistas a título de programas e objectivos tão inaplicáveis quanto contraditórios, como o apoio à frota pesqueira, o apoio à frota industrial, o combate à tóxico-dependência ou a modernização do comércio e serviços ?!

Se uma situação dessa natureza já se apresentaria como criticável em períodos de melhor saúde do Orçamento Regional e à luz de uma leitura escorreita da lei, com que grau de irresponsabilidade e incompreensão não a devemos julgar na actual situação de crise económica e social, em que tantos açorianos lutam sem apoios para manterem as suas empresas, para pagarem a sua habitação, ou para recuperarem os seus postos de trabalho!

Incumprimento que também se manifesta na promessa deste governo de "em diálogo aberto...proceder à definição das prioridades, à busca de soluções". O exemplo está à vista: estamos a concluir o debate de um Plano e de um Orçamento, cujas opções merecem a generalizada reprovação e oposição de empresários, centrais sindicais, conselhos de ilha e autarquias locais, para além das críticas fundamentadas dos partidos da oposição, da descrença indisfarçada dos deputados da maioria e da distância desresponsabilizadora do Governo da República.

Incumprimento da palavra dada pelo Governo quando nos prometeu que a invocação nos Açores do Ano Internacional da Família nos levaria "a novas pistas para uma



actuação política correcta", pelo menos nas vertentes associadas ao bem-estar e a uma vida sã dos agregados familiares açorianos.

Que respeito pela Família pode revelar um Governo que escolheu o Ano Internacional da Família para cancelar os seus programas de apoio habitacional?

Incumprimento, infelizmente notório, quando o Programa deste Governo, que já vai na segunda metade do seu mandato, prometeu "modernizar a economia, dinamizar o investimento, promover a criação de riqueza e de novos postos de trabalho". O retrato indisfarçável do insucesso é que não se processou qualquer movimento de reestruturação da economia impulsionado pelo Governo, as empresas açorianas sucumbem progressivamente descapitalizadas, diminuição dos rendimentos reais das famílias, criaram-se menos empregos e o desemprego subiu em Outubro para níveis nunca antes observados nos Açores contra as tendências mais recentes na Europa.

Incumprimento, da sobre povoada e arlequinada linguagem do combate ao despesismo e controlo ou redução do endividamento, quando nos últimos quatro anos ele cresce oito vezes e será em 1995 seis vezes superior às despesas reais do Plano. Se é verdade que se deve manter uma adequada dimensão do investimento público, é indispensável compreender que, para além da sua inadiável reorientação, ele está cada vez mais comprometido com a estratégia de endividamento que afecta cada vez mais os nossos recursos ao serviço da dívida e dos persistentes patamares de despesas correntes e cada vez menos ao investimento reestruturador e reprodutivo. Assim, morrer-se-á pelas mãos voluntaristas e imponderadas da cura.

Incumprimento, quando se equacionou ajustar "as nossas expectativas ao panorama dos espaços económicos com que estamos concatenados", e, afinal, nos distanciamos da convergência económica e social com os índices nacionais e os padrões comunitários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quisemos demonstrar, no que ao PS/AÇORES respeita, que o seu comportamento político neste debate parlamentar não se limitou ao diagnóstico que, ilha a ilha, sector a sector, oportunamente desenvolveu, de forma sempre sustentada, no decorrer destes três dias de discussão. A esse propósito, na defesa de um desenvolvimento com expressão multipolar e benéfico para todo o espaço regional, os deputados do PS

exprimiram, e muito bem, com caloroso bom-senso, problemas que se vivem nas ilhas e que incorporam o seu natural empenhamento nas matérias respeitantes aos seus círculos de eleição. Fomos ainda mais longe... e atrás de nós outros vieram.

Não nos competindo, em consequência da nossa legitimidade eleitoral, exercer o governo ou determinar as Grandes Opções da Região, tivemos, porém, o entendimento de que, no quadro de referências políticas e financeiras propostas, devíamos exercer o direito e o dever de sugerir, e dentro em pouco, propor, medidas e acções compatíveis com novas preocupações de prioridades, atendimento a desejos expressos pelas populações, ou outras questões justamente salientadas por instituições representativas, todas elas numa perspectiva de optimização da afectação criteriosa dos recursos disponíveis, induzindo-lhes um maior carácter reprodutivo.

A nossa intenção de o fazer - fomos o primeiro partido a anunciá-la - tal como as múltiplas pressões em idêntico sentido de tão variados parceiros sociais e autarquias, geraram também no seio do partido do governo a incomodidade e o embaraço que o obrigará, finalmente, numa situação pouco comum na nossa história parlamentar, a introduzir alterações, algumas delas presentes para que, obstinada e irracionalmente, continuem a recusar qualquer proposta que tenha a assinatura dos partidos da oposição.

Os socialistas não embarcam nessa febre dos truques ou da intocabilidade da opinião partidária. Qualquer proposta, venha ela da maioria ou da oposição, será por nós julgada de acordo com o benefício e a razoabilidade que em consciência lhe atribuímos.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não atribuímos aos Presidentes dos Governos a fortaleza de um "Mestre", nem aos governantes as "virtudes" dos anjos. Acreditamos na capacidade colectiva dos açorianos, em cujo esforço nos incluímos, para contribuir, para modificar, para regenerar. Não nos conformamos a deixar de fazer o que os outros não fazem.

As propostas de alteração que o Grupo Parlamentar do PS irá apresentar, pese embora no quadro de uma filosofia da despesa imposta pelo governo e pela maioria, inserem-se predominantemente no apoio indirecto à actividade produtiva respondendo a carências de ordem estrutural nas vertentes mais permanentes e significativas da nossa economia, particularmente nos sectores da agricultura e pescas, dos transportes e do turismo, da educação e do ambiente.

Entre as medidas de contenção que propomos, avultam aquelas que, sem demagogia nem artificialidades inconfessadas, se destinam a ajustar práticas orgânicas e estatutos de titularidade de cargos políticos à necessidade de uma urgente reconciliação entre os açorianos e o seu poder político. É nesse contexto, indissociável das graves dificuldades que tantos açorianos atravessam actualmente na sua vida, que entendemos que os políticos devem dar o exemplo. A nossa proposta de não aplicação de qualquer aumento no ano de 1995 nas remunerações auferidas pelos membros do governo, directores regionais e deputados na Região será submetida à apreciação imediata do parlamento. As diversas operações de chantagem política e pessoal que ao longo destes dias foram feitas aos deputados e dirigentes do PS para não apresentarem essa proposta, só consolidaram a nossa convicção que há muita gente na política cuja conduta não é orientada pelo interesse e pelo bem-comum. Não tememos as represálias dessa gente. Só devemos temer o julgamento dos açorianos e não desmerecer nunca na sua confiança. Com maior ou menor êxito será sempre essa a nossa preocupação!

Sr. Presidente da Assembleia:

É também num contexto de precaridade quanto aos poderes efectivos dos órgãos de governo próprio e de imprevisibilidade e insuficiência quanto ao relacionamento financeiro entre o Estado e a Região que ocorre esta sessão parlamentar.

É, por essa razão, importante clarificar perante todos os Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, a posição do PS/Açores perante a impossibilidade a curto prazo de, em sede de revisão constitucional, se contrariarem aquelas fragilidades, e, em alternativa se proceder a uma revisão estatutária.

Pela nossa parte, não só já nos disponibilizámos para uma revisão intercalar do Estatuto Político-Administrativo, como, na Assembleia da República tomámos

recentemente a iniciativa de promover um apelo a um processo urgente e expedito da sua apreciação, aliás bem recebido pelos grupos parlamentares do CDS/PP, do PCP, do PSD e do PS e pelo próprio Presidente da Assembleia da República.

Denominámo-la de revisão **intercalar**, por a desejarmos circunscrita a um núcleo consensual de alterações essenciais ao esclarecimento vantajoso para a Região de processos interpretativos das competências legislativas regionais e do financiamento nacional das suas despesas necessárias e, porque, a revisão do Estatuto deverá fazer-se tendo em conta que haverá em 1996 uma revisão da Constituição.

**Presidente do Governo Regional** (*Mota Amaral*): Está feita!

**O Orador:** É por isso que, acabámos de propor ao Sr. Presidente da Assembleia que a Comissão Eventual desta Assembleia para a Revisão do Estatuto, cujos trabalhos foram interrompidos por diligência do PSD, retome de imediato a sua actividade, para que, com base nos quatro projectos partidários existentes, se reinicie o debate conducente à detecção das áreas de interesse vital e consenso para essa revisão urgente.

Paralelamente, sem prejuízo do nosso estatuto de partido da oposição e de alternativa ao actual governo, estaremos sempre dispostos a oferecer a nossa ajuda e colaboração onde a acção conjugada das forças políticas regionais se apresentar proveitosa para a defesa dos interesses dos Açores e para a afirmação autonómica.

Estamos disponíveis para analisar com o Governo, num processo bilateral e de boa fé, a evolução plurianual da situação financeira da Região, as grandes linhas de um programa de estabilização financeira, bem como outros aspectos que confirmem os projectos de desenvolvimento do Portugal insular como desígnios nacionais mais intensamente assumidos pelos órgãos de soberania.

Ao Governo Regional e ao partido que solitariamente o suporta, oferecemos o empenho e a competência de um partido político cuja seriedade e devoção ao interesse público não são questionáveis. O Governo e o PSD irão aprovar um mau Plano e um mau Orçamento porque assim - isoladamente - o querem.

Temos pena, porque, mais uma vez, os Açores não os merecem.

Tenho dito.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

*(Aplausos de pé da bancada do PS).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para uma intervenção.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O debate do Plano e Orçamento para 1995 foi, ao contrário do que previam as vozes mais desencantadas, interessante e vivo, além de revelador de estratégias que marcam uma clara diferença.

Num momento político não isento de dificuldades e com pretensas inovações estratégicas por parte de alguma oposição, este debate clarificou soluções e denunciou atitudes.

A Autonomia tem, em cada passo da sua afirmação, um desafio.

Precisa de ser defendida por políticos persistentes, realistas e com visão estratégica, mas dispensa a demagogia das propostas fáceis e o comodismo discursivo.

Desenvolver os Açores não é, nem se prevê que venha a ser, tarefa fácil.

Aos que duvidam das virtudes da Autonomia pergunta-se: e se não houvesse Autonomia?

Estaríamos onde estamos?

Entraríamos num século XXI com a qualidade de vida que, sem optimismos, esperamos alcançar?

Claro que não. As dificuldades de hoje não são insuperáveis.

Repudiamos os que anunciam a derrapagem fatal da Autonomia.

Se o nível da despesa pública fosse uma certidão de óbito, que dizer de outras realidades semeadas um pouco por todo o mundo ocidental em que nos integramos?

A própria democracia em Portugal não teria sobrevivido aos anos difíceis da sua afirmação inicial.

Nos Açores já demos provas de rigor orçamental e de contenção das despesas correntes.

Nem os sucessivos Governos da República, nem a curta mas elucidativa experiência autárquica da oposição nos Açores se podem arrogar em dar lições nesta matéria.

A tese do gigantismo administrativo, sobretudo quando avançada numa altura em que dificulta as pretensões dos Açores, foi convenientemente rebatida.

A oposição ou porque não quer dar razão ao Governo ou porque não quer beliscar o Ministro, ficou-se pelo silêncio cúmplice.

Não queremos a travagem do investimento público, porque não entendemos que nos Açores há Estado a mais.

Os que o dizem são por vezes os primeiros a estender a mão às finanças públicas e a reivindicar mais dinheiro para tudo e por causa de tudo.

E são esses que durante este debate apresentaram a reprivatização do BCA como mero exemplo de obtenção de receitas e esqueceram-se de dizer que é um sinal da abertura da nossa economia.

Como já se realçou, o problema financeiro dos Açores não está no âmbito, nas quais avultam as da Educação e Saúde, mas sim no plano das receitas.

A solidariedade nacional não corresponde à exacta medida das nossas necessidades.

Não há razões para desistir, mas sim para insistir.

Tal como ontem, sabemos que não é no PS/nacional, agora de Guterres, nem no populismo fácil de Monteiro, nem na expressão fragilizada do Comunismo, muito menos na mistura de todos ou na conjugação de alguns destes que está a anunciada salvação da Autonomia.

Não é por mero acaso que o PSD tem nos Açores uma legitimidade reforçada, obtida nas eleições legislativas nacionais, com a qual certamente nos congratulamos, mas também não é por isso que abrimos mão das nossas teses.

Não é pelo facto do Presidente do PSD/Açores constar da lista dos Presidenciáveis e do líder do PS/Açores nelas nunca aparecer...

*Vozes do PS: Até agora!*

**O Orador:** ... que deixamos de defender o projecto autonómico.

Os ciúmes, também na política, têm muitas vezes mais emoção do que razão.

Certo é que registamos mais esta diferença, que está à vista de todo o País.

Percebeu-se, cedo demais, o pouco interesse da oposição na concretização da revisão constitucional e não se compreende, antes se repudia, a afirmação segundo a qual se deixou cair a revisão do Estatuto, sobretudo quando proferida por quem perdeu a sua oportunidade política.

Pela nossa parte, reabriremos o processo de revisão do Estatuto, no qual se fará a prova irrefutável aquando da revisão do sistema eleitoral, se o PS acredita mesmo que é uma alternativa ou se aposta em soluções mais frágeis, típicas de um partido que faz da cultura da oposição o coração da sua perspectiva sobre o sistema político nos Açores.

Será também a verdadeira oportunidade para nos certificarmos se o que hoje se afirma sobre a remuneração dos deputados, a eficácia do Parlamento e a dignidade da Assembleia é pura demagogia ou corresponde a um sentimento verdadeiro.

Pela nossa parte, queremos a redução do número de Deputados e faremos outras propostas, na altura e sede próprias, que não deixarão dúvidas sobre as nossas intenções.

O exercício plenamente democrático que consiste em propor alterações ao Orçamento e Plano não é condenável, mas também convém sublinhar que não é novidade, por parte da oposição.

A memória, neste particular, não deve ceder ao esquecimento.

Lembremos da fase final do último mandato, na qual a oposição teve uma maioria espúria neste Parlamento, oportunidade única para satisfazer os seus apetites.

Nessa altura, tal como hoje, a oposição experimentou soluções aparentemente populistas, dirigidas para um ambicionado e velho desejo de sucesso eleitoral.

Cortaram-se verbas dos gabinetes dos Membros do Governo, aprovou-se o chamado subsídio de insularidade, definiu-se uma compensação financeira afectada de endividamento por acordos internacionais, em suma, tal como hoje, não faltaram propostas para todos os gostos.

Só não me lembro - e isso causa-me alguma estranheza - que o PS, em conjunto com a restante oposição então maioritária, tenha apresentado propostas sobre os rendimentos dos políticos e a transparência dos casos públicos, tal como hoje parece querer defender.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Ao que consta, não terá sido por falta de propostas que incidiram sobre esta matéria.

O PS não quis fazer com uma maioria ao seu alcance, o que agora pretende experimentar como minoria.

É desse mal que cremos que o PS/nacional também sofre.

Mas mesmo sem esta proposta e apesar de muitas outras, o resultado ficou à vista - o PSD ganhou as eleições regionais, recuperou em larga medida o poder local e os que nos quiseram dividir, já cá não estão.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Estamos, pois, perante um estilo aparentemente novo, mas já experimentado. O que é novo no PS não parece ser o novo líder, mas sim a ausência do ex-líder.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

Também por isso, não nos sentimos incomodados com as propostas de alteração da oposição.

O PS confunde o "côro" dos descontentes com o seu potencial eleitorado e pensa que cada crítica avulsa ao Governo corresponde a uma adesão ao projecto socialista. Puro engano.

Mais uma vez para os socialistas o precipício parece ser relvado.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

Associando-se a todas críticas e a todos os críticos, a oposição nunca se colocou na postura de quem deve gerir conflitos, conjugar ambições, explicar problemas.



Sob o ponto de vista discursivo, e apenas discursivo ao que acredito, a oposição não combate as crises, mas por mero utilitarismo, associa-se às crises

Dividir para questionar pareceu ser o lema.

Várias ilhas foram apresentadas pela oposição como as mais mal tratadas e chegou-se a questionar Deputados por concelhos e a interrogar quase ilha por ilha qual a posição dos Deputados do PSD sobre o Plano.

Foi a visão, essa sim, paroquialista e a tentação bairrista que por vezes vestiu o discurso "alternativo" do PS.

O Grupo Parlamentar do PSD esteve motivado e estimulado, não modesto, neste debate do Plano e Orçamento e fez um notável exercício de unidade, de compreensão das dificuldades apesar das ambições, de verdadeira solidariedade regional.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Preferimos demonstrá-lo com a pluralidade das nossas intervenções do Grupo Parlamentar o que prevaleceu sobre a preocupação de afirmação de um líder. É que nós no PSD já há muitos anos que não estamos nesta fase.

Não há problema na Autonomia que se resolva sem esse espírito de unidade, sem a corresponsabilização, que muito prezamos, entre o grupo Parlamentar e o Governo Regional.

Até nesta matéria nós é que trazemos a este debate novidade, que consiste em o Grupo Parlamentar apresentar propostas de alteração ao Plano e Orçamento.

Temos sido sempre capazes de encontrar soluções, algumas vezes inaugurando um novo método de trabalho, sem que para isso tenhamos que mudar de liderança.

Nem antes o Governo ganhou e o Grupo Parlamentar do PSD perdeu, como hoje não é o Grupo Parlamentar do PSD que ganha e o Governo que perde.

É que nós no PSD trabalhamos em conjunto e por isso ganhamos sempre.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os bons políticos sentem-se especialmente estimulados nos momentos mais difíceis.

Insistimos no desenvolvimento solidário no quadro da unidade dos Açores.

A convergência é a medida das nossas ambições no plano nacional e no quadro comunitário.

Os dados estão lançados.

Temos esperança, porque não tememos os açorianos, pelo contrário acreditamos neles.

Muito obrigado.

*(Aplausos de pé das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para uma intervenção.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

A discussão anual do plano e orçamento não é, nem pode ser nunca, um mero ritual parlamentar.

Nas proximidades do fim de um ano e no dealbar do Ano Novo, esta é a altura certa para dar balanço ao que se está passando e perspectivar o futuro.

Desta vez, por iniciativa do Governo, a reflexão sobre o passado foi alargada, iniciando-se ainda em Outubro e abrangendo toda a primeira metade, já cumprida, do mandato do Governo.

O balanço feito, no seio do executivo e perante esta Câmara - que o mesmo é dizer, perante os legítimos representantes do Povo Açoriano - permitiu conclusões claramente positivas.

Nestes últimos dois anos, os Açores prosseguiram a sua caminhada de modernização e de progresso.

Dificuldades financeiras, de todos bem conhecidas, não permitiram aquele ritmo de desenvolvimento que todos, certamente, desejaríamos. Mas apesar dos efeitos devastadores da crise económica que, neste período mais recente, abalou as economias desenvolvidas, às quais nos encontramos ligados, o certo é que conseguimos aguentar e fazer ainda muita coisa.

Agora é tempo de olhar em frente! Para 1995 adivinha-se, por toda a Europa, a retoma, em força, da economia, com natural efeito de impulso sobre Portugal em geral e os Açores também, logicamente.

A aplicação do II Quadro Comunitário de Apoio ao nosso País, vai trazer até nós recursos apreciáveis, que viabilizarão de imediato muitos dos nossos sonhos.

Mas mais importante ainda que os fundos estruturais, que tanto ajudam à modernização das nossas ilhas, é o desafio europeu em si mesmo, enquanto estímulo à criatividade, à iniciativa, ao trabalho responsável e honrado.

Julgo que os Açorianos estão compreendendo o novo quadro em que temos de nos mover. Por isso tem aumentado tanto o investimento privado, desde logo o sector agrícola e das pescas, mas também na indústria e nos serviços, sem esquecer ainda a habitação. E não há melhor prova do que esta, para atestar a confiança no porvir e portanto as expectativas positivas, de superação da crise, de melhoria e de progresso, que anima a maioria dos nossos concidadãos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Plano e Orçamento para 1995 vai permitir aos Açores consolidar a recuperação económica e acelerar a marcha no sentido da modernidade e do desenvolvimento.

Quereríamos todos, com certeza, poder dispor de mais recursos, para financiar muitos outros empreendimentos, públicos e privados - estes ao abrigo dos esquemas de incentivos, obviamente - para além daqueles que vão ser contemplados.

Estes, porém, constituem já um lote muito significativo e digno de apreço, correspondendo a prioridades acertadas e a critérios rigorosos de opção.

Diz-se que este é o plano e orçamento possível - e é verdade, porque todos os documentos políticos estão marcados pela própria natureza da política que já os clássicos definiram como a Arte do Possível.

Por mim acrescentaria, outrossim, que este é um bom plano e orçamento - e vai permitir fazer, por todos os Açores, tantas coisas belas!

De resto, todos os que lá fora criticaram estes documentos, não contestaram as opções feitas. E apenas reclamaram, afinal, mais meios financeiros para outros empreendimentos - o que seria bom, mas não é possível, por agora.

Quantas ilhas e arquipélagos, por este Mundo fora, gostariam de poder sonhar e fazer, com o arrojo dos Açores... - e não podem!

Outros, em contrapartida, vão decerto muito mais além e mais depressa do que nós...

Mas esta é a parte que nos cabe, como Açorianos, como Portugueses, como europeus - e a cidadania, com todas suas consequências, boas e más, tem de assumir-se de cabeça erguida, com honra, com orgulho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O debate destes dias permitiu já apreciar todas as facetas do Plano e Orçamento para 1995, bem como os vários problemas que caracterizam a situação financeira da Região e as nossas perspectivas de desenvolvimento.

O Governo, fortemente apoiado pela maioria - e sob a crítica impiedosa dos representantes dos vários partidos da oposição - apresentou os seus argumentos e apontou os rumos do futuro.

Seria redundante repetir agora o que já foi dito em exposição e abono da política do Governo.

Resta-nos pois, seguir em frente! Assembleia e Executivo, em institucional estreita colaboração; Governo e Maioria, em activa parceria; Poder e Oposição, em diálogo permanente.

O trabalho que devemos aos Açores e aos Açorianos - que é o nosso modo específico de nos referirmos também à nossa Pátria, Portugal - constitui para todos um desafio.

Muito obrigado.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos de pé das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, está assim terminado o debate do Plano e Orçamento para 1995.

O Sr. Deputado Paulo Valadão e o Grupo Parlamentar do PSD apresentaram na Mesa algumas propostas de alteração. Será conveniente policopiar. Portanto, vamos fazer um intervalo para que se possa fazer isso e distribuir pelos grupos e representações parlamentares.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

*(Eram 16,30 horas).*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 18,35 horas)*

A tarefa que temos pela frente é a de votar os diplomas que temos vindo a apreciar durante estes dias. E a votação incidirá sobre cada um deles, separadamente.

Votaremos em primeiro lugar, na generalidade, e depois cada um dos diplomas, na especialidade.

Faremos, como é regimental, uma votação final global.

Conforme também é habitual neste tipo de debate, são possíveis as declarações de voto, a propósito de cada uma das votações, dentro dos tempos que cada um dos partidos ainda dispõe e tendo em conta a própria característica de brevidade de que se reveste a figura da declaração de voto.

Em primeiro lugar, vamos votar, na generalidade, o Plano.

Eu gostaria de informar a Câmara que vou usar o meu direito de voto e vou votar com o Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que, na generalidade, concordam com a Proposta de Resolução que aprova o "Plano da RAA para 1995", mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Plano para 1995 foi aprovada com 27 votos a favor do PSD e registou 20 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Vamos passar, de seguida, à votação na especialidade do Plano.

Para alguns dos Programas do Plano, foram apresentadas propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS e pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Por uma questão de ordenação, e conforme já acordado, vamos apreciar cada uma dessas alterações que irei lendo e a ordem de votação será a seguinte: em primeiro lugar serão votadas as propostas de alteração apresentadas pela Representação Parlamentar do PCP, seguidamente as que foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS e por fim, as que foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para além das propostas de alteração, julgo que é útil - até para que fique como documento da Sessão - ler um documento que foi apresentado e que é genérico em relação a todas as propostas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e que diz o seguinte:

"Na linha já definida de estreita cooperação do grupo parlamentar que apóia o Governo, convém agora proceder a acertos finais sobre documentos financeiros básicos para 1995.

A maior parte das sugestões apresentadas não implicam substanciais acréscimos, mas sim transferências de verbas, em geral dentro do mesmo programa.

Assim, quanto à Graciosa, 9000 contos do não desagregado do **Programa 2 - Pescas** - ficam afectados às obras de adaptação do ex-edifício da JAP a lota, no porto da Praia.

Em St<sup>a</sup>. Maria, será o próprio Centro de Saúde a encarregar-se da elaboração do projecto de adaptação do actual edifício a Lar de Idosos, atribuindo-se-lhe para o efeito o valor de 3 000 contos, a retirar dos 20. 000 contos que lhe estão afectos.

Ainda será afectada uma verba de 5000 contos no projecto de abastecimento de água à lavoura, a retirar dos 300.000 contos da dotação "Caminhos de Penetração e Abastecimento de Água".

Relativamente a S. Jorge, 5000 contos do não desagregado do **Programa 13 - Transportes Terrestres** - serão afectados à elaboração do projecto de correcção e pavimentação da Estrada Regional 1-2<sup>a</sup> (Aeroporto-Cruzes/Urzelina); 3000 contos do não desagregado do **Programa 18 - Ambiente** - serão afectados a estudos, conservação e melhoramentos no Biótopo e Área Protegida da Caldeira de St<sup>o</sup>. Cristo.

Na Ilha das Flores, 5000 contos do não desagregado do **Programa 13 - Transportes Terrestres** - serão afectados à elaboração do projecto da ponte da Ribeira Grande, entre a Fajazinha e a Fajã Grande.

No Pico, 10 000 contos a reforçar o **Programa 15 - Transportes Aéreos** - com a finalidade expressa de financiar os estudos de viabilidade da ampliação da pista do aeródromo da mesma ilha.

A Ilha do Corvo será dotada, no apoio à produção em 10.597 contos.

Quanto à Terceira, o **Programa 2 - Pescas** - é reforçado em 200.000 contos, destinado ao projecto de "Instalações Frigoríficas" do porto da Praia da Vitória.

O **Programa 5 - Incentivos à Actividade Económica** - também reforçado em 100.000 contos, tendo especialmente em vista o impulso à implementação do Parque Industrial anexo ao porto da Praia da Vitória.

Reforça-se ainda o **Programa 13 - Transportes Terrestres** - em 100.000 mil contos, para atender, designadamente, ao acesso do porto da Praia da Vitória.

Para S. Miguel, reforça-se o **Programa 23 - Defesa e Preservação do Património** - em 800.000 mil contos a fim de serem retomadas as obras da Biblioteca Pública e Arquivo de P. Delgada. Ainda neste Programa, será reforçado o projecto "Igreja do Carmo" - **Faial** - em 4.500 contos a retirar do não desagregado.

O **Programa 8 - Construções Escolares** - deverá ainda ser reforçado em 100 000 contos, 20.000 dos quais para a Escola Secundária da Horta e o restante para reparações, em colaboração com as Câmaras Municipais, do parque escolar primário em situação degradada.

Dentro das preocupações dominantes, de promoção de investimento e do emprego, em colaboração com outras entidades públicas e privadas, será ainda de reforçar o **Programa 22 - Equipamentos Colectivos** - em 100.000 contos.

Por fim, reforça-se o **Programa 1 - Agricultura** - com 300.000 contos, destinados a caminhos de penetração e abastecimento de água à lavoura.

Para financiar estas modificações do Orçamento e Plano, reduzem-se 200.000 contos no **Programa 24 - Modernização dos Media** - adiando o projecto de implementação da segunda rede de TV. O milhão e meio restante, terá de procurar-se na dose adequada de empréstimos e fundos comunitários".

Posto isto, passamos à apreciação do **Programa 1 - Agricultura**.

Em relação a este Programa há propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista e que constam do seguinte:

"No âmbito do projecto de transformação e comercialização prevê-se no âmbito da rede regional de abate, o início da construção dos matadouros industriais de S. Miguel e da Terceira".

Existe ainda uma outra proposta para o **Programa 1** que diz o seguinte:

"Abastecimento de água à lavoura na Ilha de St<sup>a</sup>. Maria - no que respeita ao abastecimento de água às explorações agro-pecuárias, serão executadas as redes de distribuição - abertura de furo e construção de reservatórios na Ilha de St<sup>a</sup>. Maria.

**Justificação:** Há a necessidade de um reforço no armazenamento de água e por isso, é urgente a construção de reservatórios; e a captação de água que só é possível com eficácia se for feito um furo; extensão da rede existente e utilização da construída".

Ainda para o **Programa 1 - Apoio Financeiro ao Sector Cooperativo na Ilha do Corvo** :

**"Justificação:** - Cooperativa de Lacticínios do Corvo.

- Continuação das pesquisas já efectuadas sobre a qualidade do leite e seu aproveitamento;

- Início da construção da infraestrutura;

- Aquisição de equipamentos para seu funcionamento".

E ainda do Programa Agricultura:

"Transformação e Comercialização;

- Rede Regional de Abate.

**Justificação:** Construção da Casa de Matança do Corvo".

Ainda no Programa 1:

"Projecto da Frota Pesqueira e estruturas portuárias, reparação e alargamento da rampa de varagem e molhe de protecção do porto da Praia da Graciosa.

**Justificação:** Facilitar a varagem dos barcos de pesca. Facilitar as manobras de atracagem e protecção de pessoas e bens e orla marítima no porto da Praia da Graciosa".



Conforme se constata, estas quatro alterações que aqui pude referir aos Srs. Deputados - **Transformação e Comercialização dos matadouros industriais da Ilha Terceira e S. Miguel, Reservatórios de Água e fornecimento de água à lavoura da Ilha de St<sup>a</sup>. Maria, Apoio ao sector cooperativo da Ilha do Corvo e transformação/comercialização, rede regional de abate, construção da Casa de Matança do Corvo** - o conjunto destes 4 projectos com que se lhe aumenta o conteúdo do Programa Agricultura, elevará a dotação final deste Programa de 4 milhões e 500 mil contos para 5 milhões 737 mil contos.

Portanto, estas são as propostas de aumento de conteúdo deste **Programa 1 - Agricultura**.

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta um aumento da dotação que, conforme já se pode verificar, propõe um aumento de uma dotação de 300 mil contos que se destina a **caminhos de penetração e abastecimento de água à lavoura**.

Portanto, há aqui esta proposta do PSD que aumenta a dotação desta rubrica, apenas dentro do conteúdo em que ela já lá está e há estas propostas do Grupo Parlamentar do PS.

Penso que seria possível pôr à votação em bloco... o Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para interpelar a Mesa?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, eu pretendia que a votação fosse feita separadamente.

**Presidente:** Sim senhor.

Vamos fazer a votação separadamente, se bem que não será muito ortodoxo, no entanto por uma questão de metodologia será preferível e mais seguro.

Eu vou pôr à votação este primeiro **conteúdo** para o Programa 1 - "No âmbito da transformação e comercialização, prevê-se no âmbito da rede regional de abate, o início da construção dos matadouros industriais de S. Miguel e St<sup>a</sup>. Maria".

Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração de conteúdo ao Programa 1, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 contra do PSD, 20 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

O Sr. Deputado Silva Melo pede a palavra naturalmente para uma declaração de voto, mas talvez por uma questão de método dos nossos trabalhos, eu não sei se seria preferível no final deste programa fazer as declarações. É porque, rigorosamente, nós estamos aqui a utilizar uma situação que é a de votar projectos, o que não está no âmbito da votação do Plano.

Eu não estou a dizer que o Sr. Deputado não faça a sua declaração de voto. Se não houvesse qualquer objecção, faria a declaração de voto no final da votação deste Programa 1.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para expor o ponto de vista do seu grupo parlamentar.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Do nosso ponto de vista, pensamos que uma vez que há uma votação que nós votámos, deve ser-nos facultado o direito de voto logo a seguir a essa votação.

**Presidente:** Eu não tenho dúvida de que a seguir a uma votação se poderá ou se deverá seguir uma declaração de voto.

No entanto, gostaria também que os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PS tivessem em conta que, rigorosamente, as quatro propostas de alteração que aqui estão na Mesa, deveriam estar, neste caso concreto, reduzidas a uma, porque se trata da alteração de um mesmo programa e nesta fase da votação do Plano, o que votamos são programas não são projectos.

Por uma questão de desagregação e de facilitar a vida ao Sr. Deputado do Partido Comunista que pediu a desagregação, é que fizemos assim.

*(Aparte inaudível do Deputado Silva Melo).*

**Presidente:** Eu sei que o Sr. Deputado tem 4 papelinhos, mas todos eles são acções ou são projectos do mesmo programa.

Eu não tenho qualquer dúvida em deixar que o Sr. Deputado Silva Melo faça a sua declaração de voto. E se a fizer agora não fará no fim, é a mesma coisa. É apenas por uma questão de sistematização.

Se a gente entender que faz agora, pois fá-la-á, senão faz no fim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para interpelar a Mesa.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que, efectivamente, temos que cumprir o que está estabelecido e fazer votações ao nível dos programas. Não podemos estar aqui a votar projectos e acções.

Portanto, julgo que a questão que foi agora aqui levantada a respeito da declaração de voto, ainda bem que surgiu em altura de se poder corrigir a linha que estava a ser imprimida.

Eu penso que temos apenas que votar programas, porque em relação à Proposta do Governo, nós não votamos projectos do Governo nem as suas acções. Nunca se fez isso.

Que o conteúdo seja informativo, eu compreendo da parte de quem teve a iniciativa, que queira fundamentar. Aliás, o PSD fê-lo, por exemplo sob a forma mesmo de justificação de motivos. E entenderia as do PS, dentro dessa lógica.

No entanto, nós estamos aqui a votar programas e acho que não devemos abrir mão desse princípio, porque é isso que está estabelecido.

*(Pausa)*

**Presidente:** Srs. Deputados, estamos esclarecidos sobre a nossa forma de avançar com a votação sobre estas propostas.

Há aqui uma situação que no intuito de ser mais clara e mais segura, acaba por complicar um pouco o nosso trabalho, do ponto de vista da conformidade com o nosso Regimento e com a legislação aplicada.

Está entendido, portanto, como é que vamos trabalhar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para fazer uma declaração de voto sobre esta última votação que fizemos.

Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que este procedimento que aqui vamos adoptar, é um procedimento combinado nestas circunstâncias e dadas as condições em que estamos a trabalhar e em que isto é apresentado, mas que não constitui de maneira nenhuma precedente para ocasiões futuras que antes tenham que ser corrigidas, de acordo com a experiência que agora colhemos.

O Sr. Deputado Manuel António Martins pede a palavra para?

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** Sr. Presidente, era para pedir uma informação à Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel António Martins (Indep.):** Sr. Presidente, eu gostaria de saber se estas propostas de alteração, na totalidade ou parcialmente, quer do PS quer do PSD, se são verbas que provêm de transferências dentro de programas do próprio Plano, ou se são adicionais ao Plano?

Eu preciso desta informação, para que possa votar.

**Presidente:** Sr. Deputado, algumas destas verbas vêm de dentro dos próprios programas (do Plano), outras têm a ver com alterações orçamentais cujo conteúdo o Sr. Deputado deve ter em sua posse.

Portanto, quer o PSD quer o PS, apresentaram, oportunamente, alterações ao Orçamento que têm por finalidade dar cabimento às alterações que aqui estão propostas na sua maioria. Uma ou outra poderá ser - tal como há pouco eu tive ocasião de ler e o Sr. Deputado tem na justificação que lhe foi distribuída - transferência dentro do mesmo programa.

Posto isto, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para uma declaração de voto.

Entretanto, o Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra para?

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para interpelar a Mesa.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Eu peço imensa desculpa, Sr. Presidente, mas gostaria de saber em que é a Mesa se fundamentou para, nesta questão da votação final, estar a proceder como está?

Qual é, efectivamente, a fundamentação regimental?

**Presidente:** Sr. Deputado Victor Evaristo:

A Mesa esteve aqui conversando, como é seu hábito, com os presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD e PS, bem como com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e o Sr. Deputado Paulo Valadão.

E como tem sido hábito noutras ocasiões, e desde que haja consenso, e tratando-se duma circunstância que não está própria e directamente prevista dentro do nosso Regimento, tem sido o consenso que se tem sobreposto ao Regimento.

De qualquer maneira, se o Sr. Deputado encontra no Regimento alguma outra solução melhor do que esta, e que vá contrariar aquilo que foi consensuado pelos representantes de cada partido, faça o favor de dizer.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Ó Sr. Presidente eu, obviamente, não quero contrariar ninguém, como V. Ex<sup>a</sup>. deve calcular.

O que me parece é que o consenso que o Sr. Presidente apresenta, deve reportar-se, na minha interpretação, apenas à organização do debate e não à votação, pois são dois actos distintos.

Diz o Artigo 184º, na questão desta matéria de processos especiais, no seu nº 2, o seguinte:

"O debate é organizado pela conferência, nos termos do Artigo 145º". Ou seja, remete nesta matéria de processos especiais, para o processo legislativo comum que começa, efectivamente, no Artigo 129º. E quando diz que "o debate é organizado nos termos do Artigo 145º...", o mesmo insere-se ainda no título V dos **processos legislativos comuns**.

Mas lendo com atenção essa matéria dos processos legislativos comuns, no Artigo 152º, fala-se já propriamente na discussão e votação que são actos diferentes do debate.

E o Artigo 152º diz o seguinte:

"A discussão na especialidade..." - e penso que era em sede da discussão **na especialidade** que nós estávamos - "...versa sobre cada artigo, podendo a Assembleia deliberar que se faça...".

Mas depois o nº 2 diz o seguinte:

"A votação na especialidade versa sobre cada artigo, número ou alínea".

Obviamente, nós neste momento, estamos a discutir ou a votar um programa.

Ora bem, mas se o processo especial remete, nesta matéria, para o processo comum, e neste porque se trata de diplomas legislativos não há programa - há artigos, números ou alíneas - parece-me que é possível, em termos de interpretação extensiva, sem ofender a lei, que se pode dizer aqui que a votação na especialidade também versa sobre cada artigo, número, alínea ou programa. E se é assim - eu digo **se é**, salvo melhor opinião - parece-me que se devia votar cada um dos programas, porque depois diz o Artigo 155º: "finda a discussão e votação, na especialidade," - e entende-se na especialidade **do artigo, número, da alínea ou do programa** - então é que se passaria à votação global. E nessa altura, far-se-ia a votação do programa.

Esta é uma interpretação com a qual eu não quero ofender ninguém, mas julgo que é permissiva.

No entanto, parece-me que não é permissivo que se tenha feito essa deliberação, porque a deliberação para não ser assim, tem que ser tomada pela Assembleia, não pode ser tomada em conferência.

Parece-me que a disposição do Artigo 152º é clara. Ou seja, a discussão na especialidade versa sobre cada artigo - e aí temos que dar a outra interpretação, porque o processo especial remete para o processo comum - **podendo a Assembleia** deliberar, não é a conferência de líderes.

Desculpe a minha interpretação. Obviamente que eu submeto-me à Mesa, até porque posso estar errado.

**Presidente:** Sr. Deputado Victor Evaristo:

Tenho muito gosto em esclarecê-lo que a nossa interpretação nesta matéria é a seguinte:

Nós não estamos a fazer nenhuma discussão na especialidade, Sr. Deputado.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Peço desculpa, Sr. Presidente, mas percebi que V. Ex<sup>a</sup>. tinha dado a palavra ao Sr. Deputado Silva Melo para fazer uma declaração de voto.

Na minha interpretação, a declaração de voto deve ser feita no fim do programa, isto é, depois da discussão do programa todo.

Existem várias propostas para o mesmo programa e, portanto, eu penso que as declarações de voto dos vários partidos, devem ser feitas depois da votação na especialidade **de cada programa**.

**Presidente:** Sr. Deputado, a votação na especialidade está-se a fazer sobre o Programa 1 e foi entendido que se faria desta forma.

Portanto, é este o caminho que vamos seguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para uma declaração de voto.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta de alteração por razões que se afiguram óbvias.

A construção dos novos matadouros industriais de S. Miguel e Terceira, são um investimento da maior importância para o sector da lavoura micaelense e terceirense.

Os novos matadouros são estruturas que irão permitir uma nova funcionalidade à actividade do abate de gado e, por outro lado, virão, finalmente, permitir a exportação de carne para o exterior, ou seja, para a Europa, exportação essa que, presentemente, está vedada por os actuais matadouros não preencherem os requisitos comunitários exigidos.

Por último, e igualmente de maior importância, são as mais valias que um investimento desta natureza irá permitir que fiquem na Região.

**Presidente:** Passamos à votação do conteúdo que aqui se refere ao "abastecimento de água à lavoura da Ilha de St<sup>a</sup>. Maria".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PSD e registou 20 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para uma declaração de voto.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista apresentou esta proposta de alteração, tendo em atenção que o abastecimento de água à lavoura tem necessidade de ser resolvido no mais curto espaço de tempo, como forma de não prejudicar o abastecimento de água às explorações e de satisfazer as justas aspirações dos lavradores marienses.

Baseou-se o PS na auscultação feita à Autarquia, às populações e no memorando entregue ao Governo pela Associação Agrícola de St<sup>a</sup>. Maria que o apresenta como seu principal problema.

A Câmara de Vila do Porto, desde 1990, solicitou ao Governo que colabore na resolução desta questão, o que até ao momento não aconteceu.

Estamos em crer que o Grupo Parlamentar do PSD, se assim o entendesse, poderia realizar o sonho dos marienses. Até porque o investimento em questão não é de modo algum muito elevado.

Para que este projecto fosse exequível, era necessário proceder à abertura de um furo com a profundidade de 100 metros, aproximadamente, na Ribeira do Engenho e construir diversos reservatórios junto dos existentes, com o objectivo de reforçar o armazenamento de água, sendo ainda necessário fazer a extensão da rede existente em quase todas as freguesias.

Esta proposta está fundamentada em estudo feito pela firma Geocontrole, especializada na localização de lençóis de água e o custo das horas necessárias é actualizado.

Esta obra necessitava de ser executada no mais curto espaço de tempo.

**Presidente:** Passamos à votação do conteúdo que se refere ao "apoio financeiro ao sector cooperativo da Ilha do Corvo".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 20 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP.



**Presidente:** Passamos à outra proposta que também se refere à Ilha do Corvo e ao conteúdo que se refere à "transformação e comercialização, rede regional de abate - construção da casa de matança do Corvo".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 17 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos à votação da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e que prevê o aumento da dotação deste programa em 300 mil contos. Passando, portanto, de 4 milhões e 500 mil para 4 milhões e 800 mil.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 20 a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma declaração de voto.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos a favor desta proposta de alteração, porque ela vem demonstrar que afinal, este não era o Plano possível. Do mal o menos!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para uma declaração de voto.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou desfavoravelmente as propostas de alteração ao Programa Agricultura apresentadas pelo Partido Socialista, porque estas enfermam de uma postura demagógica e tendenciosa, no sentido de iludir os agricultores.

Antes de se construir um matadouro, é necessário efectuar um estudo prévio, um ante-projecto e um projecto de investimento.

Afectar 40 mil contos para construir uma casa de matança e uma cooperativa de lacticínios, não paga eventualmente o seu estudo, muito menos a sua construção e a do seu equipamento.

Afectar 195 mil contos para o abastecimento de água à lavoura de St<sup>a</sup>. Maria, significa um investimento global superior a 900 mil contos, recorrendo aos fundos comunitários montante este superior ao destinado a todas as ilhas e que no caso de St<sup>a</sup>. Maria, exige estudos prévios, incluindo os geológicos, estando por isso completamente desadequada.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos à votação do **Programa 2**.

O Sr. Deputado Paulo Valadão apresenta a seguinte proposta de alteração:

"Conteúdo:

São 4 os projectos que formam este programa:

O projecto de apoio ao rendimento dos Pescadores tem como objectivo dotar o Fundo de Garantia Salarial a criar por Decreto Legislativo Regional da comparticipação pública que for estabelecida".

O Grupo Parlamentar do PS apresenta algumas alterações de conteúdo deste programa que passo a ler:

"Conteúdo:

- No projecto da Frota Pesqueira e Estruturas Portuárias, reparação e alargamento da rampa de varagem e molhe de protecção do porto da Praia da Graciosa".

"Conteúdo:

- Molhe de protecção do porto de Rabo de Peixe".

**"Programa 2 - Pescas**

Garantia Salarial dos pescadores".

"- No âmbito do projecto Estruturas Portuárias, reparação das rampas de varagem nos pontos de Porto de P. Delgada, Stª. Cruz e Fajã Grande da Ilha das Flores".

Isto significa um aumento da dotação deste programa em 555 mil contos.

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta a seguinte proposta de alteração:

"No projecto designado de Transformação e Comercialização contempla ainda as Instalações Frigoríficas do Porto de Pesca da Praia da Vitória, assim como a recuperação do antigo edifício da Junta Autónoma dos Portos para a Lota do porto da Praia da Graciosa".

A dotação deste programa passará para 2 milhões e 300 mil contos.

Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e registou 19 abstenções do PS e 1 abstenção do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos às propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS e em primeiro lugar aquela que se refere ao "alargamento da rampa de varagem e molhe de protecção do porto da Praia da Graciosa".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP e registou 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila para uma declaração de voto.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, tinha como objectivo melhorar as condições de operacionalidade do porto da Praia da Graciosa, proteger a orla marítima, bem como beneficiar a rampa de varagem.

**Presidente:** Passamos a votar o conteúdo que se refere ao "molhe de protecção do porto de Rabo de Peixe".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta de alteração do Orçamento, por entender que o molhe de protecção do porto de pescas de Rabo de Peixe se trata de uma obra urgente e que vem beneficiar de imediato a operacionalidade deste porto, o que vem dar uma maior protecção aos pescadores que ali labutam diariamente.

Não esqueçamos que estamos perante o primeiro porto de pescas da Ilha de S. Miguel e o segundo dos Açores, com um volume de capturas que merece ser mantido e defendido através das obras hoje aqui propostas.

**Presidente:** Passamos ao conteúdo da "garantia salarial dos pescadores".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos à votação do conteúdo relativo à "reparação das rampas de varagem dos portos de P. Delgada, St<sup>a</sup>. Cruz e Fajã Grande da Ilha das Flores".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta de alteração, por considerar que as obras de beneficiação dos portos de pescas de P. Delgada, St<sup>a</sup>. Cruz e Fajã Grande vêm permitir uma melhoria de vida dos pescadores, permitindo por outro lado, uma melhor capacidade da capturas de pescado. Este é o momento único para a realização destas obras pela única empresa com capacidade de execução das mesmas que tem ainda neste momento na Ilha das Flores todo o equipamento necessário para o efeito.

Se se perder esta oportunidade, não haverá nos próximos anos qualquer possibilidade de realização destas obras.

**Presidente:** Passamos à votação da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós votámos a favor desta proposta de alteração, porque ela vem demonstrar, mais uma vez, que afinal este não era o Plano possível. Do mal o menos!

*(Risos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a proposta de alteração do Partido Socialista - "garantia salarial dos pescadores" - atendendo a que se encontra a decorrer neste momento um estudo de um grupo de trabalho entre o Governo e o Sindicato Livre dos Pescadores, aguardando-se o resultado do mesmo.

**Deputado Carlos César (PS):** Esse estudo já está feito!

**O Orador:** O PSD votou favoravelmente a sua proposta de alteração em relação às instalações frigoríficas, porque esta proposta visa o apetrechamento do porto, dotando-o das infraestruturas de apoio, tendo em vista a sua melhor rentabilização em termos de utilização, com os inevitáveis reflexos no desenvolvimento da ilha e da Região, bem como o aproveitamento de uma estrutura já existente para os serviços da Lota da Ilha Graciosa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto. O Sr. Deputado ainda dispõe de alguns segundos para o efeito.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, no tempo que temos, para dizer que votámos contra este programa e contra a alteração apresentada pelo PSD, por considerarmos que seria muito mais importante que fosse criada a garantia salarial para os pescadores, do que se propor por exemplo umas instalações frigoríficas num porto, que até têm muita utilidade e são muito necessárias, mas que não sabemos bem qual o fim a dar nos próximos tempos.

Por outro lado, é fazer demagogia quando se vem dizer que o assunto está em estudo. E se ele não for consignado na dotação do Plano de Investimentos ou no Orçamento, é evidente que durante o ano de 1995 os pescadores não vão ter esta garantia salarial. Repito que é demagogia vir falar nesse assunto e dizer que está em estudo, quando, efectivamente, não se cria a verba necessária para ele.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 3**, para o qual o Sr. Deputado Paulo Valadão apresentou uma proposta de alteração que diz o seguinte:

"Na Ilha das Flores levar-se-á a cabo a conclusão da Residencial da Siturflor, reabrir-se-á a Pousada das Lajes e executar-se-á o projecto para um Parque de Campismo".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 19 abstenções do PS.

**Presidente:** Passamos à votação do programa conforme a redacção inicial.

O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, nós não acompanhámos a informação que a Mesa estava a dar.

**Presidente:** Sr. Deputado, em relação ao Programa 3, acabou de votar-se uma proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão. E agora votaríamos, portanto, o Programa 3, conforme a redacção apresentada pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e registou 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Em relação ao **Programa 4**, não há qualquer proposta de alteração, pelo que passamos a votar a redacção apresentada pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Em relação ao **Programa 5**, há uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS e uma outra apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A proposta de alteração do Partido Socialista diz o seguinte:

"Conteúdo:

Parque industrial a instalar em área a desafectar no espaço da Zona Franca".

Tem uma dotação de 10 mil contos, o que fará passar a dotação do Plano inicial para 260 mil contos.

A proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD diz o seguinte:

"O programa visa dar continuidade ao desenvolvimento de acções tendentes à melhoria de competitividade das empresas industriais com a introdução de ecotecnologias e pela melhoria da qualidade dos produtos.

Para que os objectivos sejam atingidos, pretende-se apoiar acções relacionadas com a promoção do investimento, dinamização de pólos e zonas industriais, salientando-se o parque industrial da Praia da Vitória e desenvolvimento de projectos que potenciem a dinamização de pólos industriais, desenvolvimento de projectos que potenciem a utilização de recursos endógenos e acções relacionadas com o desenvolvimento e investigação do sector industrial".

A dotação deste programa passaria para 350 mil contos.

Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.



Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para uma declaração de voto.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta de alteração, ciente da necessidade que há, de alguma forma, de ajudar aquelas pessoas que querem investir na ilha, como é o caso de alguns jovens empresários que não têm espaço para construir as suas oficinas. Aliás, pensamos que o PSD ao "chumbar" esta proposta, vem contradizer-se, pois na última visita do Governo a St<sup>a</sup>. Maria afirma, e cito, que "a futura zona industrial de St<sup>a</sup>. Maria será altamente potenciadora de novos postos de trabalho".

Estávamos certos de que o Governo, o PSD e o Deputado José Maria Bairos, ainda não se tinham esquecido daquilo que em Outubro prometeram. E, por conseguinte, é com espanto que assistimos a esta votação, demonstrando assim, que afinal o Governo tem pouca memória e é pouco cumpridor.

O projecto de alteração envolvia uma verba de 10 mil contos, o que não era muito significativo e que, possivelmente, não deveria ser toda gasta para as obras necessárias.

O PSD nem apostou nos jovens empresários, que diz defender, nem pugnou, devidamente, pelos interesses da agricultura, por exemplo.

Enfim, limitou-se o Deputado José Maria Bairos a defender o partido em vez de defender a ilha, que diz amar e ser sua também.

*(Apartes inaudíveis dos Deputados Rui Melo e José Maria Bairos)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para uma declaração de voto.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata votou contra a proposta de alteração do PS, por considerar que a mesma é descabida e apenas foi apresentada para consumo político, uma vez que o conteúdo da mesma não corresponde às iniciativas levadas a efeito por entidades locais e regionais, no sentido de desafecção de parte da Zona Franca. Até porque neste momento, não está totalmente ainda claro se poderá ser desafectada ou não, devido às suas implicações jurídicas com a União Europeia.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 6**, para o qual não qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com este programa, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 6 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e registou 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, não foi votada a proposta de alteração ao Programa 5 apresentada pelo PSD.

**Presidente:** Peço desculpa, Srs. Deputados, eu efectivamente dei aqui um salto. De maneira que temos que voltar a trás para votar esta proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pelo PSD, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e registou 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Fátima Oliveira para uma declaração de voto.

**Deputada Fátima Oliveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente esta alteração, por considerar necessário que as estruturas complementares sejam construídas o mais rapidamente

possível, a fim de poder rentabilizar o projecto global do porto da Praia da Vitória, tornando-o rentável ao permitir a instalação de novas indústrias e a consequente criação de novos postos de trabalho.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma declaração de voto.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votámos a favor desta proposta de alteração, porque ainda e mais uma vez, ela vem demonstrar que afinal, este não era o Plano possível. Do mal o menos!

*(Risos da bancada do PSD)*

**Presidente:** O Programa 6 já foi aprovado.

Passamos ao **Programa 7**, para o qual também não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 7, conforme a redacção inicial, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O programa 7 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para o **Programa 8** o Sr. Deputado Paulo Valadão apresenta a seguinte proposta de alteração do conteúdo:

"Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo:

2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário:

Mandar-se-á elaborar um estudo prévio tendo em vista a instalação de uma Escola Preparatória nas Lajes das Flores, destinada ao 2º Ciclo do ensino básico".

O Grupo Parlamentar do PS apresenta as seguintes alterações:

"Projecto de ampliação da Escola Secundária de Stª. Cruz das Flores".

"Ampliação da Escola Preparatória de Stª. Cruz da Graciosa".

"Construção de um edifício escolar para o Ensino Secundário na Ilha do Faial".

Esta proposta significa um aumento da dotação inicial de 190 mil contos.

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta a seguinte proposta de alteração:

"Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo - 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário;

Escola Secundária da Horta.

Melhoramento do Parque Escolar:

Aumento da Cooperação Financeira com as Autarquias".

Tem uma dotação de 2 mil e 50 contos.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD aumenta a Escola Secundária da Horta e o melhoramento do Parque Escolar e ainda o aumento da cooperação financeira com as Autarquias, passa a dotação de 1 milhão e 950 mil para 2 milhões e 50 mil.

Votamos em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Votamos, em seguida, a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PS para este programa, com o seguinte conteúdo:

"Projecto de ampliação da Escola Secundária de Stª. Cruz das Flores".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa para uma declaração de voto.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta de alteração considerada, em termos familiares, sociais, económicos e culturais, urgente a fixação dos jovens nas Flores.

**Presidente:** Votamos em seguida a proposta de alteração do PS com o seguinte conteúdo:

"Ampliação da Escola Preparatória de St<sup>a</sup>. Cruz da Graciosa".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha para uma declaração de voto.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao Programa 8, por considerar uma proposta altamente demagógica e que não se enquadra nas prioridades para a Ilha Graciosa no actual quadro de aperto económico em que se vive na nossa Região, especialmente naquilo que se refere à Escola Preparatória, uma vez que a mesma, presentemente, possui 21 salas de aula e tem apenas 19 turmas.

O próprio conselho directivo daquela escola admite que é possível leccionar os 10º e 11º anos de escolaridade nas actuais instalações.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS tinha, objectivamente, a intenção de proceder o mais rapidamente possível à ampliação da Escola Preparatória de St<sup>a</sup>. Cruz da Graciosa, para assim tornar possível a justíssima criação do ensino secundário. Proposta esta que se lamenta ter sido "chumbada".

Gostaria de dizer ainda ao Sr. Deputado João Cunha e de lhe relembrar que estivemos na mesma reunião em que, na realidade, havia necessidade da ampliação da escola para o ensino secundário.

**Deputado João Cunha (PSD):** Se for para esclarecimentos, eu também presto mais à Câmara.

**Presidente:** Votamos de seguida a proposta de alteração do PS cujo conteúdo é a "construção de um edifício escolar para o ensino secundário na Ilha do Faial".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS apresentou e votou favoravelmente esta proposta de alteração, pela premência da construção do novo edifício escolar na Horta que se prende com o alargamento da escolaridade obrigatória e com a implementação da reforma educativa que obriga a que já no próximo ano lectivo o 12º ano funcione com o prosseguimento curricular dos dois anos anteriores, o que significa a leccionação, no mínimo, de mais 5 disciplinas em cada turma deste ano.

Laboratórios e oficinas, além de salas de estudo e para actividades extracurriculares, são uma exigência dos novos moldes de ensino.

Não pode continuar a fazer-se intervenções de remedeio pontual e por isso precário, nas instalações existentes.

É imprescindível actuar hoje com os olhos postos nos futuro.

**Presidente:** Votamos a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma declaração de voto.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votámos a favor desta proposta de alteração, porque ela vem demonstrar à evidência que afinal este não era o Plano possível. Do mal o menos!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Morais para uma declaração de voto.

**Deputado Carlos Morais (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou e votou favoravelmente esta proposta, por achar que se constrói uma escola pelos alicerces e não pelo tecto e muito menos com propostas demagógicas.

Também se reforça a cooperação financeira com as Autarquias.

*(Pergunta inaudível do Deputado Paulo Valadão à Mesa da ALRA).*

**Presidente:** Sr. Deputado, em relação ao programa das construções escolares, votou-se a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado, 3 conteúdos apresentados pelo Partido Socialista e 1 proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** E a respeito do conteúdo do Programa 8?

**Presidente:** Sobre esse já votámos todas as propostas que tínhamos na Mesa, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** A minha dúvida é a de saber se ainda não temos que votar neste programa o conteúdo do programa proposto pelo Governo?

**Presidente:** A proposta inicial não é?

Claro que teremos que votá-la, porque a mesma na restante parte não foi alterada.

Sr. Deputado, o que se entende é que esta proposta do Grupo Parlamentar do PSD transcreve a proposta inicial e mais este conteúdo.

Passamos ao **Programa 9**, para o qual não nenhuma proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 9 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e registou 19 votos a contra do PS e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 10**, para o qual também não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 10 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 11**, para o qual também não existe qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 11 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para o **Programa 12** há uma proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, cujo conteúdo diz o seguinte:

"Elaboração do devido estudo para instalação de uma Pousada de Juventude na Ilha das Flores".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.



Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente, 19 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP e registou 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos ao Programa 12, conforme a proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 12 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou uma abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 13** para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e que diz o seguinte:

"Conclusão da estrada de volta da Ilha das Flores e a construção de uma ponte sobre a Ribeira Grande, na Estrada Regional que liga a Fajã Grande com o resto da ilha".

Temos outro conteúdo apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS que diz o seguinte:

"Ligação rodoviária Angra-Praia.

Construção da variante à estrada regional 1/1ª. Faial.

Reabilitação de estradas regionais, empreitada de pavimentação e betão betuminoso na estrada regional 1/2ª. entre Velas/Nortes/Relvinha e Ramal para a Calheta".

Esta proposta de alteração significa um aumento da dotação deste programa em 700 mil contos.

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta uma proposta de alteração cujo conteúdo é o seguinte:

"A estrada regional 1/2ª. Aeroporto/Cruzes/Urzelina, Ponte da Ribeira Grande entre a Fajazinha e a Fajã Grande".

A dotação passa de 4 milhões e 400 mil contos para 4 milhões e 490 mil contos.

Votamos em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos a votar de seguida as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS e votamos o conteúdo que diz a "Ligação Angra/Praia".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira para uma declaração de voto.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista votou favoravelmente a proposta de reforço de verbas em relação à execução do 4º troço da via rápida Angra/Praia, por considerar que após a existência do porto da Praia da Vitória e a finalização de algumas das suas estruturas, se torna indispensável a ligação rodoviária àquele empreendimento, para o cabal aproveitamento das suas potencialidades económicas.

Além disso, consideramos urgente desviar o trânsito que é oriundo do 3º troço da via rápida que vem desaguar no prolongamento da Canada da Saúde, em frente à escola preparatória da cidade da Praia da Vitória, com todos os riscos que tal situação acarreta para as crianças que frequentam aquela escola.

**Presidente:** Votamos de seguida, a alteração cujo conteúdo é "Construção da variante à estrada regional 1/1ª. Faial".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 a favor do PS, 1 voto a favor 1 do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente esta proposta, porque é urgente a construção desta variante, dado o risco permanente de derrocada de um troço da estrada na zona da Laginha que se encontra sem sustentação, suspensa que está sobre enormes cavernas cavadas pela erosão do mar - os Srs. Deputados podem ver quando vêm de avião - por isso, e antes que inopinadamente, se verifique o aluimento e a muito provável perda de vidas humanas, o Partido Socialista apresentou esta proposta de alteração.

**Presidente:** Passamos à votação da proposta cujo conteúdo é a "Empreitada de pavimentação e betão betuminoso da estrada regional 1/2<sup>a</sup>. entre Velas/Nortes/Relvinhas/Ramal para a Calheta".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista apresentou esta proposta de aditamento ao Plano para 1995 que se prende com a empreitada e betão betuminoso da estrada regional 1/2<sup>a</sup>. entre Velas/Nortes e Ramal para a Vila da Calheta, tendo em vista resolver o estado caótico em que se encontra a plataforma desta via, sujeita a um acentuado fluxo rodoviário e servindo, por esse facto, uma grande parte dos jorgenses que diariamente a utilizam.

Entendemos que o Governo ao realizar este investimento no próximo ano, estaria, unicamente, a cumprir um dever para com aquela ilha que se fundamenta não só por esta obra ter constado do Programa Nacional de Interesse Comunitário, bem como dos anteriores planos anuais, mas sobretudo em virtude do Governo ter pedido, já por duas vezes, a autorização a esta Assembleia para contrair empréstimos do Banco Europeu de Investimentos, tendo em vista, entre outras, a execução desta estrada.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila.

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a proposta que o PS apresentou, não por entendermos que não é uma proposta urgente a fazer-se, mas tão só pelo facto de se ter, em primeiro lugar, que rescindir o contrato com a empresa a que a mesma estava adjudicada, a fim de abrir-se novo concurso e adjudicação da obra, o que só poderá acontecer em princípios de 1996.

**Presidente:** Passamos à votação da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma declaração de voto.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votámos a favor desta proposta de alteração, porque ela vem demonstrar claramente que afinal, este **não era o Plano possível!...**

*Vozes da bancada do PSD: **Do mal o menos!***

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão que dispõe de 2 segundos e, portanto, esgota o seu tempo.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para dizer que este acréscimo em relação às Flores é muito pouco.

Apesar disso, votámos favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente a proposta do mesmo contida no Programa 13 que contempla as estradas do aeroporto/Cruzes/Urzelina em S. Jorge e Angra/Praia na Terceira, por serem estradas da máxima importância para as respectivas ilhas e seu desenvolvimento social e económico e mostra à evidência que o PSD está sempre disposto a alterar e a introduzir qualquer inovação passível do progresso que beneficie os reais interesses da Região.

Tenho dito.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Passamos ao **Programa 14** para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão cujo conteúdo é o seguinte:

"Melhoria da infraestrutura portuária com a intervenção dos seguintes portos:

- Porto de Vila do Porto.
- Núcleo de pesca do porto da Praia da Vitória.
- Porto de recreio da Ilha das Flores".

Para o Programa 14 apresenta duas alterações de conteúdo e a primeira é a seguinte:

"Empreitada de reforço do molhe do porto comercial do Pico, em S. Roque, colocação de tetrápodes de protecção da cabeça do molhe".

E uma outra alteração de conteúdo que diz o seguinte:

"No âmbito do projecto de infraestruturas portuárias, reforço de verba para a acção 14.1.11 - Porto da Calheta de S. Jorge".

Estas duas propostas de alteração significam um aumento da dotação inicial em 140 mil contos.

Votamos, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos de seguida à votação do conteúdo relativo ao "molhe do porto comercial do Pico, em S. Roque - colocação de tetrápodes e protecção na cabeça do molhe".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP e registou 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Perante o reconhecimento de vários técnicos e do próprio Governo da deficiente protecção da cabeça do molhe do Porto Comercial do Pico, ponto-chave das importações e das exportações semanais de gado vivo em contentores, que é também no presente a principal fonte de rendimento da população do Pico, deve-se evitar atempadamente uma possível rotura, porque os efeitos seriam incalculáveis. E esta obra estaria desdobrada cujo custo (80 mil contos) perfeitamente comportável com as alterações feitas pelo PSD, pelos anos de 95 e 96 com 40 mil contos cada ano.

Por outro lado, aduzimos que o próprio concelho de ilha referiu-se concretamente dizendo:

"A não execução na sua globalidade, poderá pôr seriamente em causa a sobrevivência económica da Ilha do Pico, concretamente e a título de exemplo, o alargamento da pista e o o molhe acostável do Porto Comercial do Pico, em S. Roque".

Apresentámos e votámos a favor desta proposta, fazendo eco com coerência e responsabilidade de um dos dois empreendimentos seleccionados como sendo prioritários para a Ilha do Pico em 1995 pelo conselho de ilha. Nessas reuniões, todos

os políticos estavam de acordo, mas ao atravessarem o Canal, esqueceram-se alguns dos compromissos assumidos. Fica assim o Pico a perder por culpa desses que põem o seu partido acima dos interesses dos picarotos e dos açorianos.

**Presidente:** Passamos à 2ª proposta do Grupo Parlamentar do PS cujo conteúdo é o seguinte:

"No âmbito do projecto de infraestruturas portuárias, o reforço da verba para o porto da Calheta de S. Jorge".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente:

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista apresentou esta proposta referente à obra do Cais da Calheta, tendo em vista a necessidade, o quanto antes, de dotar aquele porto de operacionais, que possam corresponder, com alguma segurança, ao serviço praticado no Grupo Central pelos "Cruzeiros", bem como prestar melhores serviços aos pescadores que o utilizam.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila.

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata votou contra a proposta do PS, por entender que neste momento 5 mil ou 100 mil contos é o mesmo, visto que em 1995 apenas se irá fazer os estudos em modelos reduzidos, a fim de se saber qual a melhor forma de resolver, de uma vez por todas, os problemas daquele porto.

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 14, conforme a redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 14 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Em relação ao **Programa 15 - Transportes Aéreos** - há uma proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão cujo conteúdo é o seguinte:

"No âmbito dos transportes aéreos, o programa prevê a continuação dos melhoramentos de infraestruturas aeroportuárias, designadamente a preparação de um estudo prévio e projecto de crescimento e alargamento da pista do aeroporto do Pico". O Grupo Parlamentar do PS também apresenta uma proposta de alteração que se refere ao seguinte conteúdo:

"Transportes aéreos - melhoramentos da pista do Pico".

A dotação inicial seria aumentada em mais 110 mil contos.

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta também uma proposta de alteração que acrescenta o seguinte:

"... assim como a realização de um estudo de viabilidade do alargamento do aeródromo do Pico".

A dotação deste Programa passa para 320 mil contos.

Votamos, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 abstenções do PS, 1 abstenção do Sr. Dependente e registou 1 voto a favor do CDS/PP, e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos à proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.



**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Disse o poeta que "não há machado que corte a raiz ao pensamento"!

*(Risos do Presidente do Governo Regional).*

No pensamento iluminado de alguns Senhores, passou uma estratégia "iluminada" de roubar 10 mil contos duma verba escassa para estradas, cujo estado é **verdadeiramente lastimoso!!**

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Não exageremos!

**O Orador:** Verba essa, donde tem que ser tirado um saco de dinheiro para pagar dívidas!

Esta proposta de alteração mais aquilo que lhe subjaz, não envolve um mero capricho, nem pretendia vergar quem se arrima à concepção imaculada deste Plano.

Ela é, simplesmente, a reposição do que foi - penso que conscientemente, a não ser que estivessem distraídos ou doidinhos - programado e corresponde, significativamente, ao desenvolvimento harmónico da Região. Desenvolvimento que tem de assentar no reconhecimento das potencialidades intrínsecas de cada ilha e na simbiose absolutamente indispensável entre os instrumentos e os investimentos programados e as infraestruturas que lhes são inerentes.

Ao contrário, é ser louco!

Os Srs. não se libertam de um irresponsável **trapezismo político...**

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

... assente numa vesga apreensão da realidade, cujas nefastas consequências semeiam a desconfiança, a descrença e por vezes o desespero!!

A não aprovação desta proposta de alteração, adia "sine die" ou mata de vez, a resolução do maior estrangulamento do desenvolvimento da Ilha do Pico.

O Sr. Presidente do Governo já o afirmou em reuniões no Pico diante de mim!

Os Srs. são os responsáveis pelo futuro duma ilha que, **manhosamente e maldosamente**, apelidaram de **futuro!**

**Qual futuro meus senhores?!**

*Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Passamos à votação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

**Deputado Álvaro Manito (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD votaram favoravelmente esta proposta, por considerarem ser necessário estudar concretamente quais as alterações que devem ser feitas para melhorar a operacionalidade da pista do Pico. E que não se façam obras sem que as mesmas tenham pareceres fundamentados sobre quais as intervenções que devem ser realizadas, atendendo às realidades de desenvolvimento que se perspectivam no futuro próximo para a Ilha do Pico.

Para tal, foi o Plano reforçado com a verba necessária a esse estudo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma declaração de voto.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós votámos contra esta proposta, porque não é possível votar o impossível!

**Presidente do Governo Regional** (*Mota Amaral*): "Do mal o menos!"

**Presidente:** Passamos ao **Programa 16**, para o qual não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 16 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Em relação ao **Programa 17** o Sr. Deputado Paulo Valadão apresenta a seguinte proposta de alteração:

"Início da aplicação dos estudos já realizados e referentes ao aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de energia eléctrica na Ilha das Flores.

Realização de um estudo prévio tendente à elaboração do projecto duma barragem que rentabilize a central hidroeléctrica das Flores".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Votamos agora a proposta inicial para o Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 17, conforme a proposta inicial foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Srs. Deputados, para os **Programas 18, 19, 20 e 21**, não há qualquer proposta de alteração.

Votamos em primeiro lugar o **Programa 18**.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 18 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 19**.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 19 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 20**.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 20 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 21**.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 21 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 22**, para o qual o Grupo Parlamentar do PSD apresenta uma proposta de alteração que diz o seguinte:

"Apoio a entidades com interesse colectivo públicas e privadas".

A dotação deste programa aumenta de 100 mil contos para 200 mil contos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e um voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para uma declaração de voto.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente esta proposta de alteração, porque entende que só o PSD faz os impossíveis com o Plano possível.

**Do bem o mais!**

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Para o **Programa 23** o Sr. Deputado Paulo Valadão apresentou a seguinte proposta de alteração:

"Continuação da recuperação da Fábrica da Baleia de St<sup>a</sup>. Cruz das Flores".

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta a seguinte proposta de alteração:

"Recuperação do Colégio dos Jesuítas, Biblioteca Pública e Arquivo de P. Delgada".

A dotação deste Programa aumenta para 1 milhão 479 mil e 500 contos.

Votamos, em primeiro lugar, a proposta de Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos em seguida à votação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para uma declaração de voto.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um povo que não respeita a cultura de onde imerge é negativo.

A proposta de reforço de verba para o Programa 23, destinada à recuperação do Colégio dos Jesuítas, Biblioteca Pública e Arquivo de P. Delgada, é um acto positivo, porquanto vai preservar autênticas raridades bibliográficas, abre espaços para a cultura e resolve, duma vez por todas, a autêntica chaga que é o actual estado de degradação daquelas obras.

Obra parada, com os ferros enferrujados, espetados a arranhar o céu e ervas daninhas a cobrir cimento novo, não pode ser olhada com a suspeição da falta de respeito pela cultura, pelos dinheiros públicos e pelo desleixo dos homens que regem a rés pública.

O Grupo Parlamentar do PSD propos e votou favoravelmente esse reforço de verba, por respeito exactamente à cultura.

Foi, por consequência, um acto positivo.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 24**, para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e que se refere à eliminação do conteúdo que diz o seguinte:

"Início da 2ª rede de emissão de televisão".

A dotação passa de 300 mil contos para 100 mil contos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo para uma declaração de voto.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O objectivo de disponibilizar mais um canal de televisão aos açorianos é não só actual como prioritário. Mais do que isso, é um inquestionável direito dos açorianos. Todavia, o PSD aprovou a eliminação das verbas do Programa 24, tendo em conta o actual quadro financeiro da Região e a consignação às estratégias e linhas prioritárias de desenvolvimento.

Que a realização da 2ª rede de emissão de televisão é um investimento que vai para além das responsabilidades que a Constituição atribui aos órgãos de governo próprio da Região e que o Governo Regional tem vindo a desenvolver esforços junto do Governo da República para a realização deste investimento.

Que o projecto em causa já tem garantida a elegibilidade por parte do Governo da Região, para co-financiamento comunitário, havendo assim hipóteses da concretização pela Portugal Telecom.

Acresce, por último, que o PS anunciou ir propor na Assembleia da República a inscrição no Orçamento do Estado da verba para este fim.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para uma declaração de voto.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista concorda com a proposta de alteração apresentada pelo PSD sobre esta matéria, tendo em conta que é útil esperar mais um ano, na expectativa do Governo da República cumprir as suas obrigações neste domínio.

Tratando-se de um serviço público de carácter nacional, é ao Governo da República que, em primeiro lugar, incumbe a prestação desse serviço.

Isso mesmo já tenho dito nesta Assembleia há muitos anos, salientando junto do Governo Regional que esse não deve ser um investimento da Região.

Espero que assim aconteça.

É evidente que se nos confrontarmos mais tarde com a impossibilidade de haver uma maioria na Assembleia da República que aprove tal medida, designadamente se o

PSD lá se opuser ou se o Governo da República não cumprir esse compromisso, mais tarde ou mais cedo a Região deverá assumir.

Muito obrigado.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 25**, para o qual não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 25 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 26**, para o qual não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 26 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 27**.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 27 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 28**.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.



**Secretário:** O Programa 28 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 29**.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 29 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 30**.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 30 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e registou 19 votos contra do PS e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Plano para a RAA para 1995, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Plano da R.A.A para 1995 foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma rápida e resumida declaração de voto a propósito desta votação final global que irá incidir, inevitavelmente, sobre aquilo que foi a grande novidade deste debate do Plano - as propostas de alteração.

Não as do PS que foram suficientemente justificadas e explicadas durante o debate e durante a própria votação, não as do PCP das quais nos abstivemos, porque

entendemos que um plano não pode ser alterado sem que as dotações dos programas sejam alteradas, assim é que nós temos a concepção do rigor dum plano e do tal plano possível que, afinal, pela prática do próprio PSD, não é o plano possível. É um plano que permite transferências de verbas, em geral, dentro do mesmo programa.

Esta novidade que marcou o debate do Plano desde o seu início, o PSD levou metade do debate a preparar o ambiente para as alterações do Plano e do Orçamento, embora continuando a chamar contraditoriamente o **plano possível** e chamando ao Orçamento o **orçamento de rigor** e a outra metade a tentar defender o líder do inevitável recuo em relação à teoria e à prática defendida durante 20 anos.

Neste aspecto, esta diferença é um momento positivo para esta Assembleia - e daí a nossa votação às alterações do PSD, pela razão que foi repetidamente e oportunamente justificada - mas temos de fazer notar que essas alterações foram feitas da pior forma.

O texto que falava em acertos finais às 17, 00 horas, já era outro às 17, 30 horas. Afinal, o plano possível melhora de hora a hora. E não trazem novo equilíbrio entre ilhas, nem novo equilíbrio entre sectores, nem qualquer respeito de prioridades novas dentro das próprias ilhas.

Existem coisas mesmo que foram esquecidas entre a primeira e a segunda versão.

Há coisas em que se mexeu para desagregar 5 mil contos de 300 mil.

Há ilhas que tinham transferências de programas e que deixaram de ter.

É possível mesmo, ler nestas propostas de alteração - numa leitura arqueológica - os vários momentos por que passaram a sua concepção, o seu debate e a sua discussão.

Alterações entre programas, alterações dentro das ilhas, alterações nas verbas agregadas. Mas, finalmente, acabou por se cair naquilo em que o PSD sempre cai: alterações que implicam aumentos de dívida.

Apostando o PSD em alterações com base em verbas que não tem, necessitando para isso que recorrer a empréstimos e verbas que não domina, necessitando recorrer ao aumento das verbas previstas pela Comunidade.

Por tudo isso aumentou a receita, lembrando-se de acrescentar à última hora as receitas das privatizações, acrescentou a receita em 8 milhões de contos para uma alteração do Plano de apenas 1 milhão e 500 mil contos.

É o vício do endividamento e assim, o PSD conseguiu, simultaneamente, destruir o **plano possível** e o **orçamento de rigor**.

Daí, a nossa votação final global contra este Plano.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** O Sr. Deputado Fernando Menezes pede a palavra para interpelar a Mesa?

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, o Partido Socialista solicita, nos termos regimentais, um intervalo de 15 minutos.

**Presidente:** Está concedido o intervalo, a pedido do Partido Socialista e como é regimental, de 15 minutos.

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra...

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, já que passa da hora regimental, e em vez de estarmos aqui em intervalo, continuaríamos amanhã às 10, 00 horas.

**Presidente:** Agradecia que os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e o Sr. Deputado Paulo Valadão chegassem aqui à Mesa para conferenciarmos.

*(Pausa).*

**Presidente:** Srs. Deputados, nos termos regimentais, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.

*(Eram 20, 45 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 21,00 horas)*

Passamos de seguida à votação do Orçamento da RAA para 1995.

Em primeiro lugar vamos votar, na generalidade, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento Regional.

Os Srs. Deputados que na generalidade concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, com 26 votos a favor do PSD, 16 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos à votação na especialidade.

Em relação à especialidade, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta propostas de alteração para o Art. 1º, Art. 2º e também para o Art. 3º.

Gostaria de rectificar o anúncio destas alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do PSD, porque o que se está alterando é o **Mapa I**, no que diz respeito à receita do **Capítulo 972** e a receita do **Capítulo 11.12.01**, a alínea a) do Art. 4º da proposta apresentada pelo Governo e depois os mapas que são alterados conforme a proposta que se junta, porque os mapas estão juntos.

De modo que, em primeiro lugar, por uma questão de podermos ordenar os nossos trabalhos, iríamos votar os mapas. Votamos o Art. 1º, alínea a), que refere o seguinte: "O Orçamento da RAA é o constante dos Mapas I a IV e respectivos anexos aos Mapas I e II".

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta para o Mapa I, uma alteração que se refere e que está consignada no exemplar distribuído aos Srs. Deputados, que é em relação a uma alteração de verbas no Código de Receita **09.07.02** que é alterado para 13 milhões 475 mil. E no **Código 11.12.01** para 6 milhões 743 mil.

Estas são as alterações no Mapa I que são apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Grupo Parlamentar do PS, também para o Mapa I, apresenta as seguintes alterações: no **Código 02.02.08**, altera a dotação para 4 milhões 875 mil 178. No **Capítulo 12**, altera o **Código 12.02 - "Privatizações"** - para 4 milhões de contos. E

em relação ao **Código 15.01.01 - "Fundo Regional de Abastecimento"** - altera para 12 mil 530 contos.

Em primeiro lugar, eu vou pôr à votação o Mapa I, considerando as alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Mapa I, apresentado pelo Partido Socialista, foi rejeitado com 27 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e registou 19 votos a favor do PS e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração ao Mapa I e votou-a favoravelmente, por considerar que a não inclusão no capítulo dos impostos indirectos, dos impostos sobre os produtos petrolíferos, está incorrecta do ponto de vista de uniformização contabilística dado que é pessoalmente nos Açores que isto se verifica.

Tanto no Orçamento da Região Autónoma da Madeira, como no Orçamento de Estado, os impostos sobre os produtos petrolíferos como quaisquer impostos indirectos, vêm nesta rubrica.

Esta incorrecção já foi renunciada em anteriores ocasiões e aí perpetuo uma prática de contabilizar impostos num fundo que é o Fundo Regional de Abastecimento.

Por isso mesmo, o Partido Socialista vai continuar a apresentar propostas de alteração neste sentido, para clarificar este Orçamento.

**Presidente:** Em seguida, vamos votar o Mapa I, conforme apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e com as alterações que eu há pouco referi.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstenham façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta do Mapa I apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP e registou 1 voto contra do Deputado Independente e restou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra a proposta de alteração apresentada pelo PSD, por considerar inconcebível que num espaço de algumas horas se venha acrescentar 1 milhão de contos à verba de transferências do FEDER, quando se apregoa rigor para este Orçamento.

Consideramos isto ser apenas uma mera manobra contabilística sem rigor algum.

Por outro lado, votámos contra, porque para quem defende um orçamento de rigor, não percebemos como é que se vai endividar em mais meio milhão de contos.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Frazão.

**Deputado Gustavo Frazão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou favoravelmente a alteração ao Mapa I, porque as alterações efectuadas resultam das propostas de alteração aos programas do Plano já aprovados.

Além disso, e uma vez que foi tomada a decisão do acréscimo em termos do endividamento em 500 mil contos dentro dos parâmetros definidos, é lógico que potenciam um aumento também dos fundos comunitários.

Disse.

**Presidente:** Passamos à aprovação do Mapa II que se refere às despesas por departamentos e por capítulos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta as seguintes alterações:

Para o "**Capítulo 02** - Presidência do Governo Regional uma dotação de 581 mil 130 contos.

**Capítulo 03** - Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública - Gabinete do Secretário com uma dotação de 14.287.584 contos.

**Capítulo 04** - Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia - Gabinete do Secretário 353.352 contos.

**Capítulo 05** - Secretário Regional da Educação e Cultura - 01 Gabinete do Secretário com uma dotação de 420.246 contos.

**Capítulo 06** - Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social - 01 Gabinete do Secretário 407.974 contos.

**Capítulo 07** - Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - 01 Gabinete do Secretário 598.442 contos.

**Capítulo 08** - Secretaria Regional do Turismo e Ambiente - 01 Gabinete do Secretário 111.366 contos.

**Capítulo 09** - Secretaria Regional da Educação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações - 01 Gabinete do Secretário 1.243.399 contos.

**Capítulo 07** - Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - 40, Despesas do Plano, 8 milhões 470 mil contos.

**07** - Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - 40, Despesas do Plano, 8 milhões 470 mil contos.

**09** - Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações - Despesas do Plano, 12 milhões 440 mil contos.

**04** - Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia - Despesas do Plano, 1 milhão 310 mil contos".

Em relação a este Mapa II, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata também apresenta uma proposta de alteração que consigna as seguintes alterações:

Em relação ao "**Capítulo 02** - Presidência do Governo Regional, propõe 845.479 contos".

Para a Secretaria Regional da Educação e Cultura, propõe uma dotação 23.078.913 contos.

Para a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, uma dotação de 11.412.525 contos.

E para a Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações uma dotação de 17.905.615 contos.

No total 129.718.190 contos.

Em primeiro lugar, vamos votar o Mapa II com as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

**Presidente:** Faz favor Sr. Deputado.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As proposta de alteração no Plano do Partido Socialista, nesses quadros está de acordo com o resultado das votações já aqui efectuadas, relativamente aos diferentes programas ou estavam de acordo com as propostas do Partido Socialista que foram rejeitadas?

**Presidente:** Estas propostas têm em conta as alterações que estavam propostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente ao Plano e às alterações que apresentou.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** É que sobre esse ponto de vista Sr. Presidente, se me permite, julgo com alguma legitimidade levantar a questão de que estão prejudicadas, na medida em que não faz sentido fazer alterações num orçamento que não estejam devidamente compatibilizadas com os programas que já foram aqui aprovados .

Sob esse ponto de vista, julgo que as propostas do Partido Socialista deviam ser rejeitadas.

**Presidente:** O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Interpelação à Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Logicamente, eu não tenho dúvida nenhuma em que a situação referida pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro é aquela que tem coerência, mas o voto depende da



vontade das pessoas. Quem votou contra as nossas propostas do Plano pode entender votar se fugir à lógica a favor.

Eu estou falando apenas no aspecto teórico, porque são documentos diferentes e portanto pode haver votações diferentes, pode haver mudanças de vontade entre um documento e outro.

Apesar da lógica ser uma coisa, a lógica política da votação pode ser outra.

É só nesse sentido que se mantem de pé a votação, para que não restem dúvidas a este respeito sobre a vontade da Assembleia.

**Presidente:** Tendo em vista as considerações feitas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e as que são feitas pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa e tratando-se de documentos que são rigorosamente independentes, dá-me a ideia que também não "virá grande mal ao mundo" se procedermos a uma votação.

De qualquer, não sendo do mesmo documento, a Mesa não tem legitimidade para considerar prejudicado. Teria que ser sempre retirado pelo autor da proposta.

Nesta conformidade vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração proposta pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente, 19 votos a favor do PS, e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos a seguir votar o Mapa II, conforme a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo PSD foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Se os Srs. Deputados não vissem inconveniente, eu poria à votação os **Mapas III, IV e V** que ao fim ao cabo, recolhem as alterações que já foram acolhidas no Mapa I e II do Partido Social Democrata e votaríamos em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam com estes Mapas, conforme proposta do Partido Social Democrata, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstem faça o favor de se sentar.

**Secretário:** Os Mapas I, II e III foram aprovados com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e restou uma abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Em seguida, vamos votar o anexo ao Mapa I e ao Mapa II conforme constam na proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os anexos aos Mapas I e II foram aprovados com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos a votar o **Artigo 1º**, uma vez que estão votados os mapas, conforme a proposta apresentada pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 1º alíneas a) e b), mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 1º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Para o **Artigo 2º** não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 2º conforme proposta inicial, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 2º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente .

**Presidente:** Passamos à votação do **Artigo 3º** para o qual não há nenhuma proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 3º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Para o **Artigo 4º, alínea a)**, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe a seguinte proposta de alteração:

"Serem empréstimos amortizáveis a colocar junto das instituições financeiras, incluindo o Banco de Portugal, ou outras entidades nacionais e internacionais, não podendo, em caso algum, exceder o montante de 16.747 milhões de contos de endividamento da Região no ano de 1995".

Está à discussão esta proposta de alteração para a alínea a) do Artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta para alínea a) do Artigo 4º foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos a votar as alíneas b) e c) do mesmo artigo.

Os Srs. Deputados que concordam com estas alíneas conforme a proposta inicial, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As alíneas b) e c) do Artigo 4º foram aprovadas com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto de abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos à votação do **Artigo 5º**.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 5º **números 1 e 2**, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 5º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente: Artigo 6º.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 6º, alíneas **a), b), c) e d)**, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 6º, alíneas a), b), c) e d), foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta para o **Artigo 7º** uma proposta de aditamento dos **nºs 2, 3 e 4** que passo a ler.

"2 - Na concretização dos princípios enunciados no número anterior, e na sequência dos objectivos igualmente constantes no Decreto Legislativo Regional n.º 1/93/A, de 5 de Janeiro, que limitou a redução da estrutura orgânica da Administração, ao seu órgão de cúpula - o Governo Regional - este aplicará, no maior número possível de casos, as disposições constantes no n.º 2 do Artigo 1º e dos artigos 19.º e 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/82/A, de 28 de Outubro, com o objectivo de reduzir o número de unidades orgânicas dos departamentos centrais do Governo Regional e travar a excessiva departamentalização ocorrida nos últimos anos na administração regional.

3 - No prazo de 60 dias, o Governo Regional apresentará na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, contendo as disposições atinentes ao enquadramento legislativo e controlo rigoroso e eficaz nos subsídios atribuídos pelo Governo Regional, na sequência, aliás, de repetidas recomendações do Tribunal de Contas nesse sentido.

4 - É extinto o Fundo Regional do Fomento Turístico e revogado o Decreto Legislativo Regional n.º 11/80/A, de 20 de Agosto, que o criou."

Vamos votar em primeiro lugar estas propostas de aditamento dos n.ºs 2, 3 e 4 do Artigo 7.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Votamos o Artigo 7º conforme a proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 7º conforme a proposta inicial, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 7º, conforme a proposta inicial, foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento em forma de declaração de voto sobre as motivações da proposta apresentada e as razões do nosso voto.

A primeira proposta que aí está, é uma proposta que em 92 foi aprovada nesta Assembleia, contra a vontade da actual maioria, mas que ela própria quando resolveu revogar algumas disposições com que eu não concordava neste Orçamento, manteve esta disposição como manteve a do n.º 3.

Além disso, inscreveu esta disposição - "redução da dimensão da administração regional - no Decreto Legislativo Regional n.º 1/93, de 5 de Janeiro sobre a estrutura do Governo Regional, onde se diz que é "um consenso generalizado da necessidade da redução da dimensão do Governo e da própria orgânica da administração regional, considerando ainda que de entre outras razões, tal redução se mostra de capital importância na diminuição de gastos públicos".

Não se trata de ressuscitar coisas antigas, mas sim trazer de acordo com os objectivos que foram aprovados nesta Assembleia, à consideração da mesma, no sítio próprio, coisas que ela, noutras alturas, entendeu conservar e que neste diploma, porque não fez mais do que isso, da Estrutura Orgânica do Governo Regional, apenas fez na sua cúpula.

Em relação aos outros números, as razões estão lá, estão indicadas e resultam dessa mesma lógica que foi aprovada por esta maioria que anteriormente não quis revogar essa disposição do Orçamento de 93. Retomá-la também, parece ser imperativo de acordo com a opinião de há um ano e pouco desta Assembleia.

Finalmente, a última razão representa uma sobrevivência de uma concepção de autonomia que significava criar um maior número de organismos possíveis e com esse organismo chamado Fundo Regional de Fomento Turístico, aconteceu uma coisa engraçadíssima que foi criado em 80 e em 90, pertencendo o seu Presidente ao Conselho Regional de Turismo ele foi retirado, mas manteve-se a sua existência sem qualquer finalidade, sem qualquer acção, sem qualquer conteúdo até porque, do ponto de vista orçamental, aquilo que ele teoricamente era para fazer, é feito hoje pelo Fundo do Turismo Nacional.

Todas essas razões, suponho que são mais que suficientes para trazer de novo a esta Assembleia coisas que ela própria já aprovou e coisas que a lógica impõe: um orçamento que se pretende de rigor, de austeridade, de contenção, de limitação, de investimentos.

Nós queríamos que fosse também de limitação, de despesas escusadas, mas parece que não é neste momento a vontade da maioria viva.

Viva o despesismo da maioria!

**Presidente:** O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um aditamento de um **Artigo 7º A** que diz o seguinte:

"Ficam congelados os aumentos de vencimentos dos titulares de cargos políticos da Região, dos elementos dos Gabinetes do Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, previstos no n.º 1 do Artigo 3º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/86/A, de 20 de Março, do Presidente e Membros do Governo Regional,

previstos nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 4º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/93/A, de 12 de Março, bem como os equiparados".

Votamos esta proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi rejeitada com 27 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP e registou 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política vive de realidades materiais, de decisões em que se poupa ou se gasta dinheiro, mas vive também de realidades simbólicas e esta é uma delas.

O momento que nós vivemos - esse momento que já foi referido no que o Orçamento pretende traduzir e que o Plano também pretendia traduzir, as múltiplas intervenções de explicação, de justificação para as verbas que não há, para as necessidades que ficavam por satisfazer - é um momento de austeridade e esta austeridade se for personalizada, se for assumida por aqueles que têm uma função de representação na sociedade e na política, sabendo nós que a sociedade é especialmente sensível e neste momento vive de uma sensibilidade quase doentia nesse aspecto, entendemos que seria um começo para determinadas alterações de comportamento, de funcionamento que poderia começar por aqui. Este era o nosso entendimento.

Não se trata de poupar dinheiro. Trata-se de fazer um gesto nesse sentido que entendíamos que a sociedade aceitaria de bom grado. Assim não entendemos, nós mantemos a nossa posição por isso votámos a favor.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão(PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente proposta de aditamento enquadra-se numa política demagógica eleitoralista que já foi aqui denunciada ao longo deste debate.

O PSD não alinha nem pactua com medidas de mera cosmética política.

Vai por princípio e por filosofia de actuação ao âmbito da questão.

Nesta perspectiva irá apresentar a quando da revisão do Estatuto uma série de propostas que visam por um lado, a dignificação do funcionamento da Assembleia e por outro lado, uma efectiva redução das despesas do funcionamento.

Apresentar propostas como a presente, quando não fizeram quando tinham a maioria neste Parlamento, é prova da incoerência e de contradição uma e outra apanágio da actuação do Partido Socialista na vida política.

A comprovar esta afirmação é verificarmos que algumas das propostas ora apresentadas de alteração do orçamento, são a cópia fiel das apresentadas quando o PS esteve em maioria, nomeadamente a proposta de alteração ao Artigo 7º e a proposta de aditamento ao Artigo 7º B. Na altura não foi apresentada nenhuma com o teor da presente.

Foi pelos considerandos sucintamente explanados e por se tratar de um símbolo máximo da demagogia, que o Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta proposta de aditamento.

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Carlos César (PS):** Para defesa da honra.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**Presidente:** Oh Srs. Deputados, o Sr. Deputado Carlos César pediu a palavra para defesa da honra e eu não lhe posso deixar de dar.

Agradecia é que fosse breve e que se circunscrevesse à defesa da honra.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:



Esta proposta do Partido Socialista não corresponde, nem de perto nem de longe, a intenções de carácter demagógico ou a intenções de tipo eleitoralista.

É uma proposta muito séria e circunscrita à necessidade daquilo que é justo demonstrar e de que é moralmente irrepreensível demonstrar, numa época de dificuldades e de crise para muitos açorianos.

O Partido Socialista não faz demagogia com a defesa da dignidade dos titulares de cargos políticos em circunstância alguma e o Partido Socialista acha muito pouco todas as intenções que o PSD já anunciou em relação ao futuro no Regimento, no Estatuto de Deputado e no Estatuto da Autonomia.

Entendemos que devem ser reformuladas as formas de remunerações. Entendemos que devem ser publicitadas as declarações de rendimentos e que deve ser instalada o registo público de rendimentos dos titulares de cargos políticos. Dignificaremos o Parlamento e reforçaremos a componente parlamentar do regime.

Isto não é demagogia. Isto é a **defesa da dignidade das instituições** e da **titularidade dos cargos políticos** em condições dignas e recíprocas de lealdade, perante um eleitorado e perante um conjunto de cidadãos que atravessam uma situação de crise e de dificuldades e **nós**, em primeiro lugar, **é que temos que dar esse exemplo**.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** O Sr. Deputado Jorge Valadão pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Para defesa da honra.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos César:

É demagogia, é eleitoralismo...

**Deputado Carlos César (PS):** Não é não senhor!

**O Orador:** ... quando o Sr. Deputado agora se preocupa com a situação de crise que vive a Região, mas há bem pouco tempo aprovou aqui uma proposta da subvenção

dos partidos políticos. Nessa altura não houve a preocupação da gestão nem da redução das despesas de funcionamento.

**Deputado Carlos César (PS):** E aprovarei todas!

**Presidente:** O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Carlos César (PS):** Para defender a minha honra e a honra do meu Grupo Parlamentar, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu penso que o Sr. não foi ofendido.

**Deputado Carlos César (PS):** Posso explicar à Mesa as razões porque a defendo.

**Presidente:** O Sr. Deputado fez uma afirmação que é objectiva. De qualquer maneira, se agente entra neste esquema de defender a honra não saímos daqui.

Eu não lhe posso negar. O Sr. Deputado é que se sente ofendido e eu não lhe posso dizer que não está, mas agradecia que tivéssemos também algum preceito e nos contivéssemos na utilização desta figura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para defesa da honra.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na defesa da honra que exerci há bocado, nem sequer mencionei o PSD, mas de qualquer modo foi dada a palavra ao PSD para defesa da honra. Nas mesmas circunstâncias, eu agora invoco o uso da palavra, porque foi imputada ao PS, com determinado sentido, a aprovação da subvenção aos grupos parlamentares e não aos partidos políticos nesta Assembleia.

Quero dizer que o Partido Socialista aprovou e há-de aprovar sempre, subvenções aos grupos parlamentares e aos partidos políticos, porque o Partido Socialista não está disposto a viver como os Srs. vivem à custa dos subsídios das empresas privadas que depois beneficiam das suas decisões!

*(Protestos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Esta é que é a verdade!

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Cruz pretende a palavra naturalmente para defesa da honra.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Para defesa da honra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se já tinha o PS cometido vários erros, agora acabou de cometer o último dos erros que podia ter cometido neste debate.

O Sr. Deputado Carlos César, sem qualquer reboço, faz afirmações que não prova!

**Deputado Carlos César (PS):** Posso provar!

**O Orador:** Está desafiado para provar!

**Deputado Carlos César (PS):** Foi provado em Santa Maria!

**O Orador:** Prove o que acabou de dizer, mas não peça uma unidade parlamentar, porque o Sr. Deputado está aqui há anos, é o deputado dos deputados, já há anos que diz que o Partido Social Democrata e os Açores governam mal e estão em crise, mas até hoje nunca aprovou uma proposta que alterasse o rendimento dos políticos como fez agora!

O Sr. Deputado está neste Parlamento há anos, está a ganhar o que todos nós ganhamos e vem agora fazer a demagogia que não lhe assenta bem e que é pura e simplesmente vergonhosa!

*(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)*

**O Orador:** Nesta matéria de dignidade, o Sr. Deputado nesta Casa é exactamente isso que está a fazer agora, é um aparte na dignidade deste Parlamento!

O Sr. não fez aprovar quando tinha maioria absoluta aquilo que hoje quer fazer com minoria!

*(Apartes inaudíveis dos Deputados do PS)*

**O Orador:** É mentira! Os Srs. não se entenderam nessa matéria! Isso é mentira e é isso que eu consigo provar através de declarações de vários jornalistas, se for preciso! Não votou agora nem os Srs. se entenderam na altura.

A sua demagogia vai ao ponto de, apesar de abusar da defesa da honra e os Sr. está tão incomodado que ainda não me deixou falar. Mas ficou aqui provado, Sr. Deputado, que líderes do Partido Socialista que se querem inaugurar numa tentativa grave de afirmar à sua recente e adolescente liderança com atitudes demagógicas deste género, são manifestamente uma belíssima prova para o Partido Social Democrata.

Basta de demagogia e tenha vergonha em dizer aquilo que não deve dizer porque não pode provar!

Já que quer a dignidade do Parlamento, desafio-o ao seguinte: não diga como político aquilo que não pode provar como cidadão!

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta também uma proposta de aditamento com o nº 7 B que é a alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 6/93/A, de 12 de Março, que diz o seguinte:

"É alterado o Artigo 4º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/93/A, de 12 de Março, o qual passa a ter a seguinte redacção:

**Artigo 4º**

1- Os Secretários Regionais serão apoiados no exercício das suas funções por um Gabinete composto por um chefe de Gabinete, um adjunto e um secretário particular.

2- Os Subsecretários Regionais serão apoiados, no exercício das suas funções, por um gabinete composto por um adjunto e um secretário particular".

Votamos esta proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta com o nº 7 C que diz o seguinte:

"É revogada a alínea a) do Artigo 15º do Decreto Legislativo Regional nº 36/88/A, de 28 de Novembro."

Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas duas propostas que acabámos de votar e o nº 7 C, inscrevem-se neste propósito e nesta teoria, a austeridade toca a todos. Também tem que tocar à administração regional e tem que se criar na administração regional o espírito dessa austeridade que é uma coisa que falta.

Entendemos e continuamos a entender que estas propostas eram um começo que atingia a todos, inclusivamente o Presidente do Governo Regional que de "5 Açores" que por lei poderia ter, passaria a ter os "3 Açores" que em 1982 a lei lhe facultava.

Entendemos que esta e as outras reduções dos adjuntos dos Gabinetes dos Secretários Regionais, seriam os tais sinais que as instituições devem mandar no momento próprio à sociedade para que, perante ela, se engrandecam e dela recebam os estímulos e a aceitação que lhe é devida.

**Presidente:** O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de aditamento para um artigo 7.º D que se refere à alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 1/93/A, de 5 de Janeiro e diz o seguinte:

"É alterado o Artigo 8º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/93/A, de 5 de Janeiro, o qual passa a ter a seguinte redacção:

## **Artigo 8º**

"1- Em tudo o que não for contrariado pelos preceitos anteriores, mantem-se em vigor o Decreto Legislativo Regional n.º 36/88/A, de 28 de Novembro.

2- A responsabilidade da gestão e execução, de todas as obras da administração regional, cometida à actual Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, pelo Decreto Legislativo Regional referido no número anterior, será aplicada, no caso de equipamentos colectivos, no âmbito da saúde e da educação, em estreita cooperação com os respectivos departamentos governamentais e precedendo prévio parecer, de carácter vinculativo, daquelas entidades, para quaisquer alterações relevantes na execução financeira ou material daquelas obras".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário :** A proposta de aditamento foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta ia ao encontro de uma necessidade que é unanimemente reconhecida e que teve várias manifestações, bem recentes, em conversas dentro de comissões e fora delas. Não sei se chegou ao Plenário.

A situação criada por esse diploma que vem aí referido 36/88/A, centralizou a gestão, a fiscalização, o acompanhamento e a execução de todas as obras da administração regional numa única secretaria.

Isto levou de um extremo ao outro e nós entendíamos e entendem as próprias pessoas que agora votaram contra e entendem alguns Membros do Governo que não votaram nem contra nem a favor, que esta é a solução. Inclusivamente, estão dispostos a praticar essa solução voluntariamente, mas não querem e está provado que essa solução fique consagrada na lei.

Nós entendíamos que era a lei que estava a ser mal aplicada, era a lei que também devia ser corrigida para ser aplicada convenientemente.

Os Srs. entendem que não que há outros caminhos para essa solução. É insuficiente a vossa posição, ajustada a nossa e daí a nossa proposta e o nosso voto.

**Presidente:** Vamos votar o Artigo 8º conforme a proposta inicial nos seus nº 1 e nº 2.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

**Secretário:** O artigo 8.º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou uma abstenção do CDS/PP:

**Presidente:** O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de aditamento de um **Artigo 8º A** que diz o seguinte.

"O Governo Regional tomará as medidas necessárias a suportar os encargos financeiros decorrentes da eventual aprovação e entrada em vigor do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre o "Fundo de Garantia Salarial".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou esta proposta que pretende garantir a eventual cobertura orçamental para o Fundo de Garantia Salarial, por entender que durante esta discussão foram manifestadas opiniões favoráveis a este Fundo de Garantia Salarial, tanto pela bancada do PS como pela bancada do PSD.

Parece que entretanto a bancada do PSD resolveu corrigir a sua posição. Nós mantêmo-la, porque achámo-la justa e adequada à resolução dos problemas.

**Presidente:** Para o **Artigo 9º**, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a seguinte proposta de alteração:

"1 - O Orçamento da Região Autónoma dos Açores será posto em execução pelo Governo Regional mediante Decreto Regulamentar Regional que estabelecerá medidas regulamentares e de desenvolvimento do disposto no presente diploma, **nomeadamente os seguintes aspectos**, aplicáveis a todos os serviços que integrem a administração pública regional autónoma incluindo os organismos dotados de autonomia administrativa e de autonomia administrativa e financeira: **redução substancial dos gastos correntes com avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, ajudas de custo no país e no estrangeiro, publicidade e propaganda, aquisição de viaturas, mobiliário e objectos de decoração.**

2 - O Governo Regional deverá fazer-se cessar progressivamente, durante 1995, todas as avenças de consultoria técnica, económica, jurídica e outras.

3 - Os titulares de cargos políticos, funcionários e agentes da Administração Regional que se desloquem, em serviço oficial, no país e no estrangeiro, devem, por regra, utilizar os esquemas tarifários mais baratos.

4 - As aquisições de mobiliário e objectos de decoração devem ser restringidas, à satisfação de compromissos já anteriormente assumidos.

5 - A publicidade, através de anúncios, deve ser reduzida às publicações obrigatórias, resultantes da lei ou da aplicação do plano regional e recorrendo, de forma rotativa, equilibrada e sem favoritismos, aos diferentes órgãos de comunicação social disponíveis.

6 - A Administração Regional não adquirirá, inclusive para efeitos de substituição, quaisquer veículos de representação. Mesmo a substituição de viaturas utilitárias será excepcional e justificada caso a caso.

7 - A utilização de viaturas será rigorosamente controlada e coordenada, entre os diferentes departamentos governamentais, de forma a evitar abusos ou simples desperdícios."



Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Votamos o Artigo 9º conforme a redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 9º foi aprovado com 27 votos a favor de PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fizemos múltiplas tentativas para acertar no conceito de austeridade do PSD. Não conseguimos.

A austeridade simbólica não serve é demagógica. A austeridade sobre as pessoas não serve, é inútil, é desnecessária ou é demasiada.

A austeridade sobre as coisas, sobre a administração, baseada em simples regras de bom senso, em princípios que toda a gente aplica na família, nas empresas, na sociedade, também não serve ao PSD. Cheira a qualquer coisa que o PSD não gosta de cheirar. Cheira aquilo que reflecte a situação real da economia e das finanças da Região.

A situação real os Srs. apregoam para não fazerem investimentos, a situação real que os Srs. apregoam queixando-se da República, da oposição, da sociedade, da iniciativa privada que não corresponde aos estímulos que a maioria imprimiria na sociedade, mas não são capazes de encontrar em nenhum momento. Foram 4 ou 5 as hipóteses, o tom justo para uma austeridade que impõe à sociedade mas que não querem para as instituições, não querem para a vossa administração.

Lamentamos este péssimo exemplo e todo ele é um triste desfecho para este momento dum Plano e Orçamento que até teve algumas coisas interessantes, mas é óbvio que o PSD vive ainda no mito do autor. Importante é o autor das propostas. Até aqui o importante no Plano era o autor que era o Governo. Isto era sagrado. Agora o importante é o autor que é a própria maioria. Esperemos que este mito do autor faça um progresso no sentido de superarem esta mitologia que existe simplesmente nas vossas cabeças e já não corresponde a nenhuma realidade social. Mitos não se desmoronam-se um dia. Não querem que eles se adaptem à realidade, não se desmoronam-se estrondosamente.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma curta declaração de voto para reafirmar que na opinião do PSD e do Governo, este Orçamento já está muito apertado e a prova disso é que as despesas correntes não aumentam e se não fosse o serviço da dívida elas até diminuía. Logo, é demagógico essas propostas apresentadas.

Algumas dela até não são ideias novas. São ideias do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, do ex-Sr. Deputado Paulo Casaca, Renato Moura.

*(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)*

**O Orador:** Se ele chegasse aí era o líder da vossa bancada, por isso é melhor não chegar.

Nós estamos esclarecidos sobre essa matéria.

Recomendo ao Governo que deve continuar nesta luta contra o desperdício, pois ela já se encontra instalada.

Por isso, recomendamos essa luta que em tão boa hora foi implementada.

**Presidente:** Passamos ao **Artigo 10º**.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 10º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1995, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

**Secretário:** O Orçamento da Região Autónoma dos Açores foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 19 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra o PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

**Secretário:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para uma declaração de voto.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD encarou a apreciação do Plano e Orçamento para 1995 com grande sentido de responsabilidade, que decorre da ponderação que faz do interesse regional.

De tal ponderação, resulta para nós, que estamos no PSD, o empenhamento na procura de soluções que vão de encontro às aspirações do Povo dos Açores.

Assim, o PSD apresentou diversas propostas de alteração que reflectem o sentido da vontade das populações de várias Ilhas, que oportunamente foram alertadas pelos seus dignos representantes, os Deputados do PSD.

O PSD votou favoravelmente o Plano e Orçamento para 1995, porque os mesmos respeitam os princípios defendidos no Plano de Médio Prazo, sem prejuízo de adaptações que aí não foram possíveis de prever e, também, da opção política clara de recorrer ao endividamento, a fim de contemplar os recursos necessários para manter o investimento público, privado e sustentar a retoma do crescimento económico, assegurando uma convergência financeira que nos permitirá recorrer ao fluxo de receitas do Novo Quadro Comunitário de Apoio e satisfazer os pagamentos dos compromissos assumidos em anteriores Planos e Orçamentos.

O Grupo Parlamentar do PSD viabilizou os documentos que acabam de ser discutidos, porque mais uma vez ficou claro para nós, sociais democratas, que a oposição vive de belas intenções, mas voltou a não conseguir apresentar soluções alternativas para os difíceis e complexos desafios que se apresentam.

As intervenções da oposição foram marcadas pela demagogia e falta de coerência, mais interessados em denegrir a actuação do Governo, dos seus membros e da maioria, do que em construir algo verdadeiramente consistente para a Região.

Votámos o Plano e Orçamento para 1995, demonstrando mais uma vez, que o Governo está sustentado por uma coesa maioria parlamentar, que tem a legitimidade popular.

As propostas de alteração ao Plano e Orçamento para 1995 apresentadas pela oposição, não trazem qualquer inovação; pelo contrário, são o regresso ao passado, a repetição do estilo demagógico que julgávamos definitivamente arredado desta Assembleia e tão grandes dissabores eleitorais já vos causou.

Temos, pois, razão para crer que estamos no bom caminho.

A nossa recusa em votar favoravelmente as vossas propostas, radica na clara convicção de que o Plano e Orçamento para 1995, com as alterações propostas pelo PSD, responde, num quadro realista, mas também de entusiasmo e confiança no futuro, aos novos desafios da Sociedade Açoriana.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma declaração e voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento, já todas as palavras foram ditas, já todas as ideias foram discutidas e resta apenas as acções e os factos que ficam com quem os pratica.

Neste momento, se tem alguma coisa a acrescentar quem não disse tudo o que podia e devia ser dito nesta Assembleia, não é o PS.

O PS apresentou tudo e formulou tudo o que tinha a ser formulado. Apresentou as propostas, fez a crítica no momento próprio, passou o Plano e Orçamento a "pente fino".

Restam apenas as acções de quem não usou pente mas peneira para tudo passar.

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos ao fim da apreciação dos documentos que estivemos a apreciar nestes dias.

Para amanhã a nossa ordem de trabalhos é a seguinte:

- Debate sobre o Pedido de Urgência e Dispensa e Exame em Comissão da Ante-Proposta de Lei sobre "Manutenção na Ilha de Santa Maria do Centro de Controlo Oceânico e Demais Serviços nela Sediados."

- Proposta de Resolução sobre os "Limites de Avals a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1995."

- Ante-Proposta de Lei sobre a "Contração de Empréstimos."

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Criação de Sistemas de Incentivos na Região Autónoma dos Açores - SIRAA."

- Ante-Proposta de Lei sobre a "Manutenção na Ilha de Santa Maria.", caso venha a ser aprovado o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Ante-Proposta de Lei sobre a "Manutenção na Ilha de Santa Maria do Centro de Controlo Oceânico e Demais Serviços nela Sediados."

- Proposta de Resolução sobre a "Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores referente ao ano de 1992."

Srs. Deputados, muito obrigado pela colaboração que deram à Mesa nestes dias na concepção destes trabalhos.

Os nossos trabalhos estão terminados por hoje. Voltaremos a reunir amanhã às 10.00 horas da manhã.

Boa noite e muito obrigado.

*(Os trabalhos terminaram às 22.05 horas).*

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Carlos Morais, Victor Evaristo; PS - Carlos César, Fernando Lopes; **CDS** - Alvarino Pinheiro).*

*(Deputado que faltou à Sessão: **PSD** - Rui Luís).*

---

**A Redactora de 2.<sup>a</sup> Classe:** *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré*